

PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

2022-2030



CIDADE DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
E TRABALHO



CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E SOCIEDADE
DA CIDADE DE SÃO PAULO







PREFEITURA DE SÃO PAULO



CIDADE DE SÃO PAULO

Em memória
Bruno Covas

Prefeito
Ricardo Nunes

Secretária de Desenvolvimento
Econômico e Trabalho
Aline Cardoso

Secretário-adjunto de Desenvolvimento
Econômico e Trabalho
Armando de Almeida Pinto Junior

Chefe de Gabinete
José Antônio Varela Queija

Coordenadora de Agricultura e de Segurança
Alimentar e Nutricional
Lia Palm

Presidente e Secretária Executiva do Conselho
Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e
Sustentável
Cristina Abi Jabbour

**Conselho Municipal de
Desenvolvimento Rural Solidário
e Sustentável CMDRSS**

Avenida São João, 473 – 5º andar
Centro – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3224-6000

APRESENTAÇÃO DO PREFEITO

A cidade de São Paulo não para. Vibrante nos segmentos do comércio, serviços e indústria, também tem uma zona rural extensa, que garante uma situação bastante diferenciada e oportuna. Esse patrimônio da cidade tem um enorme valor ambiental, social, cultural e econômico, além de poder contribuir para a segurança alimentar para os paulistanos. Por isso é necessário cuidar, preservar suas características e promover a melhoria da qualidade de vida da população desses territórios.

A maior cidade do Brasil em população urbana conta com 28% de sua extensão em zonas rurais, além de muita ruralidade na sua área urbana representada por hortas comunitárias e comerciais em linhões, comunidades, escolas, unidades de saúde e outros estabelecimentos por toda a cidade. Grande parte do território rural está na zona sul da capital, mas também temos áreas rurais importantes nas zonas norte, leste e oeste. São terras voltadas à agropecuária familiar, ecoturismo, lazer contemplativo, pousadas, educação ambiental, além de grandes extensões de proteção ambiental e preservação de ecossistemas naturais.

Mais de 48% do território da cidade de São Paulo é constituído de cobertura vegetal, uma das maiores taxas do mundo em comparação com outras metrópoles e capitais. Isso se deve ao nosso esforço contínuo de ampliar a arborização urbana em nossos parques, praças e vias e também às áreas da cidade demarcadas como zonas rurais, que concentram 52% da cobertura vegetal do município, inclusive por grandes áreas de preservação ambiental. Além disso, a maior parte da área rural na região sul fica dentro das zonas de mananciais das represas Billings e Guarapiranga, que fornecem água para milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo. Portanto, fortalecer a atividade rural preservando as condições originais destes territórios, também traz à cidade um grande benefício na preservação de seus recursos hídricos.

Estas características colocam as zonas rurais como centrais para a qualidade ambiental do município. Todavia, por serem territórios vulneráveis, na maioria das vezes localizados na periferia da cidade, a promoção do desenvolvimento econômico sustentável dessas regiões se faz ainda mais importante, especialmente no ecoturismo e na agricultura como atividade de preservação do patrimônio natural.

Assim, o potencial agroecológico da cidade deve ser amplamente desenvolvido e explorado e, para tanto, é necessário um trabalho estruturado, com planejamento, organização, recursos e envolvimento de muitos atores. O primeiro Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável realizado na cidade de São Paulo é um documento sólido, construído juntamente com a sociedade civil e aprovado por quem trabalha e vive do campo e da agricultura. Esse documento é norteador da atividade pública municipal que apoiará, direta e indiretamente a agroecologia na cidade até 2030.

Dividido em 16 eixos estratégicos, com um plano de ação contendo 65 metas e objetivos que deverão ser implementados por aproximadamente 20 órgãos públicos e secretarias municipais, o Plano segue a diretriz multisetorial da gestão municipal conectando todas as políticas públicas de apoio ao setor.

O fortalecimento da agricultura no município nos últimos anos se deve a um conjunto de ações, entre eles o Ligue os Pontos, parceria da Prefeitura com a Bloomberg Philanthropies e a Fundação Porticus, que impulsionou o avanço das ações de assistência técnica e extensão rural, o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que apoia diretamente propriedades rurais na conservação e recuperação de áreas de relevância ambiental, a Lei da Alimentação Escolar Orgânica, as ações junto aos Povos Indígenas e o programa Sampa+Rural, que inovou ao criar ferramentas de difusão da realidade rural da cidade.

Ademais, muito tem sido feito no dia-a-dia pela Prefeitura de São Paulo, como o crescimento significativo do apoio aos agricultores das zonas rurais, agora com assistência permanente, graças ao trabalho de engenheiros agrônomos também nas zonas rurais e nas áreas urbanas, fomentando a criação e manutenção de hortas nas comunidades. Cabe citar também o Teia, primeiro coworking

público do Brasil voltado à agricultura e ao ecoturismo, que está assessorando empreendedores em Parelheiros com toda a infraestrutura de escritório, para trabalho compartilhado e espaço de eventos além de cursos e oficinas para que a produção agroecológica seja mais sustentável e se transforme em renda, movimentando a economia local.

Apesar dos grandes esforços e conquistas, sabemos que ainda há muito para ser feito. Com a publicação do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, a agricultura passa a ocupar lugar de ainda mais destaque na agenda estratégica do município, com a consolidação de ações, o fortalecimento do produtor rural, a conexão com os demais atores da cadeia e a preservação do meio ambiente. Não há outra megalópole, com as dimensões da nossa cidade, que tenha uma zona rural com a proporção de São Paulo e com políticas específicas voltadas para essa população, razão pela qual entendemos que este é um trabalho único no mundo, que passa a ser referência global em agricultura urbana e periurbana. Viva a agricultura paulistana!

Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo



APRESENTAÇÃO DA SECRETÁRIA

Participação democrática. Foi com esse conceito que o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável do município de São Paulo foi construído por uma equipe extremamente engajada e apaixonada pelo setor, composta por técnicos, agricultores e representantes da sociedade civil organizada, além de dezenas de órgãos e instituições públicas e privadas de todas as regiões.

Essa união de esforços, protagonizada pela Coordenadoria de Agricultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS), resultou neste documento que é um marco para o desenvolvimento da zona rural, da atividade agropecuária e da economia verde de São Paulo.

Organizado em quatro núcleos temáticos: Econômico Produtivo; Sociocultural e Ambiental; Infraestrutura e Serviços Públicos; e Organização Institucional, o Plano reúne uma série de dados e estatísticas que mostram os números e as características heterogêneas desse setor. Já são mais de mil locais de agricultura cadastrados na capital, sendo cerca de 700 deles de agricultores comerciais e esse número não para de crescer já que a produção local de alimentos frescos é uma nova tendência, seja por opção ou por necessidade.

Temos uma agricultura diversa e com grande potencial de fortalecimento e expansão. Na zona sul, que concentra 55% dos locais de agricultura cadastrados atualmente, as áreas são destinadas para cultivo de folhosas e plantas ornamentais, plantações de eucaliptos e pinus, remanescentes de vegetação nativa, além de chácaras de lazer e recreio. Uma região com elevado potencial de desenvolvimento a partir de suas riquezas naturais podendo ser visitadas por amantes do ecoturismo e do turismo rural.

As áreas de cultivo em São Paulo são caracterizadas por serem de pequeno porte e voltadas à agricultura familiar, com 73% da população rural com mais de 45 anos e apenas 3% entre 16 e 24 anos. São muitos desafios para o fortalecimento da competitividade do setor, por isso, o trabalho da Prefeitura de São Paulo com os agricultores é realizado de maneira customizada, conhecendo as necessidades de cada produtor para fomentar a comercialização, a formalidade e apoiar a produção com equipamentos e ferramentas.

A publicação do Plano se dá em um momento importante para a produção de alimentos devido à crescente atenção para as questões de segurança alimentar, de meio ambiente, de mudanças climáticas e também à situação de empobrecimento das famílias devido à crise econômica e social que vivemos. A demanda pela produção da agricultura urbana e periurbana paulistana pode ser significativamente ampliada nos próximos anos por conta das tendências de consumo consciente, da busca por uma alimentação saudável, dos desafios logísticos e, infelizmente, pela ampliação da situação de fome e insegurança alimentar.

Com a adoção das medidas apontadas neste Plano, São Paulo irá promover um ciclo virtuoso de prosperidade da atividade rural fomentando a cadeia produtiva agroecológica, elevando os índices de alimentação saudável e fresca, gerando inovação, emprego e renda, além da preservação ambiental e combate às mudanças climáticas.

A publicação do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável não é o fim da nossa colheita. Vamos semear ações e projetos todos os dias para que a agricultura na cidade continue germinando e gerando muitos frutos para uma São Paulo mais verde, humana, saudável, inclusiva e com oportunidades para todos.

Aline Cardoso

Secretária Municipal de
Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Sumário

APRESENTAÇÃO DO PREFEITO	PÁG. 06
APRESENTAÇÃO DA SECRETÁRIA DA SMDT	PÁG. 08
LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES	PÁG. 16
SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL	PÁG. 18
REPRESENTANTES CMDRSS BIÊNIO 2019-2022	PÁG. 19
REPRESENTANTES CMDRSS BIÊNIO 2016-2019	PÁG. 20
FIZERAM PARTE DA ELABORAÇÃO DESTE PLANO	PÁG. 21
ÓRGÃOS PÚBLICOS	PÁG. 21
GRUPO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	PÁG. 21
COLABORADORES	PÁG. 21
CONSOLIDAÇÃO DO TEXTO FINAL	PÁG. 21
APRESENTAÇÃO	PÁG. 22
1. INTRODUÇÃO	PÁG. 27
1.1 O PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - E SUA RELAÇÃO COM OUTROS PLANOS MUNICIPAIS	PÁG. 30
2. MARCO CONCEITUAL E METODOLOGIA ADOTADA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO	PÁG. 33
2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS	PÁG. 34
2.2 HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO	PÁG. 38

3. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL, ECONÔMICO PÁG. 49 E CULTURAL DA AGROECOLOGIA E ZONA RURAL

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS PÁG. 50

3.2 PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PÁG. 51 MUNICIPAIS PARA AS ZONAS RURAIS E A AGRICULTURA NA CIDADE

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PÁG. 54 RURAL NO MUNICÍPIO

3.3.1 O ORDENAMENTO TERRITORIAL PÁG. 54

3.3.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS PÁG. 60 ÁREAS RURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

3.3.3 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA PÁG. 63 E ECONÔMICA DAS ÁREAS RURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

3.3.4 CARACTERIZAÇÃO DAS CADEIAS PÁG. 74 PRODUTIVAS EXISTENTES E POTENCIAIS

4. EIXOS E DIRETRIZES PARA ORIENTAR AS PÁG. 81 AÇÕES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E DE SUAS PARCERIAS

5. ÓRGÃOS MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS PÁG. 87 POR EIXOS TEMÁTICOS

6. OBJETIVOS E METAS DOS NÚCLEOS PÁG. 91 TEMÁTICOS DO PLANO RURAL

6.1 NÚCLEO TEMÁTICO ECONÔMICO PÁG. 92 PRODUTIVO

6.1.1 EIXO AGRICULTURA URBANA PÁG. 92

6.1.2 EIXO PRODUÇÃO ANIMAL PÁG. 98

6.1.3 EIXO COMERCIALIZAÇÃO PÁG. 101

6.1.4 EIXO TURISMO PÁG. 107

6.2 NÚCLEO TEMÁTICO PÁG. 110 SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

6.2.1 EIXO CULTURA PÁG. 110

6.2.2 EIXO ENSINO E EDUCAÇÃO PÁG. 112

6.2.3 EIXO SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL PÁG. 117

6.2.4 EIXO CONSERVAÇÃO AMBIENTAL PÁG. 122

6.2.5 EIXO INDÍGENAS, MULHERES PÁG. 126 E JOVENS AMBIENTAL

6.3 NÚCLEO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	PÁG. 132
6.3.1 EIXO SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO	PÁG. 132
6.3.2 EIXO INFRAESTRUTURA BÁSICA	PÁG. 134
6.3.3 EIXO ORDENAMENTO TERRITORIAL	PÁG. 137
6.3.4 EIXO REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	PÁG. 140
6.3.4 EIXO ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	PÁG. 143
6.4 NÚCLEO TEMÁTICO ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	PÁG. 150
6.3.1 EIXO FINANCIAMENTO	PÁG. 150
6.3.2 EIXO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	PÁG. 155
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	PÁG. 163
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	PÁG. 169
9. ANEXOS	PÁG. 173
ANEXO A - LEGISLAÇÃO REFERENTE À REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL (CMDRSS)	PÁG. 174
ANEXO B - MATRIZ INTERFACE PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL COM OUTROS PLANOS MUNICIPAIS	PÁG. 177
ANEXO C - RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	PÁG. 203

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CADES - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CMDRSS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável

CMSP - Câmara Municipal de São Paulo

COMUSAN - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CONGETUR - Conselho Gestor do Polo de Ecoturismo

CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

EMASP - Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEMA - Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (municipal)

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GCM - Guarda Civil Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SAF/MAPA - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PDE - Plano Diretor Estratégico

PGM - Procuradoria Geral do Município

PGIRS - Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo

PLANSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PlanClima SP - Plano de Ação Climática do Município de São Paulo

PMAU - Plano Municipal de Arborização Urbana

PMDE - Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico

PMMA - Plano Municipal da Mata Atlântica

PMS - Plano Municipal de Saúde

PMSA - Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais

PROAURP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo

PMADRS - Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável

SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

CATI/SAA - Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

SF - Secretaria Municipal da Fazenda

SGM - Secretaria de Governo Municipal

SEGES - Secretaria Municipal de Gestão

SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

CCM/SMDHC - Centro de Cidadania da Mulher da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

PLANURBE/SMUL - Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

SMJ - Secretaria Municipal da Justiça

SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras

SEABAST/SMSUB - Secretaria Executiva de Abastecimento da Secretaria Municipal das Subprefeituras

SP REGULA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - Iluminação Pública

SP REGULA LIMPEZA PÚBLICA - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - Limpeza Pública

SP TURIS - São Paulo Turismo

SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

CFA/SVMA - Coordenação de Fiscalização Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

CGPABI/SVMA - Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

CPA/SVMA - Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

UMAPAZ/SVMA - Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL (CMDRSS)

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável – CMDRSS, é um órgão de instância colegiada, de natureza permanente, consultiva, de composição paritária, e vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET.

Criado pelo artigo 192 da Lei 16.050 de 31 de Julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico – PDE), e regulamentado pelo Decreto Municipal 57.058 de 14 de Junho de 2016, o CMDRSS tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural sustentável e solidário, bem como acompanhar e monitorar sua execução.

Compete ao CMDRSS “subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PMADRS, previsto no artigo 191 do Plano Diretor Estratégico”, instrumento norteador do desenvolvimento rural do município. Por possuímos diferentes formas de agricultura, tanto na zona rural legalmente definida pelo Plano Diretor Estratégico, como também em outras regiões da cidade, o Conselho decidiu, na Conferência que consolidou a sua criação, incluir a palavra Agroecologia no nome do plano previsto no PDE, passando a se chamar Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma a abranger iniciativas e ações em toda a cidade.

Como descrito nos capítulos a seguir, o CMDRSS participou ativamente para a elaboração desse plano e constitui-se como um espaço essencial para a construção e o fortalecimento das políticas para a agricultura e zonas rurais da cidade de São Paulo. Para conhecer melhor, no Anexo A está a Legislação que regulamenta o funcionamento e a composição do CMDRSS. Vale destacar ainda que suas reuniões são abertas e todas as atas das reuniões são publicadas no Diário Oficial.

REPRESENTANTES CMDRSS BIÊNIO 2019-2022

Presidente e Secretária Executiva: **Cristina Abi Jabbour**

PODER PÚBLICO

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - CATI/SA

Titular: Patrícia Estevam

Câmara Municipal de São Paulo - CMSP

Titular: José Carlos Gomes Alves

Suplente: Maria Alice Ferreira Rosmarinho

Secretaria Municipal de Gestão - SGM

Titular: Patrick Rodrigues Andrade

Suplente: João Ricardo Ribas de Moraes

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDT

Suplente: Célia Rossi

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL

Titular: Patrícia Marra Sepe

Suplente: Janaina Belo

São Paulo Turismo S/A - SPTuris

Titular: Michele Fernanda Ferreira Vicente

Suplente: Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda

Departamento de Desenvolvimento Sustentável - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado SP

Titular: Débora Sahyun

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Titular: Raquel Gammardella Rizzi

Suplente: Juliana Hernandes Antunes

Subprefeitura de Capela Socorro

Titular: Leonardo Nitrael Pereira Franco

Suplente: Juarez Alexandro Tavares Maia

Subprefeitura de Parelheiros

Titular: Maria Carolina Landgraf Scaramelli

Suplente: Marcos Roberto de Freitas Luz

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA

Titular: Audrei Infantsi Del Nero da Costa

Suplente: Luccas Guilherme Rodrigues Longo

SOCIEDADE CIVIL

Agricultores Zona Leste

Titular: Sueli Rodrigues

Suplente: Maria de Lourdes das Neves Duarte

Agricultores Zona Norte

Titular: Magno Celso Ferreira de Paula

Suplente: Maria Alves da Silva

Agricultores Zona Sul

Titular: Luzia Souza da Silva

Agricultores Zona Sul

Titular: Luciano Aparecido dos Santos

Suplente: Regiane Rita Bispo

APAs Capivari-Monos ou Bororé-Colônia

Suplente: Emerson Xavier de Souza

Conselho Gestor do Polo de Ecoturismo de São Paulo - CONGETUR

Titular: Solange Aparecida Dias

Suplente: Miguel Naghirniac Neto

Comunidade Indígena

Titular: Giselda Pires de Lima

Suplente: Aline Adão

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN

Titular: Glenn Massakazu Makuta

Suplente: Maria do Céu Vara Macedo Oliveira

Movimento de Agricultura Urbana da região centro/oeste

Titular: Maria Lucia Ramos Bellenzani representando a Rede de Mulheres Agricultoras Periféricas Paulistas - RAPP

Suplente: Vanda da Costa representando a União das Hortas Comunitárias de SP

ONG's ligadas à Agricultura Familiar

Titular: André Ruoppolo Biazoti representando o Instituto Kairós Ética e Atuação Responsável

Suplente: Leila Aparecida Botelho de Sousa representando os Produtores Rurais de Parelheiros e Região - APRUPAR

REPRESENTANTES CMDRSS BIÊNIO 2016-2019

Presidente: Luis Henrique Marinho Meira

PODER PÚBLICO

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Delegacia de São Paulo

Titular: Manoel Dimas Tavares

Suplente: João Antônio Savedra

Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI/SAA

Titular: Dayla Isabel Ribeiro Ciano

Suplente: Daniel Bruno Beluti

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Titular: Andrea Mayumi Chin Sendoda

Suplente: Renato Nunes

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL

Titular: Patricia Marra Sepe

Suplente: Anna Kaiser Mor

Secretaria de Governo Municipal - SGM

Titular: Odair Henrique Neto

Suplente: Rubens Xavier Martins

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA

Titular: Vinícius Martuscelli Ramos

Suplente: Ricardo Rodrigues de Oliveira

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDT

Titular: Luis Henrique Marinho

Meira

Suplente: Cristiano Mendes

Subprefeitura Parelheiros

Titular: Débora Grecco de Oliveira Perazza

Suplente: Marcelo Matsumoto

Subprefeitura Capela do Socorro

Titular: Edgar Dias

Suplente: Roberto Cláudio

São Paulo Turismo S/A - SP TURIS

Titular: Raquel Grillo Vettori

Suplente: Andréia Fátima Citrini Piason

Câmara Municipal de São Paulo - CMSP

Titular: Maria Lucia Bellenzani

Suplente: Carlos Minoru Morinaga

SOCIEDADE CIVIL

Agricultores – Zona Sul

Titular: Paulo Roberto Clemente da Silva

Titular: Edson Satio Matsumura

Suplente: Mauro Spalding de Paula Monteiro

Suplente: Valéria Maria Macorati

Agricultores – Zona Leste

Titular: Pedro Luis Barbosa de Almeida

Suplente: Andréia Perez Lopes

Agricultores – Zona Norte

Titular: José Eriel Alves Souza

Suplente: Rodrigo Burckuser Robert

Movimento de Agricultura Urbana da região centro/oeste

Titular: André Ruoppolo Biazoti

Suplente: Nicanor Nunes

Comunidade Indígena

Titular: Manoel Lima

Suplente: Anísio M. dos Santos

Titular: Thiago Henrique Vilar Martim

Suplente: Anderson Augusto Vilar Martim

ONG's ligadas à Agricultura Familiar

Titular: Tiago Arpad Spalding

Reiter representando o Instituto Kairós Ética e Atuação Responsável

Suplente: Leeward Andrade Wang representando o Fundo Zona Leste Sustentável

Conselhos das Áreas de Proteção Ambiental Capivari Monos ou Bororé Colônia

Titular: Isamu Yokoyama

Suplente: Emerson Xavier de Souza

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN

Titular: Christiane Gasparini Araujo Costa

Suplente: Avani Florentino de Oliveira

Conselho Gestor do Polo de Ecoturismo de São Paulo - CONGETUR

Titular: Solange Aparecida Dias

Suplente: Luciano Aparecido dos Santos

FIZERAM PARTE DA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

PGM - Procuradoria Geral do Município

SF - Secretaria Municipal da Fazenda

SEGES - Secretaria Municipal de Gestão

SGM - Secretaria de Governo Municipal

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMDDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras

SP REGULA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - Iluminação Pública (anteriormente denominada ILUME no momento de elaboração deste plano)

SP REGULA LIMPEZA PÚBLICA - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - Limpeza Pública (anteriormente denominada AMLURB no momento de elaboração deste plano)

SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

GRUPO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

André Biazoti (Instituto Kairós); Cristina Abi Jabbour (CA/SMDDET); Flávia Bigai Coleta (CATI/ SAA); Juliana Antunes (MAPA); Luis Henrique Meira Marinho; Maria Lucia Ramos Bellenzani (RAPPA); Patrícia Marra Sepe (Projeto Ligue os Pontos / SMUL); Roseli Allemann (SVMA)

COLABORADORES

Aline Dias (CA/SMDDET); Andrea Mayumi Chin Sendoda (CATI/SAA); Bianca Moreira Mariquito Naime Silva (Adesampa/ SMDDET); Célia Alas Rossi (SMDDET); Cristiano Mendes (CA/SMDDET); Cyra Malta (SVMA); Janaina Belo de Oliveira (SMUL); Jose Antonio Teixeira; Lia Palm (CA/SMDDET); Luccas G. R. Longo (DGUC/ SVMA); Maria Clara Zuppardo; Mathews Vichr Lopes (CA/SMDDET); Paulo Marcelo Tavares Ribeiro (Adesampa/ SMDDET); Tatiane Soares (CA/SMDDET); Wanderley Andrade da Costa Lima

CONSOLIDAÇÃO DO TEXTO FINAL

Aline Cardoso (Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho); Armando Jr. (Secretário-adjunto Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho); Cristina Abi Jabbour (CA/SMDDET); Lia Palm (CA/SMDDET); Maria Lucia Ramos Bellenzani (RAPPA); Mathews Vichr Lopes (CA/SMDDET); Patrícia Marra Sepe (GeoInfo/ SMUL); André Biazoti (Instituto Kairós)

PROJETO GRÁFICO

Fernando Eiras (AC/SMDDET)

APRESENTAÇÃO

“Sem natureza não existimos mais, ela é a base da nossa vida. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura.”

Ana Maria Primavesi

A construção deste Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável decorre da Lei Municipal nº 16.050 de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET atuou permanentemente na articulação deste processo, permitindo a criação das condições necessárias para que a construção do plano ocorresse na prática efetiva da participação social plural e voltada ao desenvolvimento econômico sustentável.

A atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, órgão colegiado que possui em sua composição representantes da agricultura urbana e periurbana, representantes da sociedade civil e pessoas técnicas das mais diversas esferas do Poder Público, foi essencial e norteadora desse processo de construção deste documento, utilizando-se dos instrumentos de consulta direta e ações presenciais alcançando os diferentes territórios da agricultura paulistana.

Foram realizadas oficinas e reuniões colaborativas de ampla participação ao longo deste processo, que permitiram agregar muitos olhares para a emergência de novos aspectos da ruralidade paulistana, capazes de conectar pessoas e lugares e envolver debates sobre padrões alimentares, sistemas de produção, agroecologia, qualidade ambiental, e um conjunto de fatores que impactam diretamente os produtos, os mercados e, principalmente, produtoras e produtores.

O processo de participação caminhou na direção do que já estava preconizado no Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001, sobre a garantia da gestão democrática como diretriz da política urbana, incluindo todas as etapas de formulação, operação e acompanhamento. Esse dispositivo visa absorver estas práticas nas estratégias de desenvolvimento urbano e orientar novas perspectivas de cooperação entre as diferentes instâncias de governos e o conjunto da sociedade, seja na dimensão pública, seja na dimensão privada, ou ainda na perspectiva dos demais segmentos sociais representativos.

O resultado foi um Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável que já nasce deixando legados importantes decorrentes do seu processo de construção, como a formação da RAPPa - Rede de Agricultoras Paulistas Periféricas Agroecológicas, o fortalecimento de outras redes e vínculos relacionados à agricultura na cidade, assim como a influência de suas definições nas ações públicas da cidade mesmo antes de sua publicação. O fruto de todo esse processo está consolidado neste documento, que traz a reunião de dados e informações que fazem um diagnóstico abrangente da agricultura no município, identificam lacunas e direcionam as ações da cidade voltadas ao rural e à agricultura para os próximos oito anos.

As 65 ações que compõem este plano estão organizadas a partir de quatro Núcleos Te-

máticos - Econômico Produtivo; Sociocultural e Ambiental; Infraestrutura e Serviços Públicos; e Organização Institucional - e 16 eixos de atuação e suas respectivas diretrizes norteadoras. Ainda, para orientar os esforços, cada uma das ações foi classificada conforme sua prioridade - urgente, alta, média ou baixa - e está conectada aos respectivos órgãos responsáveis por sua execução e órgãos parceiros, definindo a atuação necessariamente multissetorial que permeia todo o plano.

É importante pontuar que a agricultura torna-se estratégia com relevância crescente para a cidade por sua característica multifuncional e a capacidade de impactar de forma sistêmica questões complexas como a gestão territorial, a preservação e aumento da qualidade ambiental, segurança hídrica, promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, inclusão produtiva e a geração de renda, avanço na economia circular e combate e mitigação das mudanças climáticas.

Assim como colabora para a contenção do avanço urbano irregular em zonas de preservação ambiental, a agricultura tem a capacidade de geração de riqueza e de produtos saudáveis em locais abandonados ou subaproveitados do sistema urbano, onde antes a ociosidade gerava custos adicionais ao mau aproveitamento do solo, onerando os responsáveis por essas áreas pela necessidade de limpeza periódica, de manutenção e para coibir mal uso desses espaços. Mais do que isso, no contexto de aumento da insegurança alimentar e da fome por todo o país, é justamente na capacidade de produzir alimentos de forma descentralizada que se encontra um dos maiores potenciais do fortalecimento das políticas voltadas à agricultura na cidade e o aumento de recursos a ela destinados. Isso porque a agricultura urbana e periurbana é plenamente capaz de compor com outras políticas públicas, sob a perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar, sendo vocacionada a atuar para a eliminação de desertos alimentares urbanos devido a possibilidade de seu desenvolvimento por toda a cidade.

Constitui-se, assim, caminho factível para promover mudanças para novas práticas regenerativas a partir da otimização de recursos disponíveis. Com esse pano de fundo, as zonas rurais e a agricultura que contam com um acúmulo de ações, políticas e programas públicos, passam cada vez mais a ocupar lugar de destaque na agenda estratégica do município, com ações relacionadas em pelo menos dez outros planos municipais recentemente lançados, entre agendas transversais e planos temáticos.

Entre esses planos, destacam-se o Programa de Metas, o Plano de Implementação da Agenda Municipal 2030, para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU, o Plano de Ação Climática - PlanClima SP, o Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais - PMSA, o Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS, entre outros. Do conjunto desses planos estão sendo direcionados grandes esforços para ampliar a sustentabilidade do uso do solo do território e transformar positivamente o sistema urbano e rural do município, continuamente promovendo a manutenção e expansão da cobertura arbórea, a sustentabilidade da agricultura, a saúde dos mananciais, o cuidado com os resíduos sólidos e a diminuição da emissão de gases de efeito estufa.

O Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, portanto, soma-se a este conjunto de planos, definindo a estratégia para lidar com o extenso território das zonas rurais da cidade, que representam 28,4% da área do município, e são centrais na nossa

estratégia de sustentabilidade ambiental, assim como orienta a atuação municipal para o fortalecimento da agricultura urbana na cidade. Consolida-se o compromisso do município com a execução de políticas públicas inovadoras e sustentáveis, construídas a partir do diálogo com a sociedade civil, visando a diminuição da desigualdade social e a transformação da realidade local.

Cabe um agradecimento, com louvor, por cumprir com excelência o objetivo de construção deste plano, a contribuição voluntária de centenas de pessoas e a elaboração sistemática e diligente do Grupo de Trabalho e seus colaboradores criado especificamente para esta finalidade no âmbito do CMDRSS.

Agradecemos ao Prefeito Bruno Covas (In memoriam) e ao Prefeito Ricardo Nunes por estimularem que esse trabalho ocorresse de forma ampla e coletiva, perpassando a mobilização de 20 órgãos municipais, além das mediações em outras esferas de governo. Agradecemos a todas as Secretarias Municipais por participarem desta construção e partilharem conjuntamente a responsabilidade na execução destas tarefas.

Um agradecimento especial à Secretária Aline Cardoso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, à qual está vinculado o Conselho de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, pelo apoio permanente e a disponibilização de toda a estrutura que criaram as condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho.

Acima de tudo, esse plano é dedicado às agricultoras e agricultores, hortelãs e hortelões urbanos e a todas as pessoas que cultivam pela cidade e que são a fonte e o fim deste trabalho. Também a todas as pessoas que consomem e passarão a consumir os alimentos produzidos na cidade. A seguir está o direcionamento construído a muitas mãos, mentes e corações para o avanço da ruralidade na cidade conhecida por seu cinza, mas que está sendo trabalhada para que se torne cada vez mais verde, sustentável e comestível.

Cristina Abi Jabbour

Presidente do Conselho Municipal de
Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável

Lia Palm

Coordenadora de Agricultura e de
Segurança Alimentar e Nutricional



**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

01

An aerial photograph of a city street scene. A tall, modern building with a grid of windows is on the right. A cable-stayed bridge with many white cables is on the left. The street below has multiple lanes, a roundabout, and some greenery. The image is overlaid with a blue-to-green gradient.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo se configura como uma das expressões mais intensas do desenvolvimento de espaços urbanos contemporâneos. Curiosamente, cerca de um terço de seu território apresenta características rurais. O rural paulistano, bem como de outras grandes metrópoles, não se enquadra nas definições tradicionais que descrevem o espaço rural do Brasil.

Resultado de intensos processos econômicos e sociais que ocorrem na metrópole há décadas, este espaço territorial complexo, margem e divisa de grandes aglomerações humanas, é descontínuo e fragmentado por núcleos urbanos esparsos, constituindo um mosaico que abriga Unidades de Conservação, chácaras, áreas de cultivo de hortaliças, frutas, criação animal, plantas ornamentais em pequena escala. Configura-se como um território sob forte pressão da especulação e do avanço da urbanização via ocupação irregular, além de foco constante de grandes intervenções impactantes como, por exemplo, o traçado do Rodoanel.

Desde 2014, com o retorno do conceito de zona rural no Plano Diretor Estratégico – PDE, foi fundamentado que a gestão urbana deve ser tratada de forma sistêmica na perspectiva da estreita interação entre a qualidade de vida na cidade e os diferentes recursos territoriais que estão presentes principalmente na zona rural. Nas áreas demarcadas como zonas rurais, o PDE propõe incentivar usos e atividades econômicas que sejam capazes de conciliar a proteção ambiental com a geração de emprego, renda, melhoria da qualidade de vida de seus moradores e a redução de fatores de vulnerabilidade e de exclusão socioambiental, reconhecendo a pluralidade de iniciativas já existentes no campo da agricultura e do turismo, com suas múltiplas relações frente à temática do consumo sustentável, da economia circular e da inclusão social produtiva.

Já a agricultura urbana possui muitas especificidades na cidade de São Paulo, por estar distribuída amplamente em áreas públicas de diferentes configurações como escolas, unidades de saúde, áreas de concessão, parques e praças, mas também na iniciativa privada, em condomínios e mesmo nos quintais particulares. Possui diferentes aspectos, passando por locais coletivos que cumprem a função de sociabilidade entre vizinhos, pela prática da militância da agricultura urbana, por espaços educativos, de produção de subsistência e complementação de acesso a variedades vegetais utilizadas por muitos municípios e, por fim, a geração de renda por parte de agricultores urbanos mais profissionalizados. Embora ainda não seja possível traçar um retrato detalhado e completo desta diversidade por conta da fragmentação de iniciativas no vasto e heterogêneo território desta capital, a Sampa+Rural, plataforma que mapeia e visibiliza as iniciativas de agricultura e de sua cadeia de valor, traz um panorama amplo da diversidade e quantidade de iniciativas existentes por toda a cidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que as ações propostas por este Plano são elementos para o fortalecimento das práticas e possibilitam melhorias reais nas atividades em andamento e que possam impactar a qualidade de vida das moradoras e moradores da cidade.

Assim, após discussão e aprovação de uma moção conjunta na 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, a concepção deste plano passa a incorporar estes atributos na sua centralidade, modificando sua designação para “Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”. A adição dos conceitos representados na agroecologia significa a existência de uma visão de futuro no sentido de um projeto para a agricultura na cidade que contemple a transição dos padrões atuais de uso e produção, para práticas sustentáveis não só nas áreas enquadradas legalmente como zona rural, mas em todo território municipal, incorporando a eficiência econômica, a equidade, a justiça social e a minimização dos impactos ambientais.

Esta diretriz aponta para o reconhecimento e estímulo do protagonismo das mulheres, de jovens, e dos povos e comunidades tradicionais do município, bem como para a necessidade de investimento público permanente que promova a realização de iniciativas por grupos e seus processos de autonomia como estratégia consciente de promoção e perpetuação da agricultura na cidade. A agroecologia pressupõe o apoio de cidadãos e cidadãs e a abertura de novos mercados para agricultoras e agricultores do município, fortalecendo os canais já existentes e a logística integrada, fomentando o cooperativismo e a economia solidária. Fornece as ferramentas necessárias para a multiplicação de iniciativas de agricultura urbana que não estão localizadas na zona rural, mas que estão espalhadas pelo município e produzem em meio a áreas urbanizadas da cidade, necessitando da mesma forma de apoio específico, orientação e regulamentações características a cada tipo de atividade.

Nesse ponto, torna-se fundamental destacar a importância da promoção do desenvolvimento econômico sustentável da cidade de São Paulo nos seus mais variados aspectos. A administração pública, na figura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, assume relevante papel ao promover o fomento ao empreendedorismo e à geração de renda local, sempre atenta à vocação da região que norteia. Importante promover o desenvolvimento econômico local especialmente junto às pessoas que vivem nessas regiões, valendo-se do sentimento de pertencimento e orgulho de integrar um movimento que reconhece o valor do rural, suas oportunidades e benefícios à cidade como um todo.

Cumprindo seu papel de política pública integrada, este Plano tem a responsabilidade de entrelaçar as diversas políticas públicas que já existem, indicando o aprimoramento quando necessário e considerando as diferentes esferas de governo. O plano busca formar um conjunto diverso de ações para a promoção da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar, do desenvolvimento rural e urbano, e do direito humano à alimentação adequada (DHAA).

Dentre as políticas existentes destaca-se o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo (PROAURP), responsável por regulamentar a atividade na cidade e estruturar a assistência técnica e extensão rural por meio da implantação de Casas de Agricultura Ecológica (CAE). O Protocolo de Transição Agroecológica, política pública estadual cuja origem remonta o Protocolo Guarapiranga de Boas Práticas Agroambientais do ano de 2009, que é uma alternativa pública de certificação para o período de transição até a certificação

orgânica e direciona esforços para que agricultoras e agricultores adotem progressivamente práticas mais sustentáveis de produção. A Lei nº 16.140/2015 que institui a obrigatoriedade de inclusão de orgânicos na alimentação escolar, visa assegurar a democratização do acesso aos alimentos orgânicos e de base agroecológica e trazer garantia de mercado a agricultoras e agricultores.

Especialmente após 2015, a cidade de São Paulo desempenhou ações estruturadas de apoio à agricultura na região sul através do Projeto Ligue os Pontos (2018-2022). Junto a outras iniciativas recentes, trata-se de uma trajetória virtuosa que, por meio de sua internalização como parte integrante das ações e programas da Coordenadoria de Agricultura, dá base para evolução a um novo momento de apoio à agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo.

As ações que integram esse plano servirão para guiar a atuação do Poder Público, tanto do Executivo, quanto do Legislativo e do Judiciário, para garantir os objetivos previstos no Plano Diretor Estratégico (PDE) em relação ao território rural e urbano, onde existe a ocorrência de imóveis e espaços com características rurais em projetos de agricultura urbana.

Este plano é uma política de Estado, construída pela Administração Municipal, com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, devendo ser implantado de forma permanente, gradativa e participativa. A promoção do desenvolvimento rural e da agroecologia se dá a partir de ações sistêmicas, complementares, integradas e transdisciplinares, apontando para a necessidade de uma articulação entre secretarias municipais, órgãos públicos estaduais e federais, instâncias colegiadas de participação social e a atuação do setor privado. Nenhuma ação descrita neste plano está isolada, pelo contrário, todas estão conectadas e deverão ser implantadas de forma articulada, conforme o grau de prioridade e os arranjos institucionais necessários para o fortalecimento contínuo da agricultura, das zonas rurais e da agroecologia na cidade de São Paulo.

1.1 - O PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SUA RELAÇÃO COM OUTROS PLANOS MUNICIPAIS

A construção deste Plano buscou reconhecer a importância que a pauta da agricultura e seus temas correlatos possuem para o município de São Paulo, identificando as ações já desenvolvidas pelas secretarias municipais e os demais planos construídos nos últimos anos. Desta forma, buscou-se um olhar intersetorial para a política pública, reconhecendo as interfaces temáticas de forma a potencializar as ações desenvolvidas no âmbito da Prefeitura Municipal.

Nesse sentido, a identificação e avaliação dos planos municipais existentes foi uma etapa importante para estruturação do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, buscando construir acordo junto aos órgãos municipais a respeito da exequibilidade das ações e metas previstas e de sua importância para atender, não só aos objetivos deste plano, mas também os objetivos mais amplos da Prefeitura Municipal. A premissa básica foi compreender que

há vários programas já existentes na Prefeitura que dão suporte à ações previstas no Plano como o Programa Escola Estufa, o Programa Operação Trabalho e as Casas de Agricultura Ecológica, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), da Secretaria Municipal de Saúde; as ações de promoção de hortas escolares e compras da produção familiar e de orgânicos da Secretaria Municipal da Educação; a Escola de Agroecologia, a Escola de Jardinagem, os Viveiros Municipais e o Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente; os Pátios de Compostagem da Secretaria Executiva de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal das Subprefeituras, dentre outros.

Além de ações planejadas em compromissos já firmados pela Prefeitura, foram cruzadas as metas e ações previstas neste Plano com as metas de ações de outros planos, a saber:

- **Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA)**
- **Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA)**
- **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)**
- **Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE)**
- **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)**
- **Plano Municipal da Saúde (PMS)**
- **Plano de Ação Climática (PlanClima SP)**
- **Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030**
- **Programa de Metas 2021-2024**
- **Plano Plurianual 2022-2025**

A partir do estudo sobre a interface entre os planos, foi construída uma matriz de análise em que foram apontadas as convergências entre as metas previstas, dando origem a um importante instrumento de acompanhamento das ações e de estímulo ao trabalho intersecretarial necessário para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário. A tabela no Anexo B deste Plano traz a matriz que consolida esse cruzamento entre os planos.

**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

02



MARCO CONCEITUAL E METODOLOGIA ADOTADA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

MARCO CONCEITUAL E METODOLOGIA ADOTADA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural, de forma participativa e democrática, para uma metrópole com as características e especificidades da cidade de São Paulo, consiste em um grande desafio, tanto do ponto de vista conceitual como metodológico.

Territórios rurais e periurbanos em regiões metropolitanas são de difícil caracterização, existindo lacunas, tanto de conhecimento como de instrumentos de regulação e planejamento. Os conceitos ora adotados no presente plano são resultantes das discussões ocorridas durante a etapa de realização da 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Cidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2016, para a qual a Prefeitura de São Paulo preparou material de orientação, em versões impressa e digital, disponibilizada no site: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CARTILHARURAL.pdf> (SÃO PAULO, 2016).

2.1 - PRINCIPAIS CONCEITOS

AGRICULTOR(A) FAMILIAR é, segundo a Lei Federal nº 11.326/2006, aquele(a) que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- V - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP): conceito multidimensional que inclui a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos, promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades.

Partindo deste enfoque, a AUP contribui para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional. A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais. A prática da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente, e pode ser realizada em espaços públicos e privados dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município.

No Município de São Paulo, o marco legal para a agricultura urbana e periurbana é a Lei Municipal nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004 (Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP) e seu Decreto Regulamentador (Decreto Municipal nº 51.801, de 21 de setembro de 2010), diante da recriação da zona rural no Plano Diretor Estratégico, das diretrizes emanadas da Primeira Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e, sobretudo, das recomendações, diretrizes e ações recomendadas no âmbito do presente Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

AGROECOLOGIA: a agroecologia é uma vertente agrônoma que engloba técnicas ecológicas de cultivo com sustentabilidade social. Ela também incorpora fontes alternativas de energia e sua principal preocupação é sistematizar todos os esforços num modelo tecnológico socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Em agroecologia, a unidade fundamental de estudo é o agroecossistema, no qual os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa e produção agroecológica, os objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. A agroecologia tem como base o conhecimento de agricultores e agricultoras a visão sistêmica, a prevenção e manutenção, a pesquisa, o respeito aos ciclos ecológicos, o comércio justo e as metodologias participativas (SÃO PAULO, 2016).

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL – CMDRSS: órgão colegiado criado pelo artigo 192 do PDE, que tem por finalidade propor diretrizes para elaboração e implementação de políticas públicas municipais, consti-

tuindo-se em espaço de articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável. A implementação do CMDRSS foi definida pelo Decreto Municipal nº 57.058, de 15 de junho de 2016, data da realização da eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil. O CMDRSS tem composição paritária, e está em seu segundo mandato, tendo participado ativamente da construção desse Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O conceito de desenvolvimento rural não pode ser entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades (humanas, políticas, culturais, técnicas etc.) que permitam às populações rurais agirem para transformar e melhorar suas condições de vida, através de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Segundo Ricardo Abramovay (2000), pressupõe a luta contra uma crença antiga no Brasil da existência de um antagonismo entre as palavras rural e desenvolvimento, sendo que o processo de desenvolvimento deste território depende de uma ação conjunta entre os diversos atores governamentais e a sociedade civil.

Deve ser sustentável na medida em que concilie atividades produtivas, inclusão social e conservação e recuperação ambiental dos recursos naturais existentes (conservação e recuperação de florestas, áreas de preservação permanente, reserva legal, manejo adequado do solo, garantia de produção de água e manutenção da biodiversidade), com respeito à diversidade sociocultural do território (SÃO PAULO, 2016).

PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PMADRS: é instrumento norteador para impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável das zonas rurais e as atividades de produção agropecuária urbanas e periurbanas na cidade. Foi instituído pelo artigo 191 do PDE e deve ser elaborado de forma participativa. Além disso, para que agricultoras e agricultores acessem recursos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995, os municípios devem elaborar seus Planos de Desenvolvimento Rural, a serem aprovados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS).

O conteúdo mínimo que o Plano deve conter, conforme determina o PDE, é:

- I) diagnóstico socioambiental, econômico e cultural da zona rural;
- II) caracterização das cadeias produtivas existentes e potenciais;
- III) diretrizes para orientar as articulações e parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa, e
- IV) diretrizes para orientar a destinação de recursos voltados a promover o desenvolvimento rural sustentável (SÃO PAULO, 2014).

Adicionalmente, a 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, ocorrida em 15 de Junho de 2016, aprovou por meio de uma moção a mudança do nome de “Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável” para “Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”, com acréscimo do termo Agroecologia, uma vez que o plano não se refere apenas à Zona Rural, mas a todo o território do município, e inclui a Agricultura Urbana.

ZONA RURAL: Não é recente a discussão sobre a definição do que se pode chamar de zona rural ou zona urbana. Há diferentes concepções e definições para estes territórios, que passam continuamente por transformações de uso, em geral de conversão de terras rurais em urbanas. Diversos autores apontam ainda a incompatibilidade entre o que é urbano e rural, considerando a regulação tributária e a urbanística. Esta situação é bastante comum na cidade de São Paulo, onde muitas áreas com características tipicamente urbanas, dotadas de infraestrutura e inseridas em zona urbana pelo Plano Diretor Estratégico, ainda são tributadas pelo ITR – Imposto Territorial Rural.

De forma geral, pode-se dizer que na zona urbana as redes de infraestrutura, serviços, transporte público, atividades comerciais e industriais estão consolidadas e são contínuas; há alta densidade populacional e ocorre o parcelamento urbano de antigas glebas, resultando em lotes de dimensões variáveis. No urbano pode ou não existir produção agrícola.

Na zona rural, dadas as suas características e especificidades, a extensão dos serviços e equipamentos públicos é restrita ou parcial, a densidade populacional é baixa e a dimensão das propriedades deve obedecer ao módulo mínimo rural, que varia de acordo com a região do país. Predominam as atividades agropecuárias e áreas de preservação. Nesse espaço, há enclaves urbanos (colônias, loteamentos, condomínios), mas não há continuidade espacial entre eles.

O Estatuto da Cidade exige que os planos diretores considerem todo o município, tanto área urbana como rural (art. 40, parágrafo 2º), buscando a integração e a complementaridade entre as atividades desenvolvidas nesses dois territórios, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do município como um todo.

ZONA RURAL EM SÃO PAULO: A partir de 2002, com a aprovação do Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei Municipal nº 13.430/2002) todo o território paulistano passou a ser considerado urbano, ainda que existissem áreas na cidade com características tipicamente rurais. Além disso, número significativo de glebas e lotes continuava sendo tributado pelo Imposto Territorial Rural – ITR. Esta condição foi alterada em 2014, com a aprovação do novo Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº 16.050/2014), quando novamente se reconhece a existência da zona rural, abrangendo uma área de 445 km², o que corresponde a 28,4 % da área total do município. Nos perímetros delimitados como rurais somente é permitida a instalação de usos compatíveis com o desenvolvimento rural sustentável, não sendo admitidos parcelamentos urbanos. O tamanho do lote mínimo deve atender ao módulo rural mínimo, definido pela legislação federal.

Em consonância com a legislação federal, o PDE prevê ainda, em seu artigo 190, parágrafo 1º, que toda propriedade, independentemente de sua localização, que mantenha atividade(s) agropecuária(s) produtiva(s) devidamente cadastrada(s) no INCRA, não será enquadrada como urbana, situação que se mantém enquanto esta atividade estiver ativa.

2.2 - HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO

O Plano congrega informações de um ciclo de oficinas, reuniões, visitas e encontros que aconteceram em todas as regiões da cidade durante os anos de 2018 e 2019, e onde foram realizados os debates e o agrupamento das sugestões que foram sistematizadas e apresentadas neste documento.

Após a realização da 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 15 de Junho de 2016, e pela iniciativa estabelecida no Plano Diretor Estratégico (PDE), a elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável passou a fazer parte do cotidiano do novo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável.

Nesta Conferência foram discutidas e aprovadas diretrizes, definidas prioridades iniciais e elencadas propostas de forma democrática para a construção do Plano, e que deveria ser realizado um esforço em direção a um amplo processo participativo.

A partir da primeira reunião do CMDRSS, realizada em 30 de setembro de 2016, foram realizadas mais de 65 reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, nas quais o Plano permaneceu como pauta permanente nas discussões, seja na organização do processo participativo de elaboração, como nos diálogos sobre o teor de seu conteúdo.



Foto: André Biazoti.

GRUPO DE TRABALHO NA 1ª CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE SÃO PAULO, REALIZADA NO DIA 15/06/2016



Foto: André Biazoti.

POSSE DOS CONSELHEIROS DO CMDRSS REALIZADA EM 28/09/2016

De forma simultânea às reuniões, um grupo de conselheiros realizou visitas técnicas a grupos sociais que desenvolvem determinadas cadeias produtivas, de forma a entender a realidade desses grupos, colher informações sobre suas demandas e desafios e observar potencialidades de ações que poderiam ser incorporadas ao plano de forma mais específica. Os grupos sociais identificados no município foram: pescadores artesanais, aldeias indígenas, grupos de mulheres, fruticultores, cultivadores de plantas ornamentais, silvicultores, agricultores convencionais, agricultores agroecológicos e orgânicos, suinocultores e hortas comunitárias. Destes grupos, apenas os fruticultores não foram envolvidos diretamente nas atividades da elaboração do Plano devido às dificuldades de contato. Foram realizadas reuniões estratégicas com alguns desses grupos, como o caso dos silvicultores e com o Sindicato Rural de São Paulo, com o objetivo de colher informações importantes para o desenvolvimento do Plano.



Foto: André Biazoti.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDRSS EM 02/02/2018

A realização dessas visitas e reuniões possibilitou o início das discussões sobre as cadeias produtivas existentes no município e sobre a melhor forma de aproximar esses grupos do CMDRSS e de considerar suas reivindicações no Plano. Foram momentos ricos de aprendizado para o Conselho e importantes espaços de articulação do CMDRSS junto a agricultoras e agricultores do município. A partir destes encontros se estabeleceu um cronograma para a realização de três oficinas regionais para reunir agricultoras e agricultores de grupos sociais e regiões distintas, além da participação de técnicos do serviço público, das organizações não governamentais e de pesquisadores envolvidos nessas regiões do município. Os três encontros regionais totalizaram 148 participantes.

VISITAS TÉCNICAS E REUNIÕES REALIZADAS PELO CMDRSS

GRUPO SOCIAL VISITADO	REGIÃO	DATA DA VISITA
Horta Vila Nova Esperança (horta urbana)	Zona Oeste	18/05/2018
Sindicato Rural – reunião	Zona Oeste	15/05/2018
Agricultores convencionais	Zona Sul	04/04/2018
Silvicultores – reunião	Zona Sul	21/03/2018
Aldeia Kalipety - Terra Indígena Guarani Tenondé Porã	Zona Sul	07/03/2018
Pescadores - Represa Billings	Zona Sul	27/09/2017
Plantas ornamentais	Zona Sul	30/05/2017
Suinocultores - Jardim Damasceno	Zona Norte	20/05/2017
Câmara Técnica de Agricultura e Desenvolvimento Rural das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia	Zona Sul	28/02/2017

Já as oficinas contaram com metodologias participativas, construídas por um Grupo de Trabalho específico, contando com a condução dos trabalhos por uma equipe de facilitadores e a organização das contribuições por cartões. Tiveram como objetivo aproximar o CMDRSS de agricultores do município e colher contribuições diretas para o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável a partir das demandas dos grupos.



Foto: André Biazoti.

OFICINA DA ZONA LESTE, REALIZADA DIA 28/03/2018

Foram realizadas duas perguntas orientadoras:

1. Quais os principais problemas encontrados na prática e defesa da agricultura urbana e periurbana?
2. Quais as possibilidades e políticas para solucionar estes problemas?

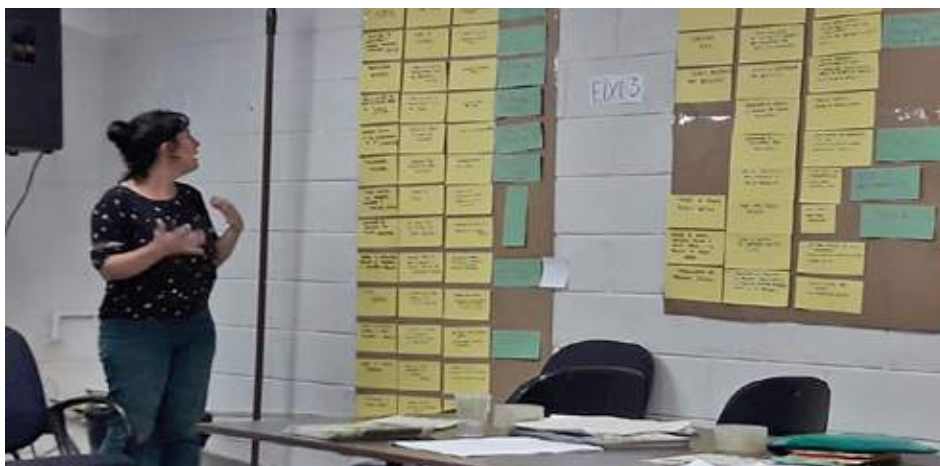


Foto: Juliana Antunes

OFICINA DA ZONA LESTE, REALIZADA DIA 28/03/2018

As contribuições das pessoas participantes foram sistematizadas e organizadas, com base nas diretrizes da 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e nos relatórios das visitas técnicas e reuniões do CMDRSS.



Foto: André Biazoti.

OFICINA DA ZONA SUL, REALIZADA DIA 10/04/2018

Ao término das oficinas e das avaliações das atividades realizadas em reunião ordinária do CMDRSS, uma das observações relevantes foi a limitada participação das mulheres agricultoras da cidade, ressaltando a divisão de gênero em relação aos espaços de fala e também em relação à invisibilização dos trabalhos executados por elas.



Foto: André Biazoti.

OFICINA DA ZONA NORTE, REALIZADA DIA 24/04/2018

O papel que as mulheres exercem na condução de muitos projetos e o apreço com que conduzem a conversão de propriedades em direção a padrões mais sustentáveis foi muito destacado, haja vista que os cuidados com alimentação e saúde da família muitas vezes recaem sobre elas, que possuem maior dificuldade no acesso aos mercados e às políticas públicas e, conseqüentemente, no desenvolvimento de autonomia econômica, resultando em maiores dificuldades para a transformação do papel de protagonista da ação política.



CONVITE OFICINA DAS MULHERES II, REALIZADA DIA 23/06/2018.

Foi criado no interior do CMDRSS o Grupo de Trabalho (GT) de mulheres, visando aumentar a participação efetiva das mulheres agricultoras na construção deste Plano. A partir da construção deste GT foram realizadas oficinas especificamente de mulheres, cuja iniciativa foi protagonizada pelas próprias mulheres conselheiras do CMDRSS. Estas oficinas com recorte de gênero abriram espaço para pautas específicas que compuseram este plano.



Foto: Magno Celso Ferreira de Paula

OFICINA DAS MULHERES VIII, REALIZADA DIA 23/11/2019

Importante pontuar que as oficinas de mulheres que foram realizadas nos territórios, a partir da primeira delas realizada especificamente para a construção desse Plano, se desdobraram em uma série de encontros, dando origem à Rede de Agricultoras Periféricas Paulistas, iniciativa de auto-organização e voltada à mobilização social, reconhecimento e aumento do protagonismo feminino na construção de políticas públicas para a agricultura do município (BELLENZANI, COLETA e IYUSUKA, 2019).

Importante ressaltar também que, após estas oficinas, surgiu uma rede sociotécnica, envolvendo técnicas de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, visando o trabalho integrado.

OFICINAS REGIONAIS DE CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		
NOME	DATA	LOCAL
Oficina das Mulheres VII	30/11/2019	Jd. Damasceno (ZN)
Oficina de Mapeamento Coletivo	31/08/2019	SAA (Centro)
Oficina das Mulheres VI	29/06/2019	Sítio da Valéria (Parelheiros) (ZS)
Oficina das Mulheres V	16/02/2019	Horta Vila Nova Esperança (ZO)
Oficina das Mulheres IV	24/11/2018	Comuna da Terra Irmã Alberta (ZN)
Oficina das Mulheres III	18/08/2018	Aldeia Guarani Kalipety (ZS)
Oficina das Mulheres II	23/06/2018	Viveiro do NUA - Projeto Quebrada Sustentável (ZL)
Oficina das Mulheres I	16/05/2018	SempreViva Organização Feminista (ZO)
Oficina Zona Norte	24/04/2018	Parque da Água Branca (ZO)
Oficina Zona Sul	10/04/2018	Prefeitura Regional de Parelheiros (ZS)
Oficina Zona Leste	28/03/2018	Prefeitura Regional de São Mateus (ZL)
TOTAL DE PARTICIPANTES		390 PARTICIPANTES

Foto: Acervo CMDRSS



PARTICIPANTES NO FINAL DA OFICINA DA ZONA SUL, REALIZADA DIA 10/04/2018

Foto: Acervo CMDRSS



PARTICIPANTES NO FINAL DA OFICINA DA ZONA NORTE, REALIZADA DIA 24/04/2018.

Após a sistematização dos resultados das oficinas pelo Grupo de Trabalho, foi realizada, no dia 07/06/2018, a Reunião Ordinária aberta do CMDRSS, onde foram convidados integrantes das diversas Secretarias Municipais que compõem a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (CAISAN), e que tiveram atribuições elencadas no decorrer das oficinas. A reunião foi conduzida pela própria Secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso, e teve por objetivo a apresentação da estrutura geral deste Plano e a articulação necessária com as diversas secretarias, com a finalidade de engajá-las na avaliação das solicitações realizadas pelas oficinas, e na elaboração de outras contribuições setoriais para o plano, em suas respectivas áreas de atuação e nas quais se encontram relacionadas ao desenvolvimento rural, às atividades agropecuárias e à prática da agroecologia no município.

Neste intenso processo de sistematização e com uma minuta deste Plano já estabelecida, foram realizadas reuniões específicas com as secretarias diretamente envolvidas como forma de aprofundar e validar os objetivos, metas e ações elencadas. Nesta etapa, o olhar passou a focar a execução das políticas públicas propostas e envolver ativamente técnicas, técnicos e as/os gestoras/es de tais secretarias no processo de elaboração e pactuação do Plano. Sendo assim, foram realizadas 8 (oito) reuniões específicas de acordo com as responsabilidades pelas ações elencadas.

DATA REUNIÃO	SECRETARIAS ENVOLVIDAS
06/12/2018	Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet)
04/12/2018	Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet)
27/11/2018	Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet)
30/10/2018	Subprefeituras, ILUME (atual SP Regula - Iluminação Pública), AMLURB (atual SP Regula - Limpeza Urbana)
23/10/2018	Secretaria Municipal de Gestão (SEGES), Fazenda (SF), Governo (SGM)
16/10/2018	Turismo (SMTUR), São Paulo Turismo (SPTuris), Cultura (SMC)
09/10/2018	Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Saúde (SMS), Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Educação (SME)
02/10/2018	Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet), Verde e Meio Ambiente (SVMA), Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

O objetivo dessas reuniões era tornar este Plano completamente exequível, discutindo as ações que foram propostas nas etapas anteriores e ouvir cada órgão sobre os temas e o que já estava sendo desenvolvido, ou se haviam planos estabelecidos para os assuntos tratados. Consolidada a minuta junto às secretarias, autarquias e internamente à SMDet, o documento foi enviado oficialmente a cada um desses órgãos para apreciação das formalidades e considerações por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), aprofundando essa articulação institucional por parte da municipalidade, privilegiando o trabalho intersecretarial, com a percepção de favorecer a implantação do Plano e sua efetividade. Após a tramitação interna nas secretarias e autarquias, com consultas, articulações e mais reuniões de trabalho e sistematização, as contribuições já oficializadas foram recepcionadas e incorporadas ao texto do Plano. As informações sobre os trabalhos realizados envolvendo a zona rural e a agricultura na cidade de forma geral foram explicitados nestas comunicações.

Por fim, todas as linhas de ação, atividades estratégicas e metas foram disponibilizadas e submetidas à Consulta Pública durante 20 dias, iniciada no dia 19/11/2019 e finalizada em 08/12/2019, onde foram colhidas as últimas contribuições do público em geral para a consolidação final dos eixos de ação. Foram realizadas 28 alterações a partir do retorno da consulta pública (anexo C).

O andamento da publicação do Plano passou então por um período de espera, devido a mudanças institucionais da unidade de agricultura e, especialmente, o impacto da pandemia da COVID 19, que impôs grandes desafios para atender a situação de emergência. No ano de 2022, então, as ações para a publicação puderam ser retomadas, com uma nova rodada de avaliação e consultas ao CMDRSS, atualização de dados e informações e uma

nova rodada de validação com as secretarias envolvidas em sua execução, assegurando o comprometimento e a parceria dos órgãos públicos para a implantação deste Plano. A partir desse processo, o Grupo de Trabalho e a Coordenadoria de Agricultura consolidaram as mudanças identificadas como necessárias e consolidaram essa versão final.

O resultado do processo foi a construção participativa do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, que conta com um plano de ação objetivo, integrado e sólido em suas tarefas, construído pelo Poder Público conjuntamente com a Sociedade Civil, em busca do encontro da cidade com o desenvolvimento das práticas rurais sustentáveis em todo o território do município e do incremento da qualidade de vida da população rural e urbana.



**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

03

An aerial photograph of a modern city, featuring a prominent cable-stayed bridge in the upper left and a large stadium in the lower right. The image is overlaid with a blue-to-green gradient. The text is in white, bold, uppercase letters.

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL, ECONÔMICO E CULTURAL DA AGROECOLOGIA E ZONA RURAL

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL, ECONÔMICO E CULTURAL DA AGROECOLOGIA E ZONA RURAL

3.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É reconhecido que os territórios rurais e periurbanos em regiões metropolitanas são de difícil caracterização e, também talvez por isso, muitas vezes existam dificuldades para que estes territórios estejam inseridos nas políticas públicas urbanas e também contemplados nas políticas voltadas ao desenvolvimento rural. No entanto, considerá-los como periferia da cidade é, para Sparovek et al (2004, apud SEPE et al, 2018), incluí-los erroneamente no urbano, como se tivessem perdido todo seu caráter rural.

No caso específico do rural paulistano, este é constituído por territórios de fronteira, heterogêneos entre si, com ocorrência em diversas regiões da cidade. Encontram-se em constante transformação, submetidos a distintos processos sociais e econômicos relacionados com a valorização real ou potencial do espaço (SEPE et al, 2018). Também têm como característica a incidência de um complexo conjunto de políticas públicas, legislações e atores atuando concomitantemente e que por vezes se sobrepõem ou mesmo se conflitam (SEPE et al, 2018).

Neste contexto, se torna fundamental que os agentes sociais, públicos ou da sociedade civil, atuantes nestes territórios trabalhem de forma articulada, integrando recursos e esforços, constituindo um caminho necessário para que se faça frente aos desafios colocados para a cidade, entre os quais, os impactos da mudança do clima, a preservação ambiental, a insegurança alimentar e hídrica e o combate às desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

Por muito tempo, relativamente, poucas pesquisas foram desenvolvidas para entender e analisar a atividade agropecuária no município. No entanto, esta realidade tem se modificado, a partir do reconhecimento do potencial da agricultura em grandes centros urbanos por seu caráter multifuncional, capaz de impactar positivamente e de maneira simultânea em diversos aspectos críticos para a qualidade ambiental e de vida nas cidades.

Nas seções a seguir esse diagnóstico é apresentado e discutido um conjunto de dados, produzido por diferentes instituições, sobre a agricultura na cidade, constituindo um resgate para o entendimento de complexidades e especificidades desta atividade e que deve ser norteador das ações propostas no presente Plano e a serem desenvolvidas nos próximos anos na cidade de São Paulo.

3.2 - PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA AS ZONAS RURAIS E A AGRICULTURA NA CIDADE

A cidade de São Paulo acumula anos de iniciativas exitosas para a agricultura, entre as quais o Programa de Hortas Comunitárias na década de 1980, o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP, criado pela Lei nº 13.727/04, a criação das Casas de Agricultura Ecológica da Zona Sul (2006) e da Zona Leste (2010), os editais do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, a criação das APAS Capivari-Monos (2001) e Bororé Colônia (2006), Programa Escola Estufa (2009) e o Projeto Guarapiranga Sustentável (2010), precursor do Protocolo de Transição Agroecológica, política estadual instituída em 2016. Esses são alguns exemplos dessa trajetória, que ganha uma nova fase a partir de 2014, com a edição do Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei 16.050/2014), em que se tem a reintrodução das zonas rurais no ordenamento territorial da cidade e a busca por uma atuação mais sistêmica, por meio da integração das ações já desenvolvidas pelas diferentes secretarias municipais e demais agentes, da instalação do CMDRSS e a previsão da elaboração deste Plano.

Na esteira do restabelecimento das zonas rurais pelo Plano Diretor Estratégico de 2014, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em conjunto com outras pastas da Prefeitura, intensificou sua atenção para o desenvolvimento das zonas rurais, a partir dos objetivos definidos pelo PDE: a contenção da expansão urbana, o incentivo a usos sustentáveis e a agricultura orgânica, e a preservação de ecossistemas naturais.

Como uma destas ações, a cidade de São Paulo aplicou para o prêmio Desafios dos Prefeitos 2016, promovido pela Bloomberg Philanthropies, instituição filantrópica estadunidense, que premiou iniciativas inovadoras em políticas públicas nas cidades da América Latina e do Caribe. Com o projeto Ligue os Pontos, a cidade de São Paulo foi vencedora do prêmio principal, com a premissa de que um dos grandes desafios a ser enfrentado pelas cidades latino-americanas é estabelecer uma relação sustentável entre as áreas urbana e rural. O projeto propôs-se a fortalecer a cadeia de valor da agricultura e do alimento como uma estratégia de promoção da sustentabilidade da zona rural sul, a partir de ações intersecretariais de apoio a agricultoras, agricultores, pessoas empreendedoras locais e construção de capacidades institucionais.

A execução do projeto ocorreu entre janeiro de 2018 e junho de 2021 contando com o cofinanciamento da Bloomberg Philanthropies. Em sua fase mais recente, entre novembro de 2021 e junho de 2022, recebeu um financiamento complementar da Fundação Porticus. A partir do final dessa última parceria, a Prefeitura, diante dos resultados bem sucedidos obtidos, optou por internalizar os componentes chave do projeto - seus instrumentos, métodos e expertises - como parte da política pública para a agricultura no âmbito da Coordenação de Agricultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDet, a fim de consolidar suas ações no extremo sul e expandir esse impacto para toda a agricultura paulistana de toda a cidade.

Durante seu primeiro período de implantação, as ações do projeto Ligue os Pontos estiveram organizadas em três frentes:

- i) Fortalecimento da Agricultura;**
- ii) Cadeia de valor da agricultura local;**
- iii) Dados e evidências.**

Na frente de Fortalecimento da Agricultura, a equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visitou periodicamente 150 unidades produtivas da zona sul, focando a orientação à adoção de boas práticas agroambientais e a transição para a produção orgânica ou agroecológica. A ação incluiu programas de análises de solo e água, distribuição de insumos orgânicos, apoio à certificação orgânica e de transição agroecológica, regularização documental, cursos de capacitação e expansão da fruticultura, além da construção de cinco unidades demonstrativas de tecnologias adaptadas à agricultura familiar (fungicultura, galinha caipira, armazenamento adequado de agroquímicos, energia solar e cisterna). A Frente de Fortalecimento da Agricultura, alcançou significativos resultados com avanço de 75% no número de unidades produtivas orgânicas ou em processo de transição agroecológica, e no aumento de 50% no índice de adoção de boas práticas agroambientais dentro das unidades produtivas atendidas.

Na frente da Cadeia de Valor, em parceria com a Ade Sampa/SMDET, o Projeto fomentou o empreendedorismo local com cursos de capacitação para mais de 200 pessoas, junto a um processo de aceleração que impulsionou oito negócios locais vinculados ao turismo rural e à agricultura sustentável. Além disso, atuou diretamente em gargalos e oportunidades da cadeia de valor, por meio do fomento ao cooperativismo, ao ecoturismo rural e escolar, no acesso a mercados, no desenvolvimento de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e no apoio à estruturação de equipamentos públicos locais, como o Teia Parelheiros, da SMDET, a Escola de Agroecologia, de SVMA e a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Sul.

Na frente de Dados e Evidências, diante de uma relativa lacuna de dados sobre a agricultura e a zona rural, fez-se um extenso esforço na realização de levantamentos e pesquisas para subsidiar a elaboração de políticas públicas. Inicialmente, foi realizado um cadastramento censitário das unidades produtivas da zona rural sul, que identificou 427 unidades produtivas na região. No mesmo recorte territorial, também foi realizada cartografia de alta precisão de uso do solo e aptidão para uso agrícola. Na terra indígena Tenondé-Porã foi realizado o cadastramento da agricultura e um levantamento florístico, em parceria com o Herbário Municipal (SVMA). Finalmente, foram realizadas mais de dez publicações do projeto Ligue os Pontos, que servem como referência para o desenvolvimento de políticas públicas na cidade de São Paulo e replicação a outras cidades. Todas as publicações estão disponibilizadas para acesso público na plataforma Sampa+Rural e os dados disponibilizados nas plataformas da Prefeitura, na Sampa+Rural e no GeoSampa.

[1] Disponível em <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/categoria/agricultores>

[2] <https://sisrural.prefeitura.sp.gov.br/>

Também como parte desse esforço, foram criadas as plataformas Sampa+Rural¹ e o SisRural², sistemas integrados que funcionam como ferramenta de trabalho e registro, no caso do SisRural, e como plataforma de visibilização e conexão de iniciativas ligadas à agricultura, disponível a toda população, no caso da Sampa+Rural. No processo de implantação dessas plataformas, foram reunidos e atualizados dados existentes, assim como realizados levantamentos inéditos de iniciativas de agricultura em toda a cidade. Mais de mil locais de cultivo, tanto em áreas rurais como urbanas, já foram cadastrados, em um processo contínuo de incremento e atualização.

Com características e tipologias diversas, a agricultura paulistana tem grande potencial de fortalecimento e expansão. Inclui cerca de 700 unidades produtivas, em sua grande maioria familiares, com produção voltada à comercialização e/ou autoconsumo. Também hortas comunitárias e em equipamentos públicos, além da produção agrícola presente nas aldeias Guarani, localizadas nas duas Terras Indígenas existentes na cidade, uma no extremo sul - Tenondé-Porã - e outra na zona norte, localizada no Jaraguá.

Com a criação do SisRural e da Sampa+Rural, a política de apoio à agricultura que era até então operacionalizada em cadastros em papel e planilhas desintegradas, passou a contar com sistemas computacionais para a sistematização e apoio mais estruturado às pessoas beneficiadas, assim como a abertura para a colaboração e publicização de dados e informações.

O Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural - SisRural visa subsidiar políticas públicas de desenvolvimento rural e ambiental, como a Assistência Técnica e Extensão Rural, protocolos de boas práticas agrícolas, pagamentos por serviços ambientais, entre outros. Trata-se de um cadastro único de produtores e unidades produtivas, e um conjunto de ferramentas flexíveis para coleta de dados e protocolos de atendimento, com cadernos de campo, formulários e planos de ação. Os Sistemas foram desenvolvidos em código aberto, e por meio de Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA, o SisRural passou a ser hospedado pelo órgão estadual, que tem demandas similares. Passou a ser utilizado assim, também para os programas do Protocolo de Transição Agroecológica (PTA), os Protocolos de Boas Práticas Agroambientais (PBPA), bem como apoiar a própria ATER estadual, assim como passou a ser utilizado por outros municípios paulistas e projetos que aderiram ao sistema.

A Plataforma colaborativa Sampa+Rural, por sua vez, é composta por site na internet (<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>) e selos físicos, que identificam os locais de agricultura por toda a cidade. É uma solução de acesso público e voltada ao fomento de conexões e de redes, que mapeia, reconhece e visibiliza agentes vinculados às zonas rurais, à agricultura, à alimentação saudável e ao meio ambiente na cidade. A plataforma é organizada em quatro categorias: **Agricultura**, que mapeia as unidades produtivas, hortas comunitárias e institucionais e aldeias guarani; **Mercados**, com os locais de comércio direto de orgânicos da cidade, grupos de consumo responsável, feiras livres, restaurantes com orgânicos, comércios parceiros da produção local, que comercializam produtos de agricultores da cidade, e Serviços para a agricultura; **Turismo e Vivência Rural**, que visibiliza empreendedores dos pólos de ecoturismo de Parelheiros e da Cantareira; e, por fim, **Iniciativas e Políticas Públicas**, que traz as políticas públicas, equipamentos municipais, instituições e organizações da sociedade civil que atuam com estas temáticas. Cada local possui um perfil na plataforma, com dados de contato, fotos, informações e sua história. A plataforma é participativa e qualquer um pode cadastrar novos locais, solicitar atualização de dados e informações, comentar, enviar fotos e mandar mensagem para a equipe de moderação.

Além da página na internet, a Sampa+Rural também é constituída de um conjunto de selos físicos que valorizam estas iniciativas: o selo “Nós Fazemos a Sampa+Rural” e o selo “Aqui tem Produção de Sampa”. O selo “Nós Fazemos a Sampa+Rural” é o reconhecimento de que aquela iniciativa é parte de uma rede que fortalece uma cidade mais rural, mais saudável e mais sustentável. Todos os locais presentes na Sampa+Rural podem ter este selo. O objetivo é dar visibilidade a essa ampla rede de locais e facilitar a conexão entre eles, estimulando novos negócios e aumentando o conhecimento dos paulistanos sobre esses locais que estão por toda a cidade.

Já o selo “Aqui tem Produção de Sampa” identifica os estabelecimentos que comercializam produtos de agricultoras/es da cidade, como mercados, feiras, restaurantes e empórios. O Selo poderá ser fornecido a partir da confirmação com quem produz de que reconhece aquele local como parceiro. O objetivo é valorizar os estabelecimentos que exercem um comércio justo e de circuito curto, fortalecendo a agricultura local. Foram mais de 500 selos entregues, dos dois tipos, que estão espalhados por toda a cidade de São Paulo.

A experiência do projeto Ligue os Pontos trouxe, para além de seus resultados concretos na vida das pessoas beneficiadas diretamente, a possibilidade de inovação e criação de instrumentos e métodos que viabilizam a ampliação da capacidade de atuação municipal. Sua trajetória foi trilhada tendo a articulação e o trabalho conjunto como forma constitutiva de atuação, agregando vários órgãos governamentais, instituições e organizações da sociedade civil. O fim do seu último ciclo de financiamento externo em junho de 2022, enseja o processo de internalização para a estrutura pública da cidade de São Paulo.

Nesse processo, a Coordenadoria de Agricultura, da SMDet, passa por uma grande estruturação, que inclui o fortalecimento de sua equipe de campo, a expansão de sua atuação para todo o território da cidade para o atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) por suas equipes das Casas de Agricultura Ecológica (CAE), a estruturação de sua equipe central para a formulação e operacionalização de políticas públicas e programas de fortalecimento da agricultura e sua cadeia de valor, assim como a retomada de uma série de ações e programas municipais bem sucedidos. Essas ações, das quais faz parte a publicação e a execução deste Plano, dão as bases para a criação de um novo ciclo de apoio à agricultura e às zonas rurais da cidade.

3.3 - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL NO MUNICÍPIO

3.3.1. O ORDENAMENTO TERRITORIAL

Desde 2014, cerca de 28% da área total da cidade foi delimitada como zona rural (445 km²), estando 80% deste total localizado na região sul, nas subprefeituras de Pariheiros e Capela do Socorro. Com territórios menores, também foram definidas como rurais as áreas localizadas ao norte e noroeste e em porções isoladas a leste, oeste e sudeste da cidade, como mostra a Tabela 1 e a Figura 1.

O PDE considerou como rural 2 (duas) das 8 (oito) macroáreas definidas para a cidade, a saber: a) Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável e b) Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais.

TABELA 1: ÁREAS TOTAIS E RELATIVAS DA ZONA RURAL EM SP, POR REGIÃO

TERRITÓRIO	ÁREA (KM²)	% DA ÁREA TOTAL DO MSP	% DA ÁREA TOTAL DA ZR DO MSP
Município de SP	1521,00	100	-
Zona Rural de SP	432,70	28,4	100
Zona Rural Sul	348,47	22,9	80,5
Zona Rural Norte	52,63	3,46	12,16
Zona Rural Noroeste	19,06	1,25	4,4
Zona Rural Leste	7,00	0,46	1,6
Zona Rural Sudeste	4,88	0,32	1,12
Zona Rural Oeste	0,66	0,04	0,15

Fonte: São Paulo (2014) - disponível no GEOSAMPA

A Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável só ocorre na Zona Sul, em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM e abrange as Áreas de Proteção Ambiental Municipais: APA Capivari-Monos e APA Bororé-Colônia, classificadas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei Federal nº 9.985/2001).

As áreas situadas nesta macroárea são majoritariamente de posse e domínio particulares, sendo os usos permitidos mais restritivos que os permitidos em zona urbana. O parcelamento urbano é proibido e os usos e atividades permitidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (SÃO PAULO, 2016) e legislação ambiental (leis estaduais das APRMs Billings e Guarapiranga) são os voltados à agropecuária familiar, ecoturismo, lazer contemplativo, pousadas, educação ambiental, entre outras.

O restante das áreas definidas como zona rural é delimitada no PDE como Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais, sendo que as Unidades de Proteção Integral existentes na cidade representam quase que a totalidade desta macroárea. Destacam-se em expressão territorial o Parque Estadual da Cantareira ao norte, o Parque Estadual da Serra do Mar e os Parques Naturais Municipais localizados no extremo sul (Tabelas 2 e 3 e Figura 1).

Outras áreas protegidas, como parte significativa da Terra Indígena Tenondé-Porã e os parques Anhanguera, Fazenda Tizo e Ecológico do Guarapiranga também se encontram inseridas nesta macroárea (Tabela 4 e Figura 1). Nestes casos, a posse e o domínio são públicos, com exceção da Terra Indígena Tenondé-Porã, submetida a regramento legal específico. Os usos permitidos nestas áreas são bastante restritivos, sendo em geral, os definidos nos planos de manejo de cada unidade de conservação.

Há ainda, com menor expressão, áreas de posse e domínio particulares inseridas nesta macroárea como, por exemplo, as situadas na subprefeitura de Freguesia do Ó, nos limites com o Parque Estadual da Cantareira e na subprefeitura de Perus, no limite com Osasco (Tabela 3 e Figura 1).

TABELA 2: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL ESTADUAIS INSERIDAS NA MACROÁREA DE PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS

MACROÁREA DE PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS (ZONA RURAL)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL ESTADUAIS	ÁREA (KM²)	LOCALIZAÇÃO
	PE da Cantareira*	42,35 (área em SP)	Norte
	PE da Serra do Mar**	25,06 (área em SP)	Extremo Sul (Parelheiros)
	PE do Jaraguá	4,98	Noroeste (Pirituba)
	PE Fontes do Ipiranga	4,90	Sudeste (Ipiranga)

Fonte: São Paulo (2014) - disponível no GEOSAMPA.

* Área do PEC na cidade de SP, sendo a área total desta UC, que abrange outros municípios é de 4.278,50 hectares (SÃO PAULO, 2017). ** Área do PESM na cidade de SP, sendo a área total do núcleo Curucutu do PESM, que abrange outros municípios é de 6.879,19 hectares (SÃO PAULO, 2017)

TABELA 3 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL MUNICIPAIS INSERIDAS NA MACROÁREA DE PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS

MACROÁREA DE PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS (ZONA RURAL)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL MUNICIPAIS	ÁREA (KM²)	LOCALIZAÇÃO
	PNM da Cratera de Colônia	0,53	Sul Parelheiros
	PNM Jaceguava	3,90	Sul (Parelheiros)
	PNM Itaim	4,96	Sul (Parelheiros)
	PNM Varginha	4,37	Sul (Parelheiros)
	PNM Bororé	2,20	Sul (Parelheiros)
	PNM Fazenda do Carmo	4,50	Leste (Itaquera)
	PNM Nascentes do Aricanduva (não implantado)	2,51	Leste (São Mateus)

Fonte: São Paulo (2014) - disponível no GEOSAMPA.

TABELA 4 - DEMAIS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS INSERIDOS NA MACROÁREA DE PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS

MACROÁREA DE PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS (ZONA RURAL)	DEMAIS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS	ÁREA (KM²)	LOCALIZAÇÃO
	Parque Anhanguera	10,58	Noroeste (Perus)
	Parque Estadual de Conservação Ambiental e Lazer Fazenda Tizo (Jequitibá)	0,66 (área em SP)	Oeste (Butantã)
	Parque Ecológico do Guarapiranga	3,59	Sul (M Boi Mirim)
	Terra Indígena Tenondé-Porã	*	Extremo Sul (Parelheiros)

Fonte: São Paulo (2014) - disponível no GEOSAMPA

* No Município de SP está inserida nas duas Macroáreas, totalizando 73,94 Km² (7.394 hectares)

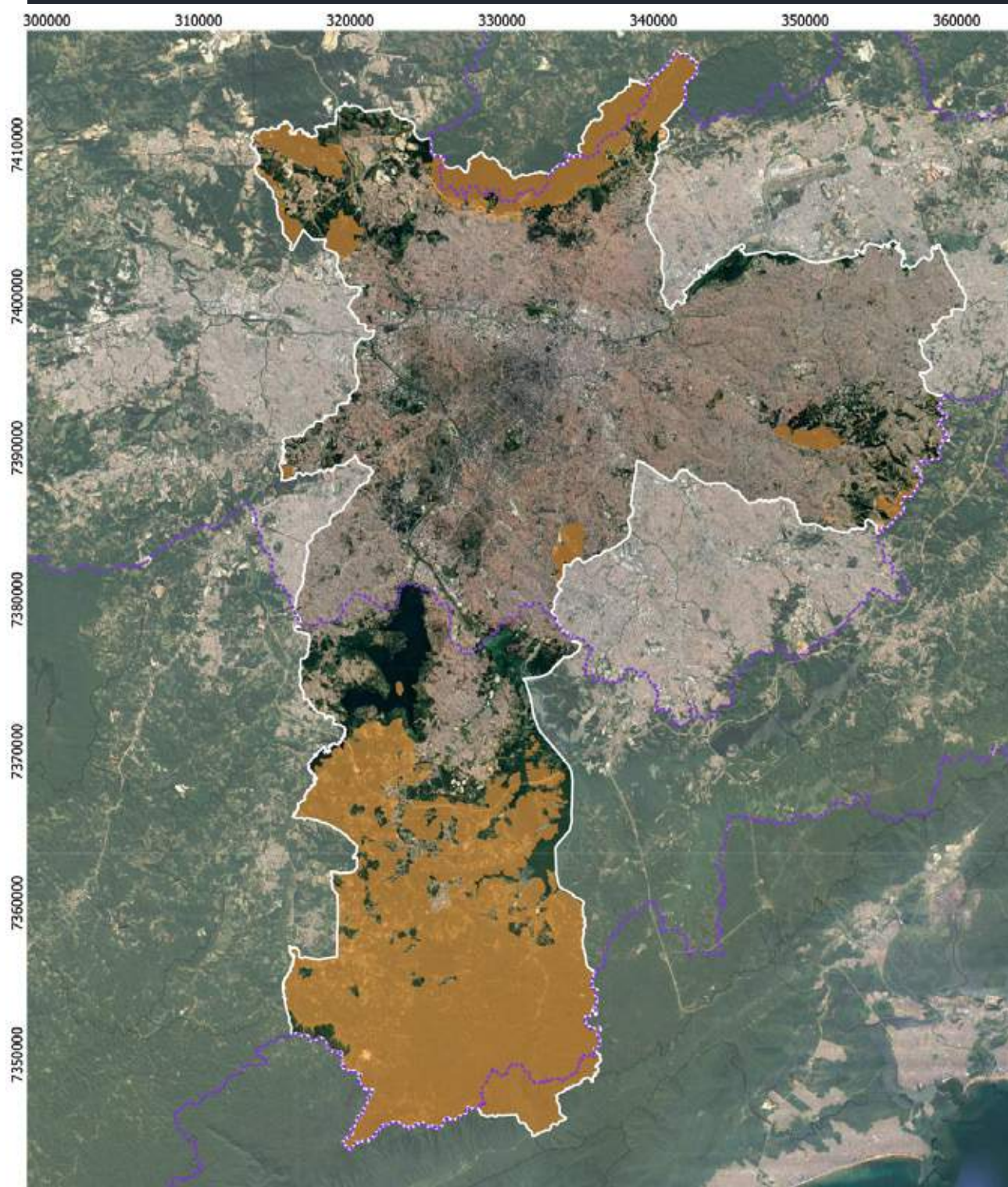
No que tange à incidência e cobrança de tributos, a saber: o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano (para imóvel urbano) e o ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (para imóvel rural), ainda não há compatibilidade entre os limites definidos como urbano e rural pela legislação urbanística e a base utilizada pela Secretaria Municipal da Fazenda para a cobrança do IPTU, tributo de competência dos municípios. É importante destacar que diversas áreas consideradas como urbanas pelo PDE, ainda são tributadas pelo ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (imposto federal, arrecadado pela União)³.

Também vale lembrar que o PDE recepcionou o entendimento válido na legislação tributária nacional, que considera para a incidência do imposto rural, o ITR, além do critério geográfico ou de localização em zona rural, o critério de destinação ou uso da propriedade. Desta forma, caso uma propriedade esteja localizada em área urbana, mas tenha atividade agropecuária produtiva e esteja inscrita no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, esta propriedade deverá ser considerada rural para fins tributários⁴ (cobrança de ITR e não de IPTU) enquanto mantiver ativa tal atividade.

[3] Lei Federal nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, autorizou a União, por intermédio da Receita Federal a celebrar convênios com o Distrito Federal e Municípios com o objetivo de delegar aos mesmos as atribuições de fiscalização e de cobrança do ITR.

[4] Art. 180, § 1º A propriedade que, independentemente de sua localização no Município, mantiver atividade agropecuária produtiva, devidamente cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, não será enquadrada como urbana enquanto mantiver a atividade, podendo beneficiar-se das ações previstas nesse artigo.

FIGURA 1 - MAPA DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Fonte: São Paulo (2014). Disponível em GEOSAMPA.

INFORMES urbanos
maio/2020

Mapa 2. Zonas Rurais
Município de São Paulo

Fontes: GeoSampa, Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico de São Paulo;
Imagem: Google Satellite;
Elaboração: SMDU/GeoInfo/Ligue os Pontos



0 5 10 km



CIDADE DE
SÃO PAULO

LIQUE
OS
PONTOS



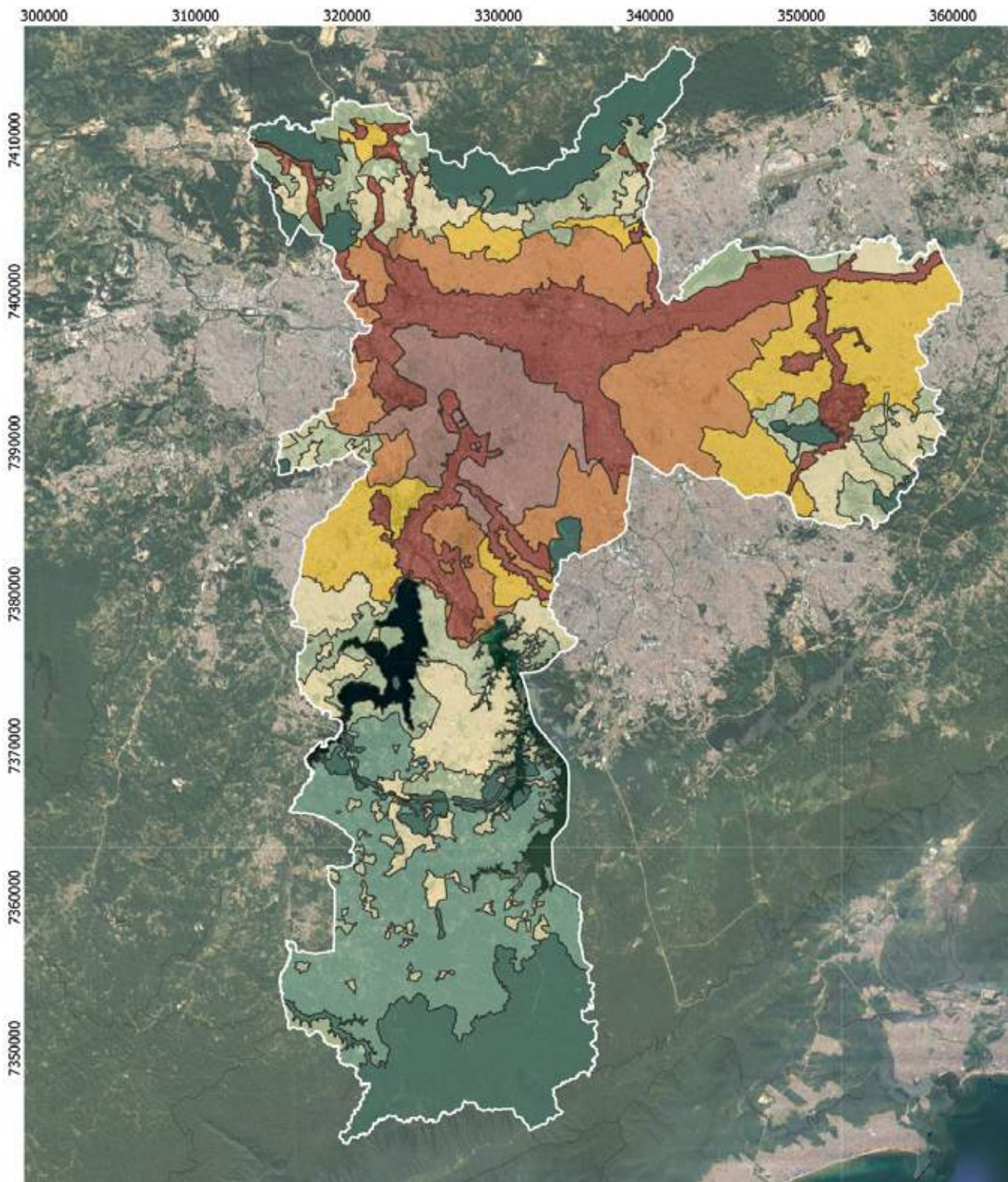
Zona Rural

Limites Municipais

Zona Urbana

Área de Proteção e
Recuperação de Mananciais

FIGURA 2 - MACROÁREAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Fonte: São Paulo (2014). Disponível em GEOSAMPA.

INFORMES urbanos

maio/2020

Mapa 3. Macroáreas Município de São Paulo

Fontes: GeoSampa, Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico de São Paulo;
Imagem: Google Satellite;
Elaboração: SMDU/GeoInfo/Ligue os Pontos



0 5 10 km



- | | |
|---|--|
| Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável | Macroárea de Qualificação da Urbanização |
| Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental | Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana |
| Macroárea de Estruturação Metropolitana | Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental |
| Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais | Macroárea de Urbanização Consolidada |
| | Limites Municipais |

3.3.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Como na maioria das áreas rurais próximas a grandes centros urbanos, não se observa uma transição abrupta e bem marcada entre as áreas urbana e rural. O que se tem é uma zona de interface, com fronteiras difusas onde se misturam usos urbanos e rurais.

Na zona sul, em especial, há um mosaico de usos, com áreas de sítios e chácaras, intercaladas com áreas de silvicultura (eucalipto e pinus) e Unidades de Conservação de Proteção Integral. Há expressivos remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica, em diversos estágios de conservação, como identificado no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA e na Cartografia Temática da Zona Rural Sul da Cidade de São Paulo, realizada pelo Projeto Ligue os Pontos. Destaca-se ainda que quase um terço da zona rural sul se encontra inserida na Terra Indígena Tenondé-Porã, onde se localizam hoje 6 (seis) aldeias do povo Guarani, para além de 2 aldeias no município vizinho de São Bernardo do Campo. De forma intersticial, são observados núcleos urbanos dispersos, grande parte irregulares segundo as legislações urbanísticas e ambientais, sendo, porém, reconhecidos pelo PDE como áreas urbanas, “recortadas” do rural. Todo este território é ainda interceptado pelo Rodoanel, tanto ao norte, como ao sul da cidade.

A atividade agrícola na região sul é focada no plantio de hortaliças, principalmente folhosas, praticado, em sua maioria, por agricultoras e agricultores com idade superior a 50 anos, estando muitos em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se ainda o cultivo de plantas ornamentais, voltado para o mercado do paisagismo, onde são adotadas práticas nem sempre sustentáveis, com uso de defensivos agrícolas e remoção do solo superficial.

Ainda que a atividade tenha apresentado um declínio nas últimas décadas, fortemente pressionada pela expansão da urbanização, atualmente é possível observar iniciativas que apontam para o fortalecimento da agricultura, em especial, vinculada às práticas agroecológicas, estando muitas vezes associada a outras atividades, entre os quais o turismo de base comunitária, tendo como principais usuários, alunos da rede de ensino da cidade. Dados levantados pela Prefeitura de São Paulo, entre janeiro e maio de 2019, em um cadastramento realizado através do Projeto Ligue os Pontos, restrito às unidades produtivas da zona rural sul, demonstraram que a realidade da atividade agrícola nesta região paulistana apresenta grande similaridade com outras áreas rurais periurbanas, já apontada na década de 1990 por José Graziano da Silva, em sua clássica análise sobre o que ele, à época, chamou de “O novo rural brasileiro”.

Para o autor, a combinação de dois elementos, a saber: tempo de dedicação parcial e baixo rendimento oriundo desta atividade, transformam as famílias que vivem exclusivamente de atividades agrícolas em pobres (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Na zona sul paulistana, das 427 unidades produtivas agropecuárias (UPAs) cadastradas à época (2019), 41% das produtoras e produtores entrevistados declararam que exerciam outra atividade fora da propriedade como forma de complementação da renda familiar, considerando que 54% das pessoas entrevistadas informaram ter renda familiar bruta inferior a R\$ 1.000,00/mês. Apenas 4% do total declararam renda familiar bruta acima de R\$ 10.000,00/mês (SÃO PAULO, 2019).

Também foi observado, através dos dados obtidos em 2019, o processo de envelhecimento de agricultoras e agricultores e o pouco estímulo de jovens em exercer esta atividade, já que 40% das pessoas entrevistadas (172 UPAs), tinham idade entre 45 a 59 anos e em 33,5% das unidades, quem exercia a atividade de cultivo tinha mais de 60 anos. Apenas 3% das agricultoras e agricultores estavam inseridas na faixa etária entre 16 a 24 anos.

Outra informação que merece destaque é em relação ao tamanho das UPAs da zona sul, já que 69% das unidades produtivas cadastradas tinham áreas totais inferiores a 20.000 m², sendo que deste total, 68 unidades com áreas totais inferiores a 1.000 m² (SÃO PAULO, 2019). Quanto à titularidade, 64% das pessoas entrevistadas declararam ser proprietárias e 78% do universo cadastrado viviam na unidade produtiva.

A mão de obra para trabalhar na atividade também se configurava à época do cadastro em um desafio apontado por grande parte das entrevistadas, que encontravam dificuldades em contratar. 65% do total utilizava mão de obra exclusivamente familiar e em apenas 4% foi declarada a existência de mão de obra contratada permanente (SÃO PAULO, 2019). Destaca-se que essa realidade ainda se mantém no território.

O cadastramento das unidades produtivas da zona sul comprovou o predomínio da produção de FLV (Frutas, Legumes e Verduras), já que foram identificadas 277 unidades produtivas (65% do total) que cultivavam hortaliças folhosas, associadas ao cultivo de legumes, raízes e ervas aromáticas. A produção de plantas ornamentais, em 2019, foi declarada em 45% das unidades cadastradas, sendo, no entanto, que apenas 19% deste total tiveram seus produtos comercializados nos 12 meses anteriores (SÃO PAULO, 2019).

Até maio de 2019, quando o cadastramento contratado pelo Projeto Ligue os Pontos foi finalizado, 36 UPAs tinham sua produção certificada como orgânicas e 167 produtores convencionais afirmaram o interesse na conversão para a agricultura orgânica (SÃO PAULO, 2019). Até setembro de 2019, 51 agricultores da zona sul estavam certificados ou em transição para a produção orgânica, através da adesão ao Protocolo de Transição Agroecológica da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA)⁵

Em maio de 2022, a partir da continuidade do trabalho intenso de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER por meio da Casa de Agricultura da zona sul, em conjunto com o Projeto Ligue os Pontos, já são 69 unidades produtivas certificadas ou em processo de certificação. Nesse universo, 40 são certificadas como orgânicas, 15 têm certificado de transição agroecológica⁶, para além de mais de 14 unidades produtivas em processo de certificação ou transição. Estes números refletem um esforço direcionado da Prefeitura de São Paulo nos últimos anos em estimular diretamente a transição da agricultura local.

Ainda na zona sul, cabe destaque a produção agrícola em curso nas aldeias Guarani da Terra Indígena Tenondé-Porã, que foram objeto de cadastramento específico pelo Projeto Ligue os Pontos, entre 2019 e início de 2020⁷, para o qual se desenvolveu metodologia que possibilitasse captar as especificidades das formas tradicionais de cultivo dessa população, bem como sua relação com a terra (ausência de propriedade e produção agrícola individuais, e de comercialização dos produtos cultivados). O modo de produção voltado para o autoconsumo, preservação e resgate de variedades têm importância crucial para o desenvolvimento de resiliência, autonomia e segurança alimentar dessa comunidade.

Foram cadastrados à época, em seis aldeias da Terra Indígena Tenondé-Porã, um total de 81 roças, onde foram identificadas cerca de 190 espécies entre hortaliças, culturas anuais e perenes, arbustivas e arbóreas, sem considerar áreas do entorno das aldeias e espécies presentes em áreas de coleta, como capoeiras e matas do Bioma Mata Atlântica. Maiores informações podem ser obtidas na publicação “Os agricultores Guarani e a atual produção agrícola na Terra Indígena Tenondé Porã” de 2020, realizada pela Prefeitura de

[5] Informação verbal obtida junto a técnicos da CATI/SAA em Dezembro/2019.

[6] Dados do SisRural, acessado em Julho/2022

[7] Para tal ação, foi contratado o Centro de Trabalho Indigenista - CTI, que em conjunto com os próprios guaranis, desenvolveu o formato e o conteúdo do questionário, bem como a realização da etapa de campo, quando da aplicação do mesmo. Este levantamento teve autorização da FUNAI para a sua realização.

São Paulo por meio do Projeto Ligue os Pontos.

Para o restante da cidade, tanto para agricultores localizados em outras áreas delimitadas como rurais, como para aqueles inseridos em áreas urbanas, não se tem um cadastramento detalhado como o realizado pelo Projeto Ligue os Pontos, em 2019, quando houve a aplicação de extenso questionário. No entanto, esse déficit de informações vem sendo minimizado pela consolidação e levantamento de cadastros na Sampa+Rural e no SisRural, a partir de reunião de dados pretéritos, levantamentos próprios, consolidação e atualização contínua por meio dos atendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, participação direta da sociedade via plataforma e parcerias com a sociedade civil e a academia para compartilhamento de dados. Por meio desse trabalho progressivo e em andamento de registro e gestão, foram identificadas mais de 250 UPAs nas demais regiões da cidade e de 300 hortas comunitárias e em equipamentos públicos por toda a cidade. No total são mais de mil locais de agricultura identificados no município.

Para além das UPAs nas zonas rurais, por meio do cultivo de hortaliças, frutas, Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs, flores e outras plantas pela população nas comunidades em que estão inseridas, as hortas urbanas, em suas diversas modalidades, cumprem papel relevante em diversas dimensões. São importantes para a segurança alimentar, por meio da distribuição de alimentos ou venda direta a preços acessíveis, inclusive constituindo-se como alternativa para a geração de renda, assim como para a educação alimentar e ambiental, o engajamento comunitário, a saúde mental, a melhoria da qualidade ambiental da cidade e de vida para a população.

Cabe ainda destaque a realização, em 2017, do Censo Agropecuário pelo IBGE abrangendo todo o território paulistano. Ainda que existam diferenças metodológicas entre este levantamento e o realizado pelo Projeto Ligue os Pontos, para a zona sul, em 2019, entende-se que não há impedimento para que os dados disponibilizados pelo IBGE também sejam utilizados para a caracterização da atividade agrícola na cidade, em especial as localizadas fora da Zona Sul, apresentada no presente diagnóstico.

Na Zona Norte, nos limites com o Parque Estadual da Cantareira (também delimitado como rural pelo PDE), o que se observa é a existência de uma transição mais abrupta entre áreas com características e paisagens rurais (incluindo aí as áreas protegidas pelo parque e cobertas por remanescentes florestais da Mata Atlântica) e as áreas urbanizadas. O exemplo mais emblemático deste contexto pode ser observado no Jardim Damasceno, onde áreas de urbanização precárias fazem limites com o Parque Estadual da Cantareira. Assim como na zona sul, há predominância de culturas temporárias (principalmente a olericultura), mas o grande destaque desta região, diferente do que ocorre em outras áreas rurais da cidade, é a criação de animais, principalmente de suínos. Esta atividade é desenvolvida há décadas na região e atualmente procura formas de se adequar às atuais exigências ambientais e sanitárias.

Há ainda na região noroeste da cidade a presença do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST, Comuna da Terra Irmã Alberta, na divisa do município de São Paulo com Cajamar e Santana do Parnaíba, que conta com cerca de 50 famílias na área, com a produção de milho, hortaliças, legumes, banana entre outros alimentos.

Já na zona leste, a atividade agrícola é praticada principalmente nas regiões das subprefeituras de Itaquera e São Mateus, apresentando características muito distintas das outras regiões da cidade. Em Itaquera existe uma atividade agrícola residual, fortemente impactada pelo avanço da urbanização e pela abertura da Avenida Jacu-Pêssego na década de 1990 e seu posterior prolongamento no final dos anos 2010, quando passou a interligar a Rodovia Ayrton Senna e o Rodoanel trecho leste. Esta região se destacou em décadas anteriores pela produção de frutas, principalmente o pêssego, cultivado por agricultores de ascendência japonesa, em sítios e chácaras. No entanto, esta produção atualmente encontra-se em declínio.

Na subprefeitura de São Mateus, destaca-se o cultivo de hortaliças de ciclo curto em terrenos sob linhas de transmissão de energia ou sobre adutoras de água e esgoto da SABESP, onde se observa a disposição de agricultoras e agricultores para a transição agroecológica e para o associativismo, com destaque para a Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL). Grande parte destas áreas são remanescentes do Programa Hortas Comunitárias, desenvolvido na década de 1980.

3.3.3. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DAS ÁREAS RURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Conforme já apontado, dados mais atualizados sobre a atividade agrícola na cidade de São Paulo vêm sendo gerados pela Prefeitura de São Paulo, nos últimos cinco anos, através do Projeto Ligue os Pontos (Cadastro das UPAs, Cadastro das Roças Guarani na TI Tenondé-Porã e levantamentos da Sampa+Rural e do SisRural), além das atividades da Coordenadoria de Agricultura e de suas Casas de Agricultura Ecológica da zona sul e da zona Leste. Também cabe destaque o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, no ano de 2017, cujos dados definitivos foram disponibilizados em 2020, o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuárias - LUPA, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA, órgão do Governo do Estado de São Paulo, cujos dados foram levantados e consolidados entre 2016 a 2017 e os dados de propriedades rurais cadastradas por autodeclaração, constantes no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SISCAR. Ainda como fonte de dados tem-se o Cadastro Único - CADÚnico, cadastro das famílias de baixa renda residentes no município que possibilita o acesso aos serviços, programas e benefícios sociais da Política de Assistência Social e outras políticas públicas dos Governos Municipal, Estadual e Federal.

Para uma análise histórica estão disponíveis o estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em 2016, para a Prefeitura de São Paulo, a partir dos dados do Grupamento: Atividades Agrícolas do Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010 (último censo demográfico nacional), os dados do LUPA de 2006, do Censo Agropecuário do IBGE, de 2006 e do Cadastro do Produtor Rural - CPR, realizado em 2012, pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento, da Prefeitura de São Paulo (atual Coordenadoria de Agricultura da SMDet).

Na tabela (quadro) abaixo se encontram listados os principais levantamentos realizados na cidade de São Paulo, por instituições de diferentes níveis de governo. É importante destacar as dificuldades de correlação dos resultados obtidos nestes levantamentos considerando as diferenças metodológicas existentes entre eles, que vão desde a unidade de análise definida para o cadastramento, a área de abrangência, até diferenças temporais existentes, que podem chegar a mais de uma década.

NOME	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	ANO	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE PESSOAS CADASTRADAS/ENVOLVIDAS	ÁREA TOTAL NO MUNICÍPIO OCUPADA PELAS PROPRIEDADES
Censo Demográfico - Grupamento Atividades Agrícolas	IBGE	2010	-		
Censo Agropecuário	IBGE	2006	193 estabelecimentos agropecuários no município	767 pessoas ocupantes	8.000 ha
Censo Agropecuário	IBGE	2017	550 estabelecimentos agropecuários no município	1.945 pessoas ocupantes	11.000 ha
Levantamento Unidades de Produção Agropecuária - LUPA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA - Governo do Estado de SP	2008	253 unidades de produção agropecuária no município		3.000 ha
Levantamento Unidades de Produção Agropecuária - LUPA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA - Governo do Estado de SP	2016 /2017	323 unidades de produção de produção agropecuária no município		4.388,4 ha
Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Serviço Florestal Brasileiro - Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento	atualização permanente	1588 imóveis inscritos no município		20.353 ha
Cadastro do Produtor Rural	Departamento de Agricultura e Abastecimento - Prefeitura de SP	2012	446 unidades de produção agropecuária no município		5.000 ha
Cadastro das Unidades Produtivas da Zona Sul	Projeto Ligue os Pontos - Prefeitura de SP/ CEBRAP	2019	427 unidades de produção agropecuária, restritas à Zona Sul		
Levantamento das Roças na Terra Indígena Tenondé-Porã no município de SP	Projeto Ligue os Pontos - Prefeitura de SP/CTI	2019/ 2020			
Cadastro Único (CadÚnico)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	2018, com atualização permanente		609 famílias de agricultores familiares, 38 famílias assentadas, 33 famílias ribeirinhas, 44 famílias de pescadores artesanais, 17 famílias extrativistas e ainda 390 famílias indígenas	

Em um contexto histórico, utilizando a análise realizada pelo DIEESE, a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), na década passada, a cidade de São Paulo contava com uma população residente de 11.253,5 mil pessoas, sendo que 99,1% desta população residia em zona urbana com maior contingente populacional nas Zonas Sul 2 e Leste 2. Na zona rural estariam os 0,9% restantes, correspondendo a 100.536 habitantes, sendo que deste universo 45,6% residiam na região Sul 2 e 30,6% na região Leste 2. As Zonas Norte 2 e Norte 1 ficaram com 18,3% e 5,3%, respectivamente, desta população rural. A Zona Sul 1 apresentou um total de 199 residentes em área considerada rural, representando 0,2%.

Ainda segundo esta análise, em 2010, a população moradora em domicílios com situação rural, ou seja, cadastrados em setores censitários considerados rurais pelo IBGE, concentravam-se na subprefeitura de Parelheiros (Sul 2) com 21,0% do total da população rural da cidade, seguida pelas subprefeituras de São Miguel (Leste 2) com 16,7% e Capela do Socorro (Sul 2) com 14,8%. Somadas as participações dessas três subprefeituras, as mesmas concentravam, pelos critérios do IBGE, a maioria (52,5%) da população rural da cidade.

ESTIMATIVA DOS MORADORES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIOS E SUBPREFEITURA - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2010

Subprefeituras	Rural		Urbana		Total	
	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)
Parelheiros	21.097	21,0	118.344	1,1	139.441	1,2
São Miguel	16.758	16,7	352.738	3,2	369.496	3,3
Capela do Socorro	14.919	14,8	580.011	5,2	594.930	5,3
São Mateus	7.324	7,3	419.470	3,8	426.794	3,8
Perus	7.113	7,1	138.933	1,2	146.046	1,3
M'Boi Mirim	6.283	6,2	557.022	5,0	563.305	5,0
Freguesia-Brasilândia	6.283	6,2	400.962	3,6	407.245	3,6
Itaquera	6.165	6,1	517.683	4,6	523.848	4,7
Pirituba-Jaraguá	4.722	4,7	432.870	3,9	437.592	3,9
Cidade Ademar	3.583	3,6	407.415	3,7	410.998	3,7
Jacanã-Tremembé	3.277	3,3	288.590	2,6	291.867	2,6
Santana-Tucuruvi	2.041	2,0	322.774	2,9	324.815	2,9
Cidade Tiradentes	505	0,5	210.996	1,9	211.501	1,9
Casa Verde-Cachoeirinha	267	0,3	309.109	2,8	309.376	2,7
Jabaquara	199	0,2	223.581	2,0	223.780	2,0
Campo Limpo	-	-	607.105	5,4	607.105	5,4
Penha	-	-	474.659	4,3	474.659	4,2
Ipiranga	-	-	463.804	4,2	463.804	4,1
Sé	-	-	431.106	3,9	431.106	3,8
Butantã	-	-	428.593	3,8	428.593	3,8
Itaim Paulista	-	-	373.127	3,3	373.127	3,3
Vila Mariana	-	-	344.632	3,1	344.632	3,1
Mooca	-	-	343.980	3,1	343.980	3,1
Lapa	-	-	305.150	2,7	305.150	2,7
Vila Maria-Vila Guilherme	-	-	297.713	2,7	297.713	2,6
Pinheiros	-	-	289.743	2,6	289.743	2,6
Sapopemba	-	-	284.524	2,6	284.524	2,5
Guaianases	-	-	268.508	2,4	268.508	2,4
Aricanduva-Formosa-Carrão	-	-	267.702	2,4	267.702	2,4
Vila Prudente	-	-	246.589	2,2	246.589	2,2
Santo Amaro	-	-	238.025	2,1	238.025	2,1
Ermelino Matarazzo	-	-	207.509	1,9	207.509	1,8
Total	100.536	100,0	11.152.967	100,0	11.253.503	100,0

Fonte: DIEESE, 2016

Quando estes dados são analisados desagregados pelos 96 distritos existentes nas 32 subprefeituras da cidade, em 2010, apenas em 19 distritos foi identificada população residente em área rural, sendo que 52,3% deste universo concentravam-se em apenas 4 (quatro) distritos: Jardim Helena (Subprefeitura de São Miguel - Leste 2) com 16,7% do total, Grajaú (Subprefeitura de Capela do Socorro - SUL 2) com 14,7%, e Parelheiros e Marsilac (Subprefeitura de Parelheiros - Sul 2) com 14,2% e 6,8%, respectivamente (DIEESE, 2016).

ESTIMATIVA DOS MORADORES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIOS E DISTRITO - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2010

Distritos	Rural		Urbana		Total	
	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)
Jardim Helena	16.758	16,7	118.285	1,1	135.043	1,2
Grajaú	14.753	14,7	346.034	3,1	360.787	3,2
Parelheiros	14.229	14,2	116.954	1,0	131.183	1,2
Marsilac	6.868	6,8	1.390	0,0	8.258	0,1
Jardim Ângela	6.283	6,2	289.151	2,6	295.434	2,6
Brasilândia	6.283	6,2	258.635	2,3	264.918	2,4
José Bonifácio	6.165	6,1	117.957	1,1	124.122	1,1
Anhanguera	5.456	5,4	60.403	0,5	65.859	0,6
Iguatemi	5.105	5,1	122.557	1,1	127.662	1,1
Jaraguá	4.722	4,7	180.096	1,6	184.818	1,6
Pedreira	3.583	3,6	140.734	1,3	144.317	1,3
Tremembé	3.277	3,3	193.981	1,7	197.258	1,8
São Rafael	2.219	2,2	141.773	1,3	143.992	1,3
Mandaqui	2.041	2,0	105.539	0,9	107.580	1,0
Perus	1.657	1,6	78.530	0,7	80.187	0,7
Cidade Tiradentes	505	0,5	210.996	1,9	211.501	1,9
Cachoeirinha	267	0,3	143.256	1,3	143.523	1,3
Jabaquara	199	0,2	223.581	2,0	223.780	2,0
Cidade Dutra	166	0,2	196.194	1,8	196.360	1,7
Demais distritos	-	-	8.106.921	72,7	8.106.921	72,0
Total	100.536	100,0	11.152.967	100,0	11.253.503	100,0

Fonte: DIEESE, 2016

Os dados do Censo em 2010 referentes a população ocupada em todo o município (zonas urbanas e rurais) mostravam que à época 49,3% do total da população, (5.549,8 mil residentes) exerceriam algum trabalho durante pelo menos uma hora completa por dia. Desses, 0,33% estavam ocupados em atividades agrícolas, ou seja, 18,4 mil pessoas, concentradas nas regiões Sul 2 (com 32,6% da população residente), nas subprefeituras de Parelheiros (9,2%), Campo Limpo (7,5%), Cidade Ademar (7,3%) e Capela do Socorro (5,6%) e na Leste 2 (16,8% de residentes) (DIEESE, 2016).

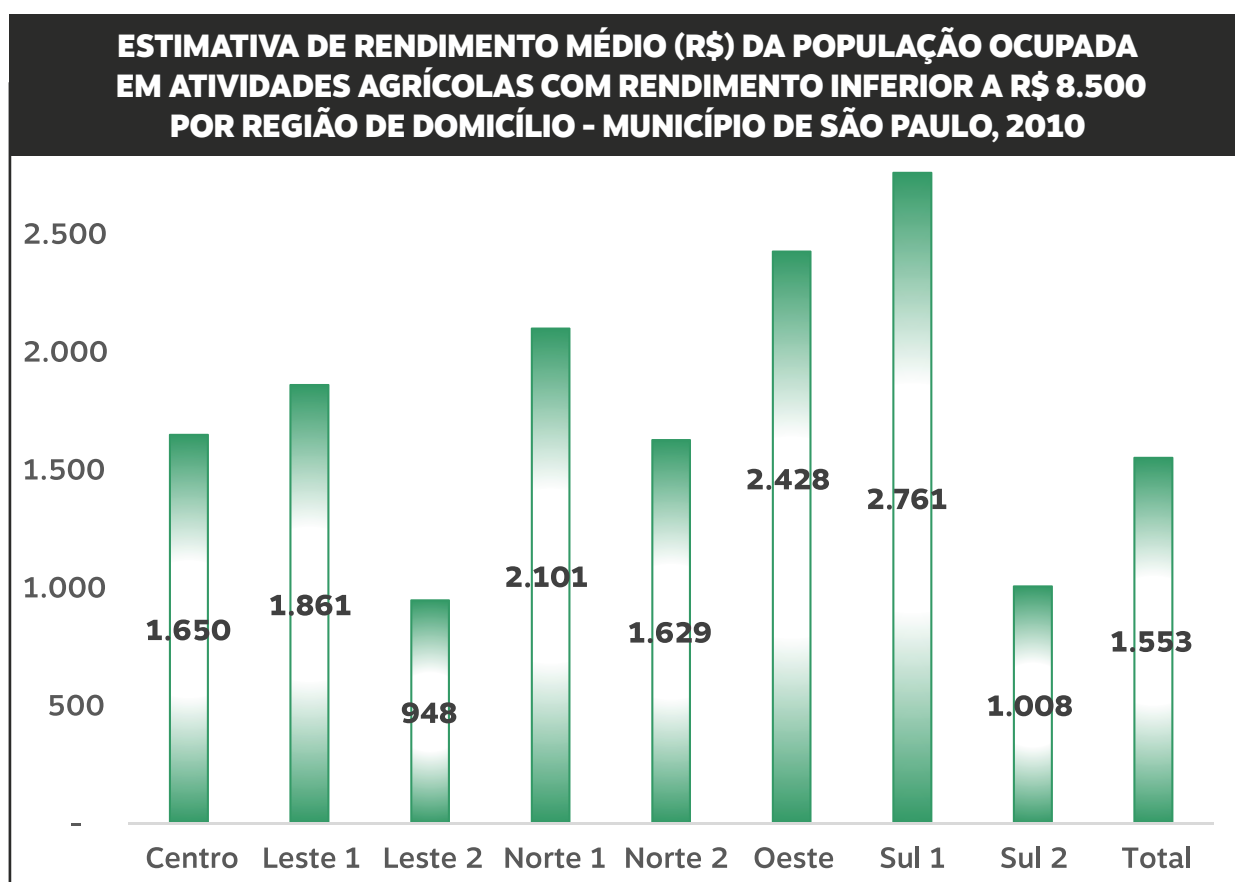
ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO OCUPADA POR REGIÃO DE DOMICÍLIO E GRUPAMENTO DE ATIVIDADE - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2010

Região	Agrícola		Não Agrícola		Total	
	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)
Sul 2	6.018	32,6	1.085.245	19,6	1.091.263	19,7
Leste 2	3.107	16,8	1.065.379	19,3	1.068.486	19,3
Oeste	2.597	14,1	559.951	10,1	562.548	10,1
Leste 1	2.402	13,0	799.489	14,5	801.891	14,4
Sul 1	1.869	10,1	677.688	12,3	679.557	12,2
Norte 2	1.192	6,5	631.799	11,4	632.992	11,4
Norte 1	894	4,8	458.537	8,3	459.431	8,3
Centro	368	2,0	253.252	4,6	253.619	4,6
Total	18.447	100,0	5.531.340	100,0	5.549.787	100,0

Fonte: DIEESE, 2016

Cabe destacar a existência na subprefeitura de Pinheiros de 6,1% de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e 4,5% no distrito do Carrão (subprefeitura Aricanduva). No entanto, tais números podem sugerir que se trata de empregadores e/ou trabalhadores que residem nessas subprefeituras, mas exercem atividade agrícola em outras regiões ou municípios ou mesmo que trabalham em escritórios de administração de atividades agrícolas (DIEESE, 2016).

Em relação ao perfil dessa população ocupada em atividades agropecuária tínhamos, em 2010, segundo o Censo, que do universo de 18.447 pessoas, 61,2% eram homens (11.285 homens) e 38,8 % mulheres (7.162 mulheres), sendo que boa parte possuía entre 30 e 60 anos ou mais (em termos relativos, a população maior de 50 anos está mais concentrada nas ocupações agrícolas do que nas ocupações não agrícolas) e sendo, em sua maioria, não negros, somando 64,5% dessa população ativa (11.864 comparado a 6.583 negros). Predominava nessa população a ausência de instrução e o fundamental incompleto (41,1%), com um rendimento médio variante de acordo com o local de domicílio. A maior parte trabalhava com carteira de trabalho assinada (38,4%), por conta própria (23,9%) e com produção para o próprio consumo (18%) (DIEESE, 2016).



Fonte: DIEESE, 2016

Dentre as maiores concentrações de trabalhadores agrícolas, os menores rendimentos foram observados: nas regiões Sul 2 (32,6%) com rendimento médio de R\$ 1.354,00 e Leste 2 (16,8%) com rendimento médio de R\$ 948,00, sendo, igualmente, as regiões com menores rendimentos médios registrados por atividade: Leste 2: Horticultura (R\$ 466,00); Agropecuária (R\$ 532,00); Lavoura não Especificada (R\$ 633,00); Produção Florestal (R\$ 700,00); Atividades de Apoio à Agricultura e Pós-Colheita (R\$ 713,00) e Cultivo de Flores e Plantas Ornamentais (R\$ 730,00) e Sul 2: Horticultura (R\$ 465,00); Criação de Aves (R\$ 814,00) e Pecuária não Especificada (R\$ 768,00) (DIEESE, 2016).

Em 2012, ainda que à época os dados do Censo Agropecuário de 2006 e do LUPA de 2008 pudessem ser acessados e do Censo Demográfico estivessem atualizados, informações detalhadas e individualizadas sobre as unidades produtivas e os agricultores não estavam disponíveis, o que dificultava a atuação cotidiana das duas Casas de Agricultura Ecológica - CAEs existentes. Neste contexto, técnicos das Casas de Agricultura Ecológicas iniciaram um levantamento para localizar e caracterizar as agricultoras e agricultores existentes na cidade, constituindo o Cadastro de Produtor Rural (CPR).

Por restrições operacionais e tecnológicas até então existentes, os dados coletados em campo para cada uma das unidades produtivas cadastradas foram armazenados em fichas individuais de papel e os resultados consolidados em planilha Excel, sem constituírem à época um banco de dados georreferenciado. Posteriormente, já em 2017, estas informações foram digitalizadas pela equipe do Projeto Ligue os Pontos.

Os dados deste cadastro foram analisados em profundidade por Valdiones (2013) em sua dissertação de mestrado. O levantamento identificou, em toda a cidade, 446 unidades de produção agropecuária (UPA), ocupando uma área total de 5.000 ha, estando 78% localizadas na região Sul, onde se concentrariam a maior área de produção agropecuária (93,7% da área das UPAs), seguida da região Norte, representando 3,6% da área e região Leste, com 2,7%. No total, a atividade agrícola no início da década de 2010 estaria presente em 3,4% do território da cidade (VALDIONES, 2013, p.90).

Na Zona Norte, foram identificados em 2012 pelo Cadastro de Produtores Rurais (CPR), 42 agricultores e mais 20 agricultores e suinocultores vinculados à Associação de Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno (APAFA), com aproximadamente dois mil animais. Destacava-se na região a produção de animais, em especial a suinocultura e a avicultura, realizada por mais da metade dos agricultores, atividades essas que precisavam de adequação à legislação sanitária e ambiental (VALDIONES, 2013). Estes agricultores além da criação de suínos, trabalhavam na agricultura urbana e na reciclagem de resíduos. Situação esta que perdura até os dias atuais.

A área efetivamente produtiva identificada no CPR totalizava, em 2012, 96 ha, com predominância de culturas temporárias (principalmente a olericultura) comercializadas principalmente para atacadistas, feiras e diretamente para o consumidor final.

Já na Zona Leste, o Cadastro de Produtores Rurais - CPR identificou em São Mateus, à época, cerca de 30 agricultores, com produção de hortaliças de ciclo curto, comercializadas diretamente na horta ou em feiras. Grande parte dos agricultores pertence à Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL) (VALDIONES, 2013, pgs. 98-100).

Em 2017, foi criada uma Organização de Controle Social (OCS), responsável por certificar cerca de 12 agricultores da região com certificado de produção orgânica, fruto do trabalho conjunto entre agricultores, organizações da sociedade civil e a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Leste (SÃO PAULO, 2017).

Em Itaquera, o cadastro da Prefeitura em 2012 identificou cerca de 40 agricultores, ocupando uma área equivalente a 134 ha, sendo a maior parte imigrantes ou descendentes de japoneses, pessoas da própria região, ou migrantes nordestinos. A área produtiva total chegava a cerca de 61 ha com destaque para a fruticultura (perene) e a produção de hortaliças (temporária) com comercialização direta ao consumidor final (VALDIONES, 2013, pgs.101-105).

Na região Sul estavam localizadas 94% do total de áreas registradas pelo CPR, em

2012, sendo que as áreas de produção eram mais extensas em comparação às outras regiões da cidade, apesar de cerca de 60% possuírem até 10 ha, ainda que tenham sido identificadas unidades produtivas com mais de 50 ha. Na grande maioria das UPAs cadastradas havia a presença de culturas temporárias, como a olericultura, com sistemas preponderantemente convencionais e a produção de plantas ornamentais e a silvicultura.

Estas informações foram constatadas pelo Cadastro realizado em 2019 pelo Projeto Ligue os Pontos, já que segundo este levantamento, 69% das UPAs cadastradas possuem áreas de até 20 ha e apenas 29 unidades superam os 20 hectares e, dentre essas, apenas três com área acima de 75 ha, enquadrando-se, portanto, como grande propriedade (SÃO PAULO, 2020).

Um dado interessante da pesquisa de Valdiones (2013, p.114), demonstra que boa parte de agricultoras e agricultores urbanos do município adquiriram a propriedade da terra por herança de parentes imigrantes. Na Zona Norte e em São Mateus, na Zona Leste, predominaram outras formas de posse da terra, como o arrendamento e a contratação por comodato. Nos dados do Censo Agropecuário mais recente (2017), também há indicação de uma maioria proprietária nos estabelecimentos agropecuários (426 unidades).

Para a Zona Sul esta informação também foi confirmada pelos dados coletados pelo Cadastro das UPAs do Projeto Ligue os Pontos, já que o levantamento mostrou que 65% dos entrevistados declararam-se proprietários da unidade produtiva e 10% declararam-se arrendatários. Apenas 7% responderam possuir outra unidade produtiva, sob responsabilidade de terceiros. Outros vínculos com a propriedade também estão presentes, como posseiros (6%), cessionários e comodatários (4%) (SÃO PAULO, 2020).

Valdiones (2013) também comparou os dados do CPR, de 2012, com outros levantamentos e documentos disponíveis à época, tais como os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras (Lei nº 13.885/2004), em especial as áreas cartografadas no Mapa 05 desta lei, como Zona Especial de Produção Agrícola e Extração Mineral - ZEPAG e com o levantamento realizado no âmbito de um estudo promovido pelo IPES⁸, em 2008, para a promoção de uma rede de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, constatando a ausência, no cadastro realizado pela Prefeitura, de algumas UPAs identificadas nos dois documentos acima citados, em especial nos distritos de São Rafael (subprefeitura de São Mateus), Sapopemba (subprefeitura de Sapopemba) e do Butantã (na subprefeitura homônima) (Idem, 2013, p. 89).

Quando comparados com os dados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuárias (Projeto LUPA), realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI/SP) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo em 2007/2008, a autora também constatou haver uma diferença significativa entre os dois levantamentos quanto ao número de UPAs cadastradas, já que segundo o LUPA (2008) teriam sido identificadas naquela data 253 UPAs no Município de São Paulo, totalizando 3.000 ha de produção agrícola.

Na atualização realizada pela SAA para o LUPA nos anos de 2016 e 2017, houve um incremento no número de UPAs cadastradas na cidade passando de 253 para 323 unidades, representando um aumento de quase 22% em relação ao levantamento de 2007/2008. Também se observa um aumento na área total ocupada pelas UPAS, de cerca de 31%, chegando a 4.388,4 ha.

[8] IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible é uma organização privada com sede em Lima no Peru, que atua para promover ações de desenvolvimento sustentável em cidades da América Latina e Caribe, entre as quais, o fortalecimento da agricultura urbana.

Interessante apontar que o aumento em ambos os percentuais (nº de UPAs e da área total) é significativamente mais expressivo do que a observada para todo o Estado de São Paulo. Martins et al (2020) discutem os resultados obtidos para o LUPA 2016/2017, apontando um acréscimo de 14.841 unidades no universo total de UPAs cadastradas em todo o Estado de São Paulo, ou seja, 4,57%. Em relação à área, segundo estes autores houve uma variação negativa de 0,81%, equivalente a 165,9 mil hectares quando comparada com a área total computada em 2007/2008.

É importante destacar que ainda segundo Martins et al (2020) não ocorreram alterações metodológicas em relação ao LUPA anterior (2007/2008) que pudessem explicar, principalmente no caso da cidade de São Paulo, variações tão significativas entre os resultados obtidos para os dois levantamentos. Os autores apontam, no entanto, que foram incorporadas ao novo levantamento soluções que agregam qualidade, conteúdo e agilidade ao trabalho, a saber: coleta de dados realizada por PDA (personal digital assistant), acompanhamento do levantamento pela sala de situação e sistema de depuração dos dados.

Ainda assim, mesmo com o aumento significativo registrado nos resultados do LUPA (2016/2017) para a cidade, os valores obtidos são inferiores aos alcançados pelos levantamentos realizados pela Prefeitura de São Paulo, quer seja no CDR de 2012, que totalizou 446 UPAs (em toda a cidade), ou no Cadastro das UPAs da Zona Sul realizado em 2019, pelo Projeto Ligue os Pontos (427 UPAs, em Parelheiros e Capela do Socorro), assim como os números existentes em maio de 2022 que chegam a mais de 700 unidades produtivas cadastradas no SisRural e na Sampa+Rural na cidade.

Também são inferiores aos obtidos pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2017, quando foram cadastrados 550 estabelecimentos agropecuários, totalizando em área 11.000 ha, onde se tem 1.945 pessoas ocupantes. Deste total, há predominância de cultivo temporário em 689 ha, 432 ha com produção de flores e porção expressiva com áreas naturais destinadas à preservação (7.832 ha).

O Censo Agropecuário do IBGE (BRASIL, 2017) também registra a expressividade de produtores rurais idosos, chegando a 42% dos estabelecimentos, informação confirmada pelos dados levantados pelo Cadastro das UPAs da Zona Sul, do através do Projeto Ligue os Pontos, já que nas 427 UPAs levantadas por este cadastro, quase 80% dos agricultores entrevistados declararam idade superior a 45 anos, sendo 33,5% deste total com mais de 65 anos (SÃO PAULO, 2019).

A ausência de assistência técnica e a não utilização de agrotóxicos em cerca de 75% dos estabelecimentos agropecuários cadastrados na cidade (BRASIL, 2017) denota como é de fundamental importância para a agricultura em São Paulo a criação de programas de incentivo ao produtoras e produtores rurais, para garantir a permanência de suas famílias na terra, o aumento de produtividade por meio da assistência técnica e extensão rural e a adoção de novas técnicas produtivas que mantenham a não utilização de agrotóxicos. Apenas 25 estabelecimentos possuem sistemas agroflorestais e 71 fazem o plantio direto na palha, sem revolvimento do solo.

Quanto à utilização de agrotóxicos e adubação química, ainda de acordo com os dados levantados pelo IBGE (BRASIL, 2017), 405 dos 550 estabelecimentos identificados declararam não utilizar agrotóxicos, ou seja, aproximadamente 73% dos estabelecimentos que praticam atividades agropecuárias. Este número é muito significativo e fortalece a oportunidade

de expansão da agroecologia como forma de produção na cidade, um dos pontos chave deste plano.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DE ADUBAÇÃO E AGROTÓXICOS	
ADUBAÇÃO	Nº DE ESTABE- LECIMENTOS
Adubação Orgânica	244
Adubação Química e Orgânica	131
Não utiliza	112
Adubação Química	62
AGROTÓXICOS	
Utiliza	137
Não utiliza	405

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2017).

Em relação à produção agropecuária, é interessante observar que os dados obtidos em ambos os censos do IBGE não destacam a produção de culturas temporárias, em especial de folhosas, legumes e verduras, como nos levantamentos realizados pela Prefeitura ou mesmo pela SAA, do Governo do Estado de São Paulo. O destaque é dado ao cultivo de banana, de cana de açúcar, de feijão, de mandioca, de milho e de abóbora. Também está presente a produção animal de galinhas, de gado bovino, de codornas e suínos.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DE ADUBAÇÃO E AGROTÓXICOS		
DADOS POR TIPO DE PRODUÇÃO	ANO DE LEVANTAMENTO	
	2006	2017
Banana – estabelecimentos	17	41
Banana – produção (Ton.)	371	117
Cana-de-açúcar – estabelecimentos	14	13
Cana-de-açúcar – produção (Ton.)	8	17
Feijão – estabelecimentos	28	61
Feijão – produção (Ton.)	3	21,5
Mandioca – estabelecimentos	43	95
Mandioca – produção (Ton.)	55	110
Milho – estabelecimentos	15	29
Milho – produção (Ton.)	8	70,7
Abóbora – estabelecimentos	-	28
Abóbora – produção (Ton.)	-	40
Galinhas – estabelecimentos	43	165
Galinhas – produção (un.)	3.000	7.000
Gado bovino – estabelecimentos	19	59
Gado bovino – produção (un.)	507	859
Leite – produção (Litros)	69.000	150.000
Codornas – estabelecimentos	-	6
Codornas – produção (un.)	-	120.000
Suínos – estabelecimentos	39	51
Suínos – produção (un.)	4.000	1.500

Fonte: BRASIL, 2006; BRASIL, 2017a

Adaptação: Luis H. M. Meira.

Em relação ao Produto Interno Bruto Municipal (PIB Municipal), o valor adicionado da agricultura no Município de São Paulo cresceu de R\$14.050.283,00 em 2010, para R\$43.867.070,00 em 2016, conforme tabela abaixo (BRASIL, 2017b).

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES DA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2010-2016		
ANO	VALOR EM R\$	PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNICIPAL (EM%)
2010	14.050.283	0,004
2011	16.254.598	0,004
2012	16.999.200	0,004
2013	28.540.943	0,006
2014	39.808.513	0,008
2015	40.981.912	0,008
2016	43.867.070	0,008

Fonte: BRASIL, 2017b.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Produção Agrícola Municipal 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

Enquanto fontes de dados sobre agricultura no município, ainda dispomos de dados do Cadastro Único, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS para transferência de benefícios sociais. Nele é indicado que, no Município de São Paulo, há 609 famílias de agricultores, 38 famílias assentadas, 33 famílias ribeirinhas, 44 famílias de pescadores artesanais, 17 famílias extrativistas e ainda 390 famílias indígenas (MDS, 2018). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) identificou 43 produtores orgânicos primários no município, por meio do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2022).

3.3.4. CARACTERIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES E POTENCIAIS

A cidade de São Paulo, segundo estudos do DIEESE (2016), possui um total de população ocupada em atividades agrícolas de 18.447 ocupados, sendo que 90,4% estavam em agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades, 7,7% estavam em Produção Florestal e 1,9% em Pesca e Aquicultura (Tabela 1). Agora, com relação às atividades desenvolvidas, 25,7% estavam em Lavoura não especificada, 24,8% em Agropecuária, 9,3% em Atividades de serviços relacionados com a agricultura, 7,5% em Criação de aves e 4,1% em Cultivo de flores, plantas ornamentais e produtos de viveiro.

TABELA 1. PRINCIPAIS OCUPAÇÕES POR ATIVIDADE AGRÍCOLA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	
ATIVIDADE AGRÍCOLA	POPULAÇÃO OCUPADA
Lavoura não especificada	4.747
Agropecuária	4.568
Atividades de serviços relacionados com a agricultura	1.719
Produção Florestal	1.424
Criação de aves	1.379
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	1.170
Cultivo de flores, plantas ornamentais e produtos de viveiro	760
Criação de animais mal especificados	712
Pesca	262
Cultivo de cana-de-açúcar	205
Atividades de serviços relacionados com a pecuária - exceto atividades veterinárias	187
Cultivos agrícolas mal especificados	174
Criação de outros animais de grande porte	164
Criação de bovinos	158
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	137
Criação de outros animais	130
Cultivo de café	108
Cultivo de frutas cítricas	98
Aquicultura	93

Fonte: DIEESE (2016). | Adaptação: Luis H. M. Meira & Cristina Abi Jabbour.

As culturas que tiveram maiores rendimentos foram as de banana, caqui, cana-de-açúcar, mandioca e feijão. Segundo o censo do IBGE (2017), no município de São Paulo, as áreas destinadas às atividades agropecuárias correspondem à 10.270.04 ha, sendo aproximadamente 3% de Lavouras Permanentes, 6% de Lavouras Temporárias, 4% de Cultivo de Flores, 3% de Pastagens, 1% de Florestas Naturais fora de APP e RL, 76% de Matas destinadas a APP e RL, 3% de Florestas Plantadas, e 1,5% de Sistemas Agroflorestais (Tabela 2).

TABELA 2. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	HECTARES	% COM RELAÇÃO À ÁREA
Lavouras Permanentes	184	343	3,34
Lavouras Temporárias	335	689	6,71
Cultivo de Flores	98	432	4,21
Pastagens	72	317	3,08
Florestas Naturais	23	139	1,35
Matas Naturais destinadas à APP ou RL	235	7.832	76,26
Florestas plantadas	16	364	3,54
Sistemas agroflorestais	25	154	1,50
TOTAL	988	10.270	100

Fonte: Censo IBGE (2017)⁹

[9] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/24/76693>

Cabe destacar que o Censo Agropecuário do IBGE (2017) identificou 550 estabelecimentos com atividades agropecuárias, portanto, na Tabela 2, a soma dos estabelecimentos não informa a quantidade real de estabelecimentos, o que significa que em um mesmo estabelecimento pode haver diversas formas de utilização das terras.

Os dados do censo do IBGE (2017) também apontam que as culturas que mais foram produzidas nos estabelecimentos da cidade de São Paulo foram: a de mandioca, com 95 estabelecimentos; a de banana, com 41 estabelecimentos; feijão fradinho, com 32 estabelecimentos; feijão e milho, com 29 estabelecimentos cada; abóbora, com 28 estabelecimentos; e cana-de-açúcar e cebola, com 13 estabelecimentos cada (Tabela 3).

TABELA 3. LAVOURAS PRATICADAS POR ESTABELECIMENTOS E SUA PRODUÇÃO		
LAVOURA PERENE	ESTABELECIMENTOS	TONELADAS
Banana	41	117,188
Ameixa	3	3,540
Goiaba	3	3,420
Nêspera	3	2,220
LAVOURA TEMPORÁRIA	ESTABELECIMENTOS	TONELADAS
Mandioca	95	110,256
Feijão Fradinho	32	7,890
Feijão (grão)	29	13,657
Milho	29	70,695
Abóbora	28	40,473
Cana-de-açúcar	13	16,590
Cebola	13	1,950
Feijão Verde	10	1,563
Tomate Rasteiro	9	0,926
Abacaxi	8	0,392
Batata Inglesa	5	0,850
Amendoim	4	0,220
Feijão Preto	3	2,228
Girassol	3	0,037
Melancia	3	1,130

Fonte: Censo IBGE (2017).

O censo do IBGE (2017), com relação à pecuária identificou a produção de animais na cidade de São Paulo, sendo que, em número de estabelecimentos, há uma maior produção de galináceos, em 165 estabelecimentos; bovinos, com 59 estabelecimentos; suínos, em 51 estabelecimentos; equinos, em 42 estabelecimentos e patos e gansos, em 40 estabelecimentos. E em relação ao número de cabeças no rebanho, há uma maior produção de codornas, com 120.031 cabeças; galináceos, com 7.375 cabeças; suínos, com 1.489 cabeças; patos e gansos com 919 cabeças e bovinos, com 859 cabeças (Tabela 4).

**TABELA 4 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
NA CIDADE DE SÃO PAULO**

PECUÁRIA	Nº DE ESTABELECIMENTOS	REBANHO (CABEÇAS)
Galináceos	165	7.375
Bovinos	59	859
Suínos	51	1.489
Equinos	42	190
Patos e Gansos	40	919
Caprinos	19	322
Perus	14	81
Ovinos	12	133
Codornas	6	120.031
Muares	4	16
Asininos	3	11

Fonte: Censo IBGE (2017).

A cidade de São Paulo, com uma população ocupada na atividade de agropecuária de 18.447 pessoas, produzindo diversos tipos de cultivos e animais possui apenas, segundo o sistema de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 87 DAP Físicas e 1 DAP Jurídica ativas (BRASIL, 2017c). Este documento não possibilita somente que o agricultor tenha acesso ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que é um crédito subsidiado para os investimentos e custeios da produção, mas também que o agricultor possa participar de uma Chamada Pública para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), como também do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), Microbacias, e muitos outros.

As principais produções, na cidade de São Paulo, são de frutas, flores, florestas, olericultura, culturas temporárias, suinocultura e piscicultura. Mas temos que destacar que, para que estas se tornem cadeias produtivas bem desenvolvidas e plenamente constituídas, é necessário um mínimo de políticas públicas. A cadeia produtiva, segundo de Castro, et. al. (2002), foi um conceito desenvolvido como instrumento de visão sistêmica, partindo da premissa que a produção de bens pode ser representada como um sistema, onde os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema.

Neste sentido, a **Cadeia Produtiva** mais desenvolvida na cidade é a da **Olericultura e Culturas Temporárias**, porque existem 1.170 horticultores, segundo os dados do DIEESE (2016), e 335 estabelecimentos, segundo os dados do IBGE (2017a). Para a Zona Sul, o cadastramento realizado pela Prefeitura de São Paulo, no primeiro semestre de 2019, indicou a existência de 277 unidades de produção, com cultivo predominante de folhosas e outras culturas temporárias. Importante destacar que este número se refere apenas às unidades de produção que tiveram seus produtos comercializados no último ano (SÃO PAULO, 2019). Algumas destas agricultoras e agricultores possuem canal de escoamento da produção na própria cidade, comercializando seus produtos em feiras livre ou orgânicas, sacolões, mercadinhos e em cestas diretas ao consumidor. Atualmente, é a cadeia agropecuária que mais recebe atenção por parte da Prefeitura para seu desenvolvimento, com assistência técnica, patrulha agrícola e outras políticas específicas.

Para que esta cadeia produtiva seja fortalecida é necessário, segundo as oficinas para a elaboração deste plano e as visitas técnicas do CMDRSS a agricultoras e agricultores, a desburocratização para a emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF (que substituiu a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF) e acesso ao PRONAF, fornecimento de composto, mais horas/máquina da patrulha agrícola, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atenda unidades produtivas ainda não atendidas, abertura de novos pontos de comercialização, auxílio na transição agroecológica, formação profissional e acesso a mercados institucionais, entre outros.

A **Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais** possui segundo os dados do DIEESE (2016), 760 pessoas ocupadas e mais de 90 estabelecimentos, segundo os dados do IBGE (2017), e a **Cadeia Produtiva de Frutas** possui, segundo os dados do DIEESE (2016), aproximadamente 240 pessoas ocupadas, e mais de 180 estabelecimentos, segundo os dados do IBGE (2017). De acordo com as oficinas para a elaboração deste plano e as visitas técnicas do CMDRSS a agricultoras e agricultores, tais cadeias (principalmente a de plantas ornamentais) são formadas por grandes produtores (há cerca de 3 grandes produtores de flores e ornamentais) e também por pequenos produtores que comercializam, principalmente, no CEAGESP e com venda direta a consumidores e lojas. Com exceção de pequenos produtores, verificamos um setor capitalizado que possui capacidade de investimento na produção e na comercialização. Em relação aos fruticultores, encontramos tanto na Zona Sul, de forma mais desenvolvida (principalmente a cultura de banana e caqui), como na Zona Leste, de forma residual em meio a áreas urbanizadas, com perspectivas de diminuição dessa prática por ausência de continuidade pelos jovens.

A **Cadeia Produtiva de Silvicultura**, sendo as florestas plantadas e os sistemas agro-florestais possui, segundo os dados do DIEESE (2016), 1.424 pessoas ocupadas, e mais de 40 estabelecimentos, segundo os dados do IBGE (2017), tem uma grande necessidade de atenção pública, principalmente referente à alteração de legislação municipal que condiciona o corte de cada árvore no município de forma mais restritiva que a legislação estadual. Os silvicultores não têm autonomia para o manejo de suas florestas, o que inviabiliza a atividade no município. É preciso avançar nos debates acerca da questão no município para que a cadeia produtiva seja viável.

A **Cadeia Produtiva da Suinocultura**, segundo os dados do IBGE (2017), possui mais de 50 estabelecimentos e mais de 1.400 cabeças e, de acordo com as oficinas regionais realizadas para a elaboração deste plano, e de acordo com as visitas técnicas realizadas pelos membros do CMDRSS, possui uma concentração na Zona Norte de São Paulo. Atualmente, a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo tem promovido algum apoio aos agricultores que têm sofrido pressões constantes para alteração de suas práticas devido à construção do Rododanel trecho Norte e às adequações sanitárias ambientais necessárias para a manutenção da atividade na região. Para o fortalecimento e desenvolvimento desta cadeia, são necessárias políticas públicas específicas como a adesão ao Sistema de Inspeção Municipal/Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SIM/SUASA no município, a instalação de um abatedouro, articulação com os órgãos ambientais, Ministério Público e ANVISA para a regularização da atividade, assistência técnica e extensão rural, viabilização de pontos de comercialização, entre outros.

A **Cadeia Produtiva da Piscicultura**, segundo os dados do DIEESE (2016), possui mais de 260 pessoas ocupadas com a atividade e, de acordo com as oficinas regionais realizadas para a elaboração deste plano e, de acordo com as visitas técnicas realizadas pelos membros do CMDRSS, possui uma concentração na Zona Sul de São Paulo, nas represas Billings e Guapiranga, com cerca de 500 pescadores na região, sendo 195 só no Município de São Paulo. A colônia de pesca é liderada principalmente por mulheres, e é composta por sujeitos que também atuam na agricultura. O pescado vem de uma região específica da Represa Billings (braço Riacho Grande e Taquacetuba) e acessa o mercado de forma irregular. Para o fortalecimento e desenvolvimento desta cadeia, são necessárias políticas públicas, como a adesão ao SIM/SUASA, a orientação para a pesca no município, a organização dos pescadores e regularização da atividade, o monitoramento contínuo e específico do braço da represa onde é pescado, o acesso à agroindústria e a adoção de boas práticas de produção.

Há outras cadeias produtivas existentes no território, como a produção de codornas e de leite, evidenciados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017), porém, tais cadeias se encontram dispersas e desconhecidas pela atuação do Poder Público municipal.

**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

04

**EIXOS E DIRETRIZES
PARA ORIENTAR AS
AÇÕES DOS ÓRGÃOS
PÚBLICOS E DE SUAS
PARCERIAS**

EIXOS E DIRETRIZES PARA ORIENTAR AS AÇÕES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E DE SUAS PARCERIAS

O Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável de São Paulo está estruturado de forma a impulsionar o desenvolvimento de fatores relacionados às zonas rurais e às áreas urbanas que possuem atividades de produção agropecuária, a partir de quatro núcleos temáticos. São eles: Econômico Produtivo; Sociocultural e Ambiental; Infraestrutura e Serviços Públicos; e Organização Institucional. Os núcleos estão organizados em 16 (dezesseis) eixos principais de atuação, cada qual com sua respectiva diretriz norteadora, que são os motes e dão significado às atividades elencadas.

NÚCLEO TEMÁTICO	EIXOS	DIRETRIZES
ECONÔMICO PRODUTIVO Ações estratégicas de fomento produtivo que proporcionam condições para que as atividades dos diferentes territórios se desenvolvam desde a produção de insumos e produtos até a distribuição e acesso a mercados. Incluem-se aqui principalmente as ações de fomento às cadeias de valor, sejam agrícolas ou do turismo rural e de hortas urbanas.	1.1 AGRICULTURA URBANA	Promover e fomentar a agricultura urbana com base agroecológica, em espaços e equipamentos públicos e privados, principalmente em áreas ociosas, visando à segurança e soberania alimentar, alimentação saudável, autoconsumo, geração de renda, à preservação e educação ambiental e inclusão social.
	1.2 PRODUÇÃO ANIMAL	Fortalecer a regularização das atividades pecuárias do município, buscando a implantação de um sistema de inspeção municipal de produtos de origem animal, e o cumprimento das normas de vigilância sanitária.
	1.3 COMERCIALIZAÇÃO	Estruturar as cadeias de produção, comercialização e consumo, promovendo a rentabilidade sustentável do setor agropecuário, priorizando a economia solidária, os circuitos curtos de produção e consumo e o acesso das populações das periferias e próximas às áreas de produção.
	1.4 TURISMO	Desenvolver o turismo nas áreas com atividade agropecuária, fortalecendo e criando pontos turísticos, integrados à educação e à conservação ambiental, valorizando a sociobiodiversidade local.
SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL Ações estratégicas de suporte à população rural e agricultoras/es urbanas/os. Inclusão social de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. Difusão de conhecimento aos cidadãos em geral. Conservação ambiental.	2.1 CULTURA	Preservar a memória, identidade e herança cultural dos agricultores, agricultoras, povos indígenas e de matriz africana para valorização da sociobiodiversidade.
		Fortalecer e valorizar a cultura da juventude inserida nas atividades da agricultura.
	2.2 ENSINO E EDUCAÇÃO	Utilizar a agricultura urbana/periurbana como instrumento pedagógico, que contempla as diversas dimensões do Desenvolvimento Humano, tanto no ensino formal como informal.
	2.3 SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL	Eliminar o uso indevido dos agrotóxicos, reduzindo de uma forma geral a sua aplicação, para prevenir os impactos à saúde e à contaminação humana, animal e ambiental.
		Articular atividades que fortaleçam o desenvolvimento rural solidário e sustentável às ações de promoção da saúde, prevenção e assistência integral à população.

NÚCLEO TEMÁTICO	EIXOS	DIRETRIZES
SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL Ações estratégicas de suporte à população rural e agricultoras/es urbanas/os. Inclusão social de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. Difusão de conhecimento aos cidadãos em geral. Conservação ambiental.	2.3 SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL	Garantir a inclusão dos agricultores à previdência social. Estimular e viabilizar o cultivo correto de plantas medicinais, ervas e temperos, ampliando o acesso e sua correta utilização e prescrição nas unidades de saúde, de forma a promover o cuidado adequado.
	2.4 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Concretizar os planos ambientais previstos no PDE, em especial, o PMMA e o Plano de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (e seus instrumentos, entre eles, o PSA), articulados com as demais políticas setoriais. Viabilizar o manejo sustentável de espécies nativas da Mata Atlântica, bem como da silvicultura como atividades produtivas e geradoras de renda.
	2.5 INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS	Priorizar em todas as ações do plano os povos indígenas e comunidades tradicionais, mulheres, jovens, e outros grupos em situação de vulnerabilidade social.
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS Ações estratégicas de garantia do uso e ocupação do solo de forma regular e estruturada para o desenvolvimento das atividades econômicas e para a garantia do bem-estar da população residente.	3.1 SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO	Fortalecer o controle ambiental, de forma a garantir a conservação das áreas protegidas e rurais e a adoção de práticas sustentáveis, resgatando o caráter orientativo da fiscalização. Fortalecer e ampliar a segurança pública nas áreas rurais, para prevenir furtos e roubos de equipamentos, insumos e bens pessoais dos agricultores.
	3.2 INFRAESTRUTURA BÁSICA	Articular e promover serviços básicos e de infraestrutura para a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e periféricas, priorizando alternativas sustentáveis.
	3.3 ORDENAMENTO TERRITORIAL	Implantar o Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável conforme o Plano Diretor Estratégico, com monitoramento contínuo, transparência e controle social.
	3.4 REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	Promover o acesso a terra e o reconhecimento da agropecuária enquanto uma prática socioeconômica importante no município, identificando as áreas produtivas e viabilizando a regularização das atividades.
	3.5 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER	Garantir e fortalecer a ATER municipal integrada entre todos os entes federativos, de forma a atender todos os agricultores do município, priorizando a abordagem agroecológica e processos participativos.
ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL Ações estratégicas de organização e fortalecimento da capacidade institucional da Prefeitura para execução do plano e da capacidade orçamentária para execução das atividades estratégicas no âmbito de cada unidade envolvida.	4.1 FINANCIAMENTO	Viabilizar recursos orçamentários e financeiros para o desenvolvimento das ações do plano, articulando recursos de todos os entes federativos.
	4.2 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	Garantir estrutura pública adequada, com orçamento próprio, técnicos e equipamentos que promovam o desenvolvimento rural sustentável e solidário de forma participativa junto à sociedade civil.

Os eixos auxiliam na organização geral dos temas, porém, não devem ser vistos de forma setorializada, uma vez que os temas contidos em cada categoria estão integrados e, muitas vezes, dependem de atividades descritas em outro tema para que possam ser efetivadas. Mais uma vez, a integração entre atividades, a intersetorialidade e a ação intersecretarial são fundamentais para o desenvolvimento integrado da zona rural do município e das práticas agropecuárias distribuídas pelo território municipal.

Este é um exercício de planejamento para um período de 8 (oito) anos, contando a partir da publicação, devendo ter um balanço do cumprimento de suas metas em 4 (quatro) anos por meio de um fórum intersecretarial. Foram listadas secretarias e órgãos responsáveis por cada tema, o que não impede de envolver outras instituições e órgãos conforme a implantação da ação e as demandas que dela surgirem. De forma similar, estão descritas atividades estratégicas e metas que devem ser cumpridas a fim de garantir a efetividade do plano. Atividades e metas, desde que complementares e mais amplas do que as originais, serão bem-vindas. O monitoramento das execuções deste plano deverá ser realizado mediante a criação de indicadores de gestão e dos resultados submetidos ao acompanhamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável e apoio dos órgãos envolvidos.

Dessa forma, a priorização das ações e do tempo previsto para a realização das metas e ações estratégicas está organizada da seguinte forma:

PRIORIDADE	NÚMERO DE ANOS
Urgente	Entre 1 e 2 anos
Alta	Entre 2 e 4 anos
Média	Entre 4 e 6 anos
Baixa	Entre 6 e 8 anos



**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

05

An aerial photograph of a city street scene. A tall, modern building with a grid of windows is on the right. A bridge with white cables spans the street from the left. The image has a blue-to-green color gradient. The text is in white, bold, uppercase letters.

ÓRGÃOS MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS POR EIXOS TEMÁTICOS

ÓRGÃO	EIXO TEMÁTICO QUE ESTÁ EN-VOLVIDO
SP Regula - Limpeza Urbana	AGRICULTURA URBANA
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO
EMASP - Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo	REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
	COMERCIALIZAÇÃO
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo	REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL
	COMERCIALIZAÇÃO
SGM - Secretaria de Governo Municipal	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	COMERCIALIZAÇÃO
SMC - Secretaria Municipal de Cultura	CULTURA
	FINANCIAMENTO
	INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS
SMDet - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	ENSINO E EDUCAÇÃO
	CULTURA
	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER
	REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
	FINANCIAMENTO
	INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS
	AGRICULTURA URBANA
	SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL
	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
	PRODUÇÃO ANIMAL
	INFRAESTRUTURA BÁSICA
	ORDENAMENTO TERRITORIAL
	COMERCIALIZAÇÃO

ÓRGÃO	EIXO TEMÁTICO QUE ESTÁ ENVOLVIDO
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	COMERCIALIZAÇÃO
	INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
	ORDENAMENTO TERRITORIAL
SME - Secretaria Municipal de Educação	ENSINO E EDUCAÇÃO
	COMERCIALIZAÇÃO
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	INFRAESTRUTURA BÁSICA
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIA
	PRODUÇÃO ANIMAL
	COMERCIALIZAÇÃO
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	INFRAESTRUTURA BÁSICA
	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
	REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
	AGRICULTURA URBANA
	COMERCIALIZAÇÃO
SP TURIS - São Paulo Turismo	TURISMO
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	TURISMO
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO
	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
	ENSINO E EDUCAÇÃO
	CULTURA
	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
	FINANCIAMENTO
	INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS

**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

06



OBJETIVOS E METAS DOS NÚCLEOS TEMÁTICOS

OBJETIVOS E METAS DOS NÚCLEOS TEMÁTICOS DO PLANO RURAL

1 - NÚCLEO TEMÁTICO ECONÔMICO PRODUTIVO

1.1. EIXO AGRICULTURA URBANA

AÇÃO 1.1.1. HORTAS URBANAS



OBJETIVO

Promover a agricultura urbana agroecológica conforme o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo - PROAURP.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar uma campanha de estímulo ao envolvimento da população na criação de hortas comunitárias urbanas;
- Promover cursos de formação para agricultores urbanos;
- Estimular a qualidade sanitária do solo das áreas destinadas à agricultura urbana por meio da adoção de boas práticas e orientação técnica;
- Estimular o uso de áreas públicas municipais destinadas às hortas urbanas;
- Monitorar as condições de solo em função do seu uso e ocupação, de forma a considerar áreas contaminadas;
- Desenvolvimento de materiais de divulgação e sinalização.



METAS

- Fomentar a criação de hortas urbanas;
- Realizar no mínimo 1 curso de formação por ano.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima SP
- PMDE
- PMS
- PLAMSAN

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 1.1.2. PÁTIOS DE COMPOSTAGEM



OBJETIVO

Fomentar a produção e distribuição de composto para agricultoras e agricultores.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criação de um sistema de identificação e organização das demandas de insumos pelos agricultores;
- Definir política de distribuição do composto para os agricultores;
- Priorizar, na definição de pátios e estruturas para compostagem, regiões com agricultores urbanos e rurais;
- Estimular a realização da compostagem “in loco” junto a unidades de produção agrícola.



METAS

- Criar política de compostagem e distribuição do composto para agricultores, conforme Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSUB
- SP Regula - Limpeza Urbana



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet
- SVMA



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima SP
- PMAU
- PLAMSAN
- PGIRS

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 1.1.3. PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DE SÃO PAULO - PROAURP



OBJETIVO

Consolidar o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo - PROAURP no município de São Paulo.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Conferir nova regulamentação à Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004 (PROAURP);
- Ampliar o grupo executivo (SVMA, SMDet, SMSUB, SMUL, Saúde, Educação, Assistência Social e Habitação) e definir suas tarefas dentro do Programa;
- Fortalecer as Casas de Agricultura Ecológicas (CAEs) Sul e Leste;
- Criar uma Casa de Agricultura Ecológica (CAE) na Zona Norte/Centro-Oeste.

SUB-AÇÃO 1.1.3.1 - PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DE SÃO PAULO - PROAURP



METAS

- Conferir nova regulamentação da Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004 (PROAURP).



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMG
- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima

PRIORIDADE URGENTE

SUB-AÇÃO 1.1.3.2 - PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DE SÃO PAULO - PROAURP



METAS

- Criação da Casa de Agricultura Ecológica (CAE) da Zona centro-oeste e norte.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima SP

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 1.1.4. PROGRAMA OPERAÇÃO TRABALHO (POT)**OBJETIVO**

Incentivar a qualificação para a agricultura por meio de bolsas do Programa Operação Trabalho - POT para Agricultura.

**ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:**

- Viabilizar o acesso ao Programa POT Agricultura para a população de baixa renda (CAD-único) e residentes de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que tenham como atividade a agricultura;
- Possibilitar o apoio psicossocial para bolsistas do POT Agricultura.

**METAS**

- Beneficiar, no mínimo, 200 pessoas com o Projeto POT para Agricultura.

**SECRETARIAS RESPONSÁVEIS**

- SMDet

**SECRETARIAS PARCEIRAS**

- SMADS

**PLANOS RELACIONADOS**

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- PLAMSAN

PRIORIDADE URGENTE

AÇÃO 1.1.5. FINANCIAMENTO DE PROJETOS



OBJETIVO

Possibilitar o acesso a recursos para viabilizar hortas urbanas.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Apoio financeiro para projetos de agricultura urbana por meio de concurso, editais e outras modalidades de fomento;
- Abrir editais para o acesso aos agricultores do município, com prioridade para a população de baixa renda (CAD-único) e residentes de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que tenham como atividade agricultores, em especial indígenas, jovens e mulheres das periferias da cidade.



METAS

- Disponibilizar recursos para, no mínimo, 25 agricultores por ano.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDT



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PlanClima SP



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMC

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 1.1.6. ESCOLAS ESTUFAS



OBJETIVO

Fomentar a produção para autoconsumo, hábitos alimentares saudáveis e preservação ambiental por meio do Programa Escola Estufa.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Viabilização de cursos e visitas;
- Alinhamento e gestão conjunta com a Escola Municipal de Jardinagem;
- Produção de mudas para serem distribuídas/adquiridas pelos agricultores da região;
- Garantir a inserção dos moradores do local nas ações de geração de trabalho e renda nas Escolas Estufas.



METAS

- Reativar e readequar o Programa Escola Estufa em no mínimo 5 (cinco) regiões de maior demanda;
- Realizar 1 (um) curso por ano em estufas diversas do programa.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDT



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SME
- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PLAMSAN

PRIORIDADE ALTA

1 - NÚCLEO TEMÁTICO ECONÔMICO PRODUTIVO

1.2. EIXO PRODUÇÃO ANIMAL

AÇÃO 1.2.1. PESCA ARTESANAL



OBJETIVO

Apoiar a atividade de pesca artesanal e pesque pagues ajustadas a legislação ambiental.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Firmar parceria para levantamento de espécies pescadas e quantidade e qualidade de pescado;
- Articulação de parceria para monitoramento da atividade de pesca;
- Garantir uma cadeira no CMDRSS para os pescadores artesanais;
- Articular a promoção da assistência técnica especializada para os pescadores
- Capacitação de pescadores artesanais;
- Articular a possibilitar que os pescadores possam utilizar a agroindústria do CEAGESP para o processamento do pescado;
- Contemplar a gestão adequada de resíduos de forma associada à gestão ambiental e sanitária.



METAS

- Articular a viabilização de uma agroindústria para o processamento do pescado dos pescadores artesanais de São Paulo;
- Realizar no mínimo 1 (uma) oficina de capacitação/ano com os pescadores.
- Articular parceria do órgão responsável para atender os pescadores com assistência técnica e extensão rural.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE



SECRETARIAS PARCEIRAS

- Sec. Estado Agricultura e Abastecimento (SAA)
- Instituto de Pesca
- Defesa Agropecuária
- CATI/SAA
- EMAE
- CETESB
- SMDet
- SMS
- SP REGULA - LIMPEZA URBANA
- SVMA

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 1.2.2. PECUÁRIA (AVICULTURA, SUINOCULTURA, APICULTURA, CAPRINOCULTURA, BOVINOCULTURA, ENTRE OUTROS)



OBJETIVO

Garantir a atividade da pecuária ajustada à legislação ambiental e sanitária.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Articular parceria para levantamento de quantidade e qualidade de produtos pecuários produzidos;
- Articular parceria para monitoramento da atividade pecuária;
- Articular assistência técnica especializada para produtores;
- Contemplar a gestão adequada de resíduos de forma associada à gestão ambiental e sanitária.



METAS

- Promover curso para adequação da atividade visando à sua regularização.
- Articular parceria para atender produtores com assistência técnica e extensão rural.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET
- SMS



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE



SECRETARIAS PARCEIRAS

- CATI/SAA
- CETESB
- SP REGULA - LIMPEZA URBANA
- SVMA

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 1.2.3. SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)



OBJETIVO

Revisão de normas sanitárias focando a criação animal e de produtos de origem animal.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar GT para revisão de normas em âmbito municipal, focando a criação animal e de produtos de origem animal;
- Articulação com diferentes Secretarias para a criação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM);
- Criar GT para avaliar adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) na cidade de São Paulo;
- Designar 1 (um) médico veterinário para cuidar da orientação aos empreendimentos agroindustriais do município;
- Fortalecer a estrutura da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA/SMS);
- Contemplar a gestão adequada de resíduos de forma associada à gestão ambiental e sanitária.



METAS

- GTs para revisão de normas e para avaliar adesão ao SUASA criados



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMS



PLANOS RELACIONADOS

- PMDE



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet
- CATI/SAA
- SP REGULA - LIMPEZA URBANA

PRIORIDADE URGENTE

1 - NÚCLEO TEMÁTICO ECONÔMICO PRODUTIVO

1.3. EIXO COMERCIALIZAÇÃO

AÇÃO 1.3.1. BOXES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MERCADOS E SACOLÕES



OBJETIVO

Priorizar agricultoras e agricultores familiares na concessão de uso dos boxes em mercados e sacolões públicos do município.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Priorizar a agricultura familiar paulistana nos mercados e sacolões;
- Apoiar cooperativas e associações de agricultores familiares na gestão física e administrativa dos boxes.



METAS

- Facilitar a participação de agricultoras e agricultores paulistanos em mercados e sacolões municipais.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDDET

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 1.3.2. FEIRAS ORGÂNICAS



OBJETIVO

Incentivar a criação de novas feiras orgânicas na cidade de São Paulo.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Disponibilizar locais e apoio técnico, logístico e material para realização das feiras orgânicas;
- Articulação com agricultores orgânicos, com prioridade para mulheres da Região Metropolitana de São Paulo;
- Criação de campanha de comunicação para promoção das feiras.



METAS

- Estimular a criação de feiras orgânicas e da agricultura familiar nas subprefeituras, com prioridade para regiões periféricas da cidade.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSUB



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PLAMSAN

PRIORIDADE URGENTE

AÇÃO 1.3.3. CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS



OBJETIVO

Criar Centros de Distribuição Regional de Produtos Agrícolas para estreitar relação entre mercado consumidor e agricultores.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Identificar 3 (três) áreas públicas para os entrepostos na região sul, na região norte e na região leste;
- Articular parceria para construção/reforma do entreposto;
- Definição participativa do modelo de gestão do entreposto, envolvendo agricultores e sociedade civil.



METAS

- Criação de 3 (três) entrepostos, sendo um na zona sul, um na norte e um na leste.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDET

PRIORIDADE BAIXA

AÇÃO 1.3.4. GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL



OBJETIVO

Promover e incentivar a comercialização de agricultores do município por meio de formas alternativas de acesso aos consumidores.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Formação de técnicos das subprefeituras para criação e gestão de Grupos de Consumo Responsável (GCRs) em parceria com sociedade civil organizada;
- Dar apoio e orientação para os empreendimentos coletivos sobre a importância da participação social em fóruns e espaços de discussão;
- Auxiliar a articulação com os agricultores para abastecimento dos produtos;
- Divulgar para funcionários das subprefeituras e moradores dos bairros;
- Fortalecer o Fórum de Economia Solidária.



METAS

- Apoiar a criação de Grupos de Consumo Responsável.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSUB
- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- CADES
- SVMA

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 1.3.5. COMPRAS PÚBLICAS



OBJETIVO

Garantir a priorização de agricultores familiares agroecológicos e orgânicos nas compras públicas da Prefeitura.

SUB-AÇÃO AÇÃO 1.3.5.1 - COMPRAS PÚBLICAS



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Articular com cooperativas e associações de agricultores para oferta dos produtos;
- Implementar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA institucional no Município de São Paulo;
- Garantir assistência técnica e burocrática específica para os agricultores do município para acessar as compras públicas.



METAS

- Estruturar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA institucional no Município de São Paulo.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet
- SEGES



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SME
- SMSUB

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 1.3.5. COMPRAS PÚBLICAS

SUB-AÇÃO AÇÃO 1.3.5.2 - COMPRAS PÚBLICAS



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Formação de pessoas técnicas e Procuradores das Secretarias para as compras públicas, com base na experiência da SME.



METAS

- Ter servidores capacitados para a viabilizar a implantação da compra progressiva da agricultura familiar, com o objetivo de alcançar 30% de alimentos oriundos dessas produtoras e produtores em todos os equipamentos públicos da Prefeitura.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SME
- SMS
- SMADS
- SMDHC
- SEGES
- EMASP



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- PGM

PRIORIDADE MÉDIA

SUB-AÇÃO AÇÃO 1.3.5.3 - COMPRAS PÚBLICAS



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Adequar as chamadas públicas para atender as especificidades da agricultura familiar para todos os órgãos municipais que comprem gêneros alimentícios.



METAS

- Implementar a compra progressiva com objetivo de alcançar 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar em todos os equipamentos públicos da Prefeitura.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SEGES



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- PGM

PRIORIDADE MÉDIA

1 - NÚCLEO TEMÁTICO ECONÔMICO PRODUTIVO

1.4. EIXO TURISMO

AÇÃO 1.4.1. TURISMO SUSTENTÁVEL - ZONA SUL



OBJETIVO

Apoiar o desenvolvimento do Turismo Rural no Polo de Ecoturismo de Parelheiros, conforme Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável aprovado.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Articulação do CMDRSS com o CONGETUR e parceiros do Polo;
- Criação de programas de estruturação do turismo em propriedades rurais com a participação das cooperativas, associações de produtores rurais, de iniciativas de gastronomia local com base em economia solidária, de movimentos ligados ao meio ambiente e água;
- Criação de roteiros de turismo rural, integrando roteiro em atrativos naturais e culturais;
- Aprimoramento do Posto de Atendimento ao Turista - PAT/Parelheiros com profissionais com conhecimento regional e melhor estrutura;
- Desenvolvimento de cursos de formação em monitoria com base na agroecologia;
- Regulamentar a lei do polo de ecoturismo de Parelheiros;
- Conciliar o Plano Municipal do Polo de Ecoturismo de Parelheiros com os planos de manejo das Unidades de Conservação do território;
- Utilização de identificação de origem dos produtos produzidos na cidade;
- Reconhecimento e respeito ao plano de visitação da Terra Indígena Tenonde Porã e suas diretrizes;
- Realização de atividades voltadas às escolas municipais: CEIs, EMEIs, EMEFs, EMEFM, EMEBS e CIEJAs, como visitação e palestras sobre as áreas turísticas do município, entre outros.



METAS

- 30 (trinta) propriedades estruturadas e aptas para recepção de turistas e com atividades voltadas ao turismo rural;
- Realização de um Fórum de integração dos conselhos no território, pelo menos uma vez ao ano.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMTUR
- SPTURIS
- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- Congetur
- SMC
- SMSUB
- SGM

PRIORIDADE URGENTE

AÇÃO 1.4.2. TURISMO SUSTENTÁVEL - ZONA LESTE E NORTE



OBJETIVO

Desenvolvimento do turismo rural na Zona Leste e Norte.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Mapeamento participativo dos atrativos naturais e culturais da região por meio da Plataforma Sampa+Rural;
- Desenvolvimento de roteiros turísticos integrando os atrativos com a participação das cooperativas, associações de produtores rurais, de iniciativas de gastronomia local com base em economia solidária, de movimentos ligados ao meio ambiente e água;
- Formação e capacitação em monitoria e turismo com foco na agroecologia;
- Realização de atividades voltadas às escolas municipais: CEIs, EMElS, EMEFs, EMEFM, EMEBS e CIEJAs, como visitaão e palestras sobre as áreas turísticas do município, entre outros.



METAS

- 10 (dez) propriedades estruturadas e aptas para recepção de turistas e com atividades voltadas ao turismo rural.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMTUR
- SPTURIS
- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- Congetur
- SMC
- SMSUB
- SGM

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 1.4.3. POLO DE ECOTURISMO CANTAREIRA



OBJETIVO

Implantar o Polo de Ecoturismo da Cantareira.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Regulamentar a Lei Municipal nº 16.832/2018 que cria o Polo de Ecoturismo da Cantareira;
- Mapeamento participativo dos atrativos naturais e culturais da região por meio da Plataforma Sampa+Rural;
- Desenvolvimento de roteiros turísticos integrando os atrativos com a participação das cooperativas, associações de produtores rurais, de iniciativas de gastronomia local com base em economia solidária, de movimentos ligados ao meio ambiente e água;
- Criação de roteiros pilotos na estrada do Vista Alegre;
- Formação e capacitação em monitoria e turismo ecológico com foco na agroecologia;
- Implantar o Território de Cultura e Paisagem (Perus- Anhanguera) conforme Plano Diretor Estratégico - PDE;
- Incentivar um roteiro de turismo nas Terras Indígenas do Jaraguá, com protagonismo indígena;
- Criação do Conselho de Turismo do Polo de Ecoturismo da Cantareira;
- Realização de atividades voltadas às escolas municipais: CEIs, EMEIs, EMEFs, EMEFM, EMEBS e CIEJAs, como visitação e palestras sobre as áreas turísticas do município, entre outros.



METAS

- Desenvolver Plano de Desenvolvimento Sustentável do Polo de Ecoturismo da Cantareira



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMTUR
- SPTURIS
- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMSUB
- SMC
- Instituto Florestal
- SIMA
- SGM

PRIORIDADE URGENTE

2. NÚCLEO TEMÁTICO SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

2.1. EIXO CULTURA

AÇÃO 2.1.1. CULTURA RURAL



OBJETIVO

Promover ações culturais junto a unidades de produção agrícola de São Paulo.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Preservar a memória, identidade e herança cultural dos agricultores e agricultoras e povos indígenas e de matriz africana para valorização da sociobiodiversidade;
- Fortalecer e valorizar a cultura da juventude inserida nas atividades da agricultura;
- Articular a identificação e reconhecimento do patrimônio cultural rural com a regulamentação dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem - TICP, conforme Plano Diretor Estratégico (PDE).



METAS

- Desenvolver 2 (duas) ações/ano de resgate de memória da alimentação e cultura de São Paulo nos equipamentos culturais dos territórios com presença de atividades de agricultura;
- Desenvolver, no mínimo, 10 (dez) atividades culturais/ano relacionados à cultura agrícola e alimentar em equipamentos culturais e programas do município em todas as regiões da cidade.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMC
- SVMA (UMAPAZ)



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PlanClima SP
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMSUB
- SPTuris
- SMDET
- CATI/SAA
- SVMA (CPA e DGUC)

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 2.1.2. ARTESANATO DE PESSOAS E COLETIVOS DAS ZONAS RURAIS



OBJETIVO

Viabilizar capacitação e geração de renda nas zonas rurais por meio do artesanato.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Promover oficinas de capacitação;
- Criar pontos de comercialização de artesanato local na cidade, priorizando o artesanato indígena, mulheres e grupos vulneráveis;
- Cadastrar os artesãos e manualidades;
- Estímulo à produção de artesanato utilizando produtos florestais madeireiros ou não madeireiros, e demais produtos da sociobiodiversidade de acordo com a Lei nº 16.573/2016.



METAS

- Realizar no mínimo 2 (dois) cursos e oficinas anuais de capacitação;
- Criar no mínimo 2 (dois) pontos de comercialização de artesanato local, na cidade de São Paulo.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PDME
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMC

PRIORIDADE ALTA

2. NÚCLEO TEMÁTICO SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

2.2. EIXO ENSINO E EDUCAÇÃO

AÇÃO 2.2.1. HORTAS ESCOLARES AGROECOLÓGICAS



OBJETIVO

Fortalecer a formação de hortas escolares apoiando as ações definidas na Lei nº 16.140/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar municipal.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Realizar o mapeamento anual das Unidades de Ensino que possuem hortas escolares ativas e quais são suas demandas, por meio da Plataforma Sampa+Rural;
- Apoiar e incentivar a inserção das atividades relacionadas à horta e alimentação nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, envolvendo toda a comunidade e o corpo escolar;
- Orientar as escolas e facilitar a articulação para viabilizar insumos e técnicos para o desenvolvimento das hortas;
- Promover encontros para trocas de experiências entre as escolas;
- Fomentar a formação da comunidade escolar para questões relacionadas ao sistema alimentar e agroecologia, envolvendo agricultores(as), merendeiras(os), nutricionistas e jardineiros(as) nas atividades pedagógicas e Conselhos de Alimentação Escolar e promovendo a troca de experiências entre esses atores;
- Associar hortas escolares a atividades de compostagem, conforme preconizado no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS.



METAS

- Estimular o aumento progressivo de 10% de hortas escolares/ano nas Unidades de Ensino;
- Realizar, no mínimo, 2 (duas) capacitações/ano por polos regionais para as escolas com atuação em hortas escolares.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SME



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PLAMSAN
- PGIRS



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMDet
- SP REGULA - LIMPEZA URBANA

PRIORIDADE URGENTE

AÇÃO 2.2.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL AGROECOLÓGICA



OBJETIVO

Promover ações de educação ambiental para o desenvolvimento de atividades relacionadas aos eixos da agricultura urbana e periurbana, meio ambiente, agroecologia, permacultura e segurança alimentar e nutricional.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Realizar o mapeamento anual das Unidades de Ensino que possuem hortas escolares ativas e quais são suas demandas;
- Apoiar e incentivar a inserção das atividades relacionadas à horta e alimentação nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, envolvendo toda a comunidade e o corpo escolar;
- Orientar as escolas e facilitar a articulação para viabilizar insumos e técnicos para o desenvolvimento das hortas;
- Promover encontros para trocas de experiências entre as escolas;
- Fomentar a formação da comunidade escolar para questões relacionadas ao sistema alimentar e agroecologia, envolvendo agricultores(as), merendeiras(os), nutricionistas e jardineiros(as) nas atividades pedagógicas e Conselhos de Alimentação Escolar e promovendo a troca de experiências entre esses atores;
- Associar hortas escolares a atividades de compostagem, conforme preconizado no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS.



METAS

- Promover cursos e outros eventos sobre alimentação, educação ambiental e agroecologia, com prioridade para formações específicas para educadores da rede municipal de ensino;
- Disponibilizar na forma digital materiais didáticos sobre os temas de alimentação, educação ambiental e agroecologia para a população.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA (UMAPAZ)
- SME



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMAU
- PLAMSAN
- PGIRS

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 2.2.3. ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO



OBJETIVO

Apoiar a realização de projetos de pesquisa e extensão universitários e técnicos voltados para o desenvolvimento rural sustentável e agroecologia.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Estabelecer diálogos com instituições de ensino e pesquisa que tenham cursos em áreas correlatas com as questões relacionadas ao desenvolvimento rural;
- Fomentar a realização de estudos, projetos de pesquisa e extensão que deem suporte às ações de desenvolvimento rural e agroecologia, assim como às ações relacionadas ao manejo adequado dos resíduos gerados e a reciclagem “in loco” do resíduo orgânico;
- Definir o escopo dos projetos de forma conjunta com CMDRSS;
- Estabelecer parceria com universidades e escolas técnicas para realização de estágio nas áreas de produção.



METAS

- Estabelecer e manter, no mínimo, 3 (três) parcerias com instituições de ensino e pesquisa



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- PMDE
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 2.2.4. ESCOLA DE AGROECOLOGIA EM PARELHEIROS



OBJETIVO

Estruturar um espaço educativo de formação e capacitação de agricultores para incrementar a produção agrícola do município, gerar renda e viabilizar a agricultura como atividade econômica.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Articular parcerias e cooperação entre a Escola de Agroecologia de Parelheiros e outras instituições para difundir sua criação e fomentar pesquisas aplicadas.



METAS

- Estruturar e manter a Escola de Agroecologia de Parelheiros.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA
- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PMDE
- PMMA
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SME
- Sec. Estado Educação (Fund. Paula Souza)

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 2.2.5. CURSOS NA ÁREA DE AGROECOLOGIA



OBJETIVO

Formar e capacitar agricultores para incrementar a produção agrícola do município, gerar renda e viabilizar a agricultura como atividade econômica.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Promover cursos de qualificação profissional nas áreas de agricultura de base ecológica, agricultura biodinâmica e afins;
- Possibilitar que esses cursos sejam realizados nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) das regiões com maior demanda;
- Propor parceria com a Escola Filantrópica Tabor São Paulo para a disponibilidade de vagas gratuitas para Curso Técnico em Agroecologia.



METAS

- Criar ou estabelecer parceria para realização de 1 (um) curso de qualificação/ano relacionados à agroecologia.
- Disponibilizar 40 (quarenta) vagas/ano em cursos do setor agrícola e afins para agricultores do município, com prioridade para mulheres, jovens e grupos vulneráveis.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA
- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PMDE
- PMMA
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SME
- Centro Paula Souza,
- Institutos Federais
- Universidades
- Escola Filantrópica Tabor São Paulo
- CATI/SAA

PRIORIDADE ALTA

2. NÚCLEO TEMÁTICO SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

2.3. EIXO SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

AÇÃO 2.3.1. CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS



OBJETIVO

Possibilitar a produção de plantas medicinais, ervas aromáticas e temperos para contribuir com a promoção da saúde dos cidadãos, resgatando e fortalecendo a cultura e saberes populares relacionados ao seu uso.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Definição com as Coordenadorias de Saúde e Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) quais Unidades Básicas de Saúde - UBS possuem potencial para receber hortas de plantas medicinais;
- Promover em parceria com a Área Técnica de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS a formação dos profissionais de saúde sobre plantas medicinais;
- Implantar as hortas nas UBS, com incentivo à participação das comunidades;
- Articular com as Coordenadorias de Saúde, Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), conselhos gestores de saúde das supervisões e unidades de saúde dos territórios, a identificação daquelas com potencial para receber e ampliar hortas medicinais;
- Realizar parceria para assistência técnica das hortas em UBS.



METAS

- Realizar a manutenção das hortas de plantas medicinais / hortas educativas já existentes;
- Implantar, no mínimo, 40 hortas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) em todas as regiões;
- Realizar, no mínimo, 2 capacitações semestrais sobre plantas medicinais para os profissionais de saúde.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMS



PLANOS RELACIONADOS

- PlanClima SP
- PMS



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMDET

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 2.3.2. SAÚDE PARA AGRICULTORAS/ES

SUB-AÇÃO 2.3.2.1 - SAÚDE PARA AGRICULTORAS/ES



OBJETIVO

Reduzir a contaminação humana e ambiental dos agricultores por uso indevido de agrotóxicos.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Elaborar um plano de comunicação utilizando recursos visuais e gráficos (como cartilhas informativas) sobre o uso indevido de agrotóxicos, descarte de embalagens e locais para entrega;
- Criação de banco de dados em saúde para casos de contaminação por agrotóxicos;
- Articular o monitoramento e fiscalização da venda de agrotóxicos com o órgão federal responsável.
- Estruturar as Unidades de Vigilância em Saúde (Sul - Parelheiros, Norte - Perus, Leste - Itaim Paulista) mais próximos da região rural com capacidade técnica e operacional para realizar as ações de controle;
- Criar o programa de redução de uso de agrotóxicos na Zona Rural, com análise de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, com a participação de outros órgãos colegiados que atuem com o tema.



METAS

- Plano de comunicação implantado para os agricultores do município;
- Banco de dados sobre contaminação por agrotóxicos criado;
- 3 (três) Unidades de Vigilância em Saúde (UVS) estruturadas;
- Programa criado para redução do uso de agrotóxicos na Zona Rural.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMS
- SMDT



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- MAPA
- SP REGULA - LIMPEZA URBANA

PRIORIDADE ALTA

SUB-AÇÃO 2.3.2.2 - SAÚDE PARA AGRICULTORAS/ES



OBJETIVO

Implantar programa de prevenção e assistência relacionado a acidentes com animais peçonhentos.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar material educativo sobre animais peçonhentos e técnicas de prevenção;
- Oficina de primeiros socorros para agricultores;
- Garantir que as unidades de saúde próximas a zonas rurais tenham capacidade técnica e operacional para cuidar de situações relacionadas a animais peçonhentos.



METAS

- 1 (uma) Cartilha criada e divulgada aos agricultores do município sobre animais peçonhentos;
- 3 (três) unidades de saúde (Parelheiros, Norte e Leste) capacitadas para atendimento a acidentes com animais peçonhentos.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMS



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDET

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 2.3.2. SAÚDE PARA AGRICULTORES

SUB- AÇÃO 2.3.2.3. - SAÚDE PARA AGRICULTORAS/ES



OBJETIVO

Instituir Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS) para evitar lesões devido ao esforço no trabalho com agricultura.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Elaborar plano de capacitação sobre Práticas Integrativas Complementares em Saúde - PICS para agricultores;
- Articular com as equipes das UBS para assistência aos agricultores;
- Articular com as equipes da saúde da população indígena;
- Oficina de ginástica laboral para agricultores.



METAS

- Plano de capacitação executado;
- Equipes articuladas;
- Oficina de ginástica laboral realizada periodicamente.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMS



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 2.3.3. PREVIDÊNCIA**OBJETIVO**

Facilitar atendimento e assistência para INSS de agricultor.

**ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:**

- Curso sobre previdência social rural para os agricultores e técnicos das CAEs.

**METAS**

- 1 (um) curso sobre previdência social realizado.

**SECRETARIAS RESPONSÁVEIS**

- SMDet

**SECRETARIAS PARCEIRAS**

- Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social - INSS

PRIORIDADE ALTA

2. NÚCLEO TEMÁTICO SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

2.4. EIXO CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

AÇÃO 2.4.1. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)



OBJETIVO

Implantar o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais em Áreas de Proteção de Mananciais do Município de São Paulo (PSA MANANCIAIS), conforme Decreto nº 61.143, de 14 de março de 2022.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA), aprovado pela Resolução CADES 202/2019;
- Criação da Comissão Permanente de Coordenação do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA MANANCIAIS;
- Contratação de consultorias para apoio aos agricultores familiares e demais proprietários de áreas prestadoras de serviços ambientais que se enquadram no escopo do Programa PSA MANANCIAIS;
- Fortalecer o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Município de São Paulo de forma a contribuir com a implementação do Programa PSA MANANCIAIS;
- Criar programas de proteção e monitoramento das águas nas áreas de proteção e recuperação de mananciais, Terras Indígenas e demais corpos d'água utilizados para irrigação de áreas produtivas (ação articulada com o Eixo Infraestrutura).
- Articular com Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado o lançamento de editais de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA para o município de São Paulo.



METAS

- Elaborar os Editais e os Termos de Referências do Programa PSA MANANCIAIS
- Lançamento dos editais;
- Contratação de consultorias técnicas
- Assinatura dos contratos com os provedores de serviços ambientais



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA (COMISSÃO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO)



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDET
- SMUL
- SVMA (GABINETE, CGPABI, CPA, e FEMA)



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima SP
- PMSA
- PMMA

PRIORIDADE URGENTE

AÇÃO 2.4.2. SILVICULTURA E MANEJO SUSTENTÁVEL DE FRAGMENTOS FLORESTAIS

**OBJETIVO**

Viabilizar a silvicultura e manejo sustentável de fragmentos florestais como atividades produtivas.

**ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:**

- A Lei 17.794/2022, que “Disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação”, define em seu Art. 48 que o disposto na Lei não se aplica às atividades agrícolas, as quais serão regulamentadas por decreto específico. Esta nova regulamentação revisa a Lei 10.365/87, que restringiu a silvicultura e o manejo florestal no município.

**METAS**

- Legislação que viabilize a silvicultura, o manejo florestal sustentável e sistemas agroflorestais aprovada.

**SECRETARIAS RESPONSÁVEIS**

- SVMA

**PLANOS RELACIONADOS**

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMAU
- PMMA

**SECRETARIAS PARCEIRAS**

- CMSP
- SMDet
- SGM

PRIORIDADE URGENTE

AÇÃO 2.4.3. SISTEMAS AGROFLORESTAIS - SAF



OBJETIVO

Criar alternativas de renda e gerar conhecimento de manejo das espécies nativas de Mata Atlântica



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Realizar curso de capacitação e visitação em áreas de Sistemas Agroflorestais;
- Implantar unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais e áreas com manejo sustentável de fragmentos florestais.



METAS

- Criar, no mínimo, 3 (três) unidades demonstrativas de Sistemas Agroflorestais no município;
- Realizar 2 (dois) cursos anuais sobre Sistemas Agroflorestais voltado a técnicos e agricultores.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA
- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SIMA
- CETESB
- CATI/SAA
- EMBRAPA

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 2.4.4. PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA - PMMA



OBJETIVO

Implementar o Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Implementar instrumentos de incentivo para conservação da Mata Atlântica (ação articulada com a implantação do Programa PSA MANANCIAIS);
- Atualizar o Cadastro de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (CADPSA) de forma a possibilitar:
 - a) Implantação do Programa Pagamento por Serviços Ambientais - PSA MANANCIAIS;
 - b) Articulação dos produtores para conectar fragmentos florestais e corredores ecológicos;
- Incentivar a implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural RPPNs (via IPTU Ecológico e outros mecanismos de isenção fiscal).



METAS

- Implementar as ações prioritárias do Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMAU
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet
- SVMA (CGPABI/CPA)

PRIORIDADE ALTA

2. NÚCLEO TEMÁTICO SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

2.5. EIXO INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS

AÇÃO 2.5.1. FORTALECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS 1



OBJETIVO

Fortalecer o cultivo Guarani em quintais produtivos com manejo de animais de pequeno porte.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Garantir assistência técnica, extensão rural, insumos e maquinário para as aldeias indígenas, com o protagonismo indígena;
- Promover feiras de trocas de sementes e mudas entre indígenas e agricultores;
- Consolidar um banco de sementes e mudas de variedades Guaranis (ex. batata doce) ;
- Apoio à criação artesanal de abelhas sem ferrão (meliponicultura) para produção de mel e produtos correlatos;
- Apoio à criação de galinhas e manejo de animais de pequeno porte;
- Fornecimento e integração de alimentos tradicionais Guarani na alimentação escolar nos Terras Indígenas;
- Apoio para a instalação de viveiros de plantas medicinais nas Terras Indígenas;
- Fornecimento de mudas de frutíferas e espécies utilizadas para artesanato.



METAS

- Ampliar em até 20% o envolvimento dos indígenas com a agricultura.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET
- SMDHC



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SME
- SMC
- FUNAI
- Associações indígenas
- CATI/SAA

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 2.5.2. FORTALECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS 2



OBJETIVO

Promover a formação de indígenas para possibilitar a geração de renda, a gestão territorial e a manutenção da cultura Guarani.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Garantir a continuidade dos processos formativos e empregabilidade de indígenas na região;
- Fomento e apoio para acordo com universidades e instituições de pesquisa para oferecimento de bolsas de estudo, cooperação técnica/científica (aldeias como laboratório para o desenvolvimento de pesquisas);
- Formação de cursos de agentes ambientais e de guias condutores de observação de aves e de natureza para incentivar, sobretudo, a relação com a terra, a valorização cultural, geração de renda e permanência do jovem no território.



METAS

- Realizar 8 (oito) cursos e oficinas anuais de formação e capacitação técnica



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet
- SMDHC



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMC
- FUNAI
- Associações Indígenas
- CATI/SAA



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA
- PLAMSAN

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 2.5.3 FORTALECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS 3



OBJETIVO

Garantir o acesso e políticas públicas específicas para a população indígena.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Apoiar a instituição de uma Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas;
- Possibilitar o fortalecimento da cultura do povo Guarani por meio de agentes socioculturais e ambientais;
- Apoiar os Planos de Visitação das T.I. no perímetro municipal e outras ações de SAN e desenvolvimento rural;
- Manutenção do programa Aldeias (SMC);
- Manutenção e ampliação do Programa Operação Trabalho (SMDet) e do VAI (SMC).



METAS

- Ampliar o número de indígenas beneficiados pelos programas.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet
- SMC
- SVMA
- SMDHC



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- CMSP
- CATI/SAA
- FUNAI

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 2.5.4. FORTALECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS 4



OBJETIVO

Contribuir para o acesso a terra, apoiando a demarcação das terras indígenas, bem como provendo a infraestrutura necessária para garantir a qualidade de vida.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Apoiar ações que garantam a atenção aos serviços básicos de saneamento e saúde nas aldeias (FUNAI);
- Realizar cursos para formação e implantação de saneamento ecológico e tratamento de águas nas residências das aldeias (FUNAI);
- Auxiliar no apoio jurídico à regularização fundiária (FUNAI);
- Garantir a integração entre município, estado e União para a promoção de políticas indigenistas nas aldeias (FUNAI);
- Possibilitar o acesso à política de assistência social para famílias das aldeias com gestão integrada: benefícios e inserções na rede de serviços socioassistenciais (SMADS).



METAS

- Realizar 8 (oito) cursos de saneamento ecológico nas aldeias.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDHC



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA
- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDET
- SMADS
- SMS
- SABESP
- SESAI
- SVMA (CPA, CGPABI, UMAPAZ)
- SEHAB
- SMJ
- CATI/SAA
- FUNAI
- Associações Indígenas

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 2.5.5. JUVENTUDE RURAL



OBJETIVO

Incentivar os jovens a continuar a atividade rural e agricultura familiar.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar grupo de jovens no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS);
- Promover encontros e oficinas para incentivar a troca de experiências e expectativas e fortalecimento da juventude rural;
- Destinar vagas em cursos nos FABLABs, Centros Culturais e Pontos de Cultura para jovens rurais buscando recursos para viabilizar a participação de jovens.



METAS

- Criar o GT jovens agricultores;
- Realizar 1 (um) encontro anual de jovens rurais da cidade de São Paulo;
- Promover no mínimo 1 (um) curso e oficina de jovens por ano.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet
- SMDHC



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMC

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 2.5.6. MULHERES RURAIS



OBJETIVO

Fortalecer a auto-organização das mulheres.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Apoio à auto-organização das mulheres rurais;
- Realizar encontros com as agricultoras e fortalecer a rede de mulheres agricultoras da cidade;
- Articular o acesso das mulheres Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF (que substitui a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF) e ao Crédito Rural;
- Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para as mulheres rurais;
- Fomento à prática de mutirões com protagonismo feminino.



METAS

- Realizar encontros anuais das mulheres rurais;
- Incentivar e apoiar as mulheres agricultoras e sua organização coletiva.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET
- SMDHC



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA

PRIORIDADE ALTA

3. NÚCLEO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.1. EIXO SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO

AÇÃO 3.1.1. SEGURANÇA EM ÁREAS RURAIS



OBJETIVO

Estruturar a segurança pública descentralizada em áreas rurais.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Fortalecimento da Base de Defesa Ambiental (BDAM/GCM) Barragem, para um melhor atendimento e garantia de segurança a todas as regiões rurais e de proteção ambiental da região de Parelheiros;
- Fortalecimento da Inspetoria Regional de Defesa Ambiental (IRDAM/GCM) Cantareira, para atendimento das áreas rurais e de proteção ambiental, além de dar todas as condições de proteção e segurança às áreas afetadas ao Polo de Ecoturismo da Cantareira;
- Aumento de efetivo de guardas ambientais locais;
- Manter a articulação e aprimorar os procedimentos com os tradicionais parceiros, subprefeituras e SVMA, a fim de promover a ampliação da fiscalização em todas as áreas rurais;
- Manter a parceria com os demais órgãos de segurança, a fim de ampliar o patrulhamento e a segurança das áreas rurais;
- Capacitação dos guardas ambientais locais em direitos humanos e princípios de cultura de paz;
- Construir estratégias de fiscalização em conjunto com os movimentos de agricultores e defesa do meio ambiente local.



METAS

- Consolidar a presença de bases da GCM ambiental, bem como viaturas caracterizadas em todas as áreas rurais da cidade de São Paulo;
- Conselho de Segurança - CONSEG Rural criado.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSU(GCM)



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMAU
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMSUB
- CONSEG
- Polícia Ambiental/Militar/Civil
- SVMA

PRIORIDADE URGENTE

AÇÃO 3.1.2. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL



OBJETIVO

Estruturar a fiscalização ambiental nos territórios rurais.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Fortalecer e dar continuidade a Operação Integrada de Defesa das Águas - OIDA;
- Garantir a participação do CMDRSS na OIDA;
- Promover a formação dos técnicos da fiscalização e da GCM Ambiental para atendimento dos agricultores no território;
- Aprimorar o corpo técnico da fiscalização nos territórios das zonas rurais do município, de forma articulada à execução do Plano de Trabalho da OIDA;
- Estimular, nos técnicos da fiscalização ambiental, a conduta de orientação e advertência, sem prejuízo no cumprimento da legislação;
- Reativar e ampliar o monitoramento aéreo na zona rural, das APAs e do entorno das unidades de conservação;
- Adotar novas tecnologias de monitoramento, com drones, câmeras e imagens aéreas por satélite, entre outras;
- Construir estratégias de fiscalização em conjunto com os movimentos de agricultores e defesa do meio ambiente local.



METAS

- Manter articulação entre CMDRSS e OIDA;
- Realizar 2 (dois) cursos anuais com a participação da maioria dos técnicos que atuam na área de fiscalização ambiental;
- Monitoramento aéreo reativado e ocorrendo mensalmente.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- CFA/SVMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- Polícia Ambiental
- SMSU(GCM)
- SMDET
- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMAU
- PMMA

PRIORIDADE URGENTE

3. NÚCLEO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.2. EIXO INFRAESTRUTURA BÁSICA

AÇÃO 3.2.1. EDUCAÇÃO PARA SANEAMENTO AMBIENTAL NA ZONA RURAL



OBJETIVO

Articular ações e parcerias para a promoção da proteção dos corpos d'água e a garantia da qualidade de vida de agricultores familiares.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Incentivar a instalação de fossas ecológicas e banheiro seco nas propriedades da zona rural e assentamentos urbanos isolados;
- Articular com a SABESP para instalação de saneamento em áreas rurais, como Irmã Alberta, Jd Antartica, Jd Damasceno, TI Jaraguá, entre outras regiões e áreas próximas a agricultores;
- Orientar sobre o manejo dos resíduos sólidos em zona rural;
- Criar programas de proteção e monitoramento das águas nas áreas de proteção e recuperação de mananciais, Terras Indígenas e demais corpos d'água utilizados para irrigação de áreas produtivas.



METAS

- Distribuir 1.000 (mil) cartilhas sobre saneamento rural e resíduos sólidos para os agricultores;
- Realizar 2 (dois) cursos anuais de saneamento ambiental rural e resíduos sólidos;
- Programa de proteção e monitoramento de águas criado.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- PLAMSAN



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SABESP
- CETESB
- SESAI
- SP REGULA - LIMPEZA URBANA

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 3.2.2. SERVIÇOS BÁSICOS



OBJETIVO

Apoiar a instalação de infraestrutura e serviços básicos na zona rural e outras áreas de produção agrícola.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Qualificar a demanda e estudar a viabilidade para promover a coleta de resíduos de pequenos geradores em áreas rurais, buscando estimular ações que minimizem a geração de resíduo e ações para tratamento do resíduo gerado “in loco”;
- Estabelecer periodicidade para manutenção das estradas rurais e criar um calendário de manutenção e tapa buracos, incluindo a possibilidade de pavimentação ecológica;
- Qualificar a demanda e estudar a viabilidade para iluminação pública nas áreas rurais.



METAS

- Fornecimento de serviços básicos na zona rural e em regiões de produção agrícola



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- PlanClima SP



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SABESP
- SP REGULA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- SP REGULA LIMPEZA URBANA
- SGM
- SMS
- SVMA/CPA

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 3.2.3. COMUNICAÇÃO RURAL



OBJETIVO

Ampliação do sinal de Internet nas áreas rurais de São Paulo.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Ampliação do sinal de internet e modernização das redes existentes;
- Estabelecer parcerias com operadoras de rede de internet e telefonia.



METAS

- Ampliação do sinal de internet e telefonia na zona rural de São Paulo



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMIT



PLANOS RELACIONADOS

- PlanClima



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDET

PRIORIDADE URGENTE

3. NÚCLEO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.3. EIXO ORDENAMENTO TERRITORIAL

AÇÃO 3.3.1 - MONITORAMENTO DAS FERRAMENTAS DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO (PDE) PARA A ZONA RURAL



OBJETIVO

Avaliar o desempenho das políticas públicas, instrumentos, planos e programas previstos no PDE, abordando sua eficiência, eficácia e efetividade.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Avaliar os indicadores existentes no Sistema de Monitoramento do PDE, desenvolvidos por SMUL, adequando-os para a zona rural.



METAS

- Implantar Sistema de Monitoramento (PDE) da Zona Rural - ZR.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMUL (PLANURB)



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet
- SVMA
- SEHAB
- SMS

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 3.3.2. PLANOS REGIONAIS, PLANOS DE BAIRRO E PIUS DAS SUBPREFEITURAS COM ZR E/OU ATIVIDADE AGROPECUÁRIA



OBJETIVO

Compatibilizar as ações previstas no PDRSS com os Planos Regionais, Planos de Bairro e PIUs (Perímetros de intervenção urbana) das Subprefeituras com ZR ou atividades agropecuárias.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Constituir GT intersecretariais para a elaboração de relatório de avaliação.



METAS

- Elaboração e divulgação de relatório apontando as compatibilidades e incompatibilidades entre os planos, antes do início do processo de revisão do PDE.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMUL (PLANURB)



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SP Urbanismo
- SMSUB
- SMDET
- SVMA
- SEHAB

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 3.3.3. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA ZONA RURAL DE SÃO PAULO



OBJETIVO

Coletar, sistematizar e disponibilizar um conjunto de informações fundiárias, sociais, econômicas e ambientais referentes aos territórios rurais da cidade.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar, no âmbito do GEOSAMPA, plataforma já existente em SMUL, ambiente específico para os dados do rural paulistano;
- Realizar levantamento de dados e Registro de Áreas Produtivas.



METAS

- Sistema de Informações da zona rural do município de São Paulo implantado.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet
- SMUL



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA (CPA, CGPABI)
- SEHAB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima
- PMDE
- PMAU
- PMSA
- PMMA

PRIORIDADE URGENTE

3. NÚCLEO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.4. EIXO REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

AÇÃO 3.4.1. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



OBJETIVO

Regularizar a situação fundiária das propriedades existentes no Município de São Paulo.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Viabilizar convênios e termos de cooperação para regularização fundiária: INCRA, ITESP, Procuradoria, Cartórios entre outros;
- Realização de georreferenciamento das áreas rurais;
- Levantamento fundiário das áreas com ITR no município;
- Levantamento da documentação das áreas (matrículas/contrato/posse mansa);
- Desapropriar área do Comuna da Terra Irmã Alberta enquanto área de interesse social (área SABESP);
- Facilitar e agilizar processos de regularização fundiária nas áreas do Jardim Damasceno, Taipas e Vila Nova Esperança.



METAS

- Convênio ou termo de cooperação estabelecido para regularização fundiária.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET
- SEHAB
- SMSUB



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMUL
- INCRA
- ITESP
- PGM
- Defensoria Pública
- SGM
- SVMA (CPA, CGPABI)

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 3.4.2. REGULARIZAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS EM ÁREAS PÚBLICAS



OBJETIVO

Implantação e acompanhamento das hortas comunitárias urbanas em espaços públicos municipais



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Apoio na instalação de hortas urbanas de iniciativa comunitárias e sociais em espaços públicos, de acordo com o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo - PRO-AURP;
- Cadastramento e apoio à regularização das hortas existentes;
- Formação para funcionários das subprefeituras sobre agricultura urbana e PROAURP.



METAS

- 1 (um) curso/ano sobre agricultura urbana e instrumentos do PROAURP para servidores das subprefeituras e outros órgãos envolvidos.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET
- SMSUB
- EMASP/SEGES



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PlanClima SP



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMUL
- SVMA

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 3.4.3. ATIVIDADES PRODUTIVAS NAS ÁREAS DE PASSAGEM E SERVIDÃO DAS CONCESSIONÁRIAS



OBJETIVO

Apoiar a instalação e condução de hortas nas áreas de passagem e servidão das concessionárias.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Articular, com as concessionárias a promoção de hortas urbanas para geração, visitação e fins comunitários.
- Articular, com a CATI/SAA, a emissão de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF (que substitui a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF) em área aptas;
- Revisão e atualização dos contratos de comodato já expirados ou de novos projetos;
- Definir as responsabilidades em cada parceria, considerando os agricultores, as empresas e o poder público.



METAS

- Parceria com as concessionárias para promoção das hortas nas áreas de passagem e servidão



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PlanClima



SECRETARIAS PARCEIRAS

- Concessionária de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Óleo e Gás
- CATI/SAA
- SMSUB

PRIORIDADE MÉDIA

3. NÚCLEO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.5. EIXO ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

AÇÃO 3.5.1. PATRULHA MECANIZADA AGROECOLÓGICA



OBJETIVO

Fortalecer as ações e atividades da Patrulha Mecanizada Agroecológica, ampliando a quantidade de horas de utilização mensal e a abrangência das áreas.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Manutenção e ampliação do contrato de prestação de serviço para operação;
- Estabelecer diretrizes e contrapartidas para utilização dos equipamentos;
- Definição de áreas prioritárias para atuação, logística e gestão participativa;
- Disponibilização de uma patrulha agrícola para a Zona Norte.



METAS

- Contratar patrulhas agrícolas para atendimento das demandas do município;
- Garantir a manutenção e o funcionamento das patrulhas já existentes;
- Contratar equipamentos e máquinas para garantir o funcionamento da patrulha;
- Aumentar para 2000h/ano o uso da patrulha agrícola.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PLAMSAN

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 3.5.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER



OBJETIVO

Ampliar o número de agricultores atendidos e acompanhados pela ATER, priorizando mulheres, jovens e comunidades tradicionais.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Aumentar o efetivo de ATER por meio de concurso público, parcerias e editais, para atender os agricultores;
- Disponibilizar Consultor de Economia Solidária e Médico(a) veterinário nas CAE's;
- Fomentar a criação de cooperativas, associações e agroindústrias familiares;
- Fazer capacitações com os agricultores sobre diversos temas;
- Apoiar os agricultores na obtenção de outorga de água, documentos como Nota Fiscal do produtor e emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF (que substitui a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF).



METAS

- Aumentar, anualmente, em 10% o número de agricultores atendidos com ATER no município.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- MAPA
- CATI/SAA



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Programa de Metas
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima SP
- PMDE
- PMSA
- PMMA
- PLAMSAN

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 3.5.3. CRÉDITO RURAL

**OBJETIVO**

Articular com os órgãos responsáveis a viabilização do Crédito Rural para os agricultores.

**ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:**

- Promover o acesso aos agricultores familiares às linhas de crédito rural já existentes;
- Estimular a criação de linhas de crédito para a agricultura, de uma forma mais simplificada, incluindo uma linha específica para indígenas, comunidades tradicionais, mulheres e jovens.

**METAS**

- Estimular o aumento de agricultores com acesso a crédito rural.

**SECRETARIAS RESPONSÁVEIS**

- SMDet

**PLANOS RELACIONADOS**

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE

**SECRETARIAS PARCEIRAS**

- SVMA
- MAPA
- CATI/SAA
- Banco do Brasil

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 3.5.4. TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA



OBJETIVO

Garantir a sustentabilidade da prática agrícola em consonância com a conservação ambiental, coibindo a adoção de práticas que impactem negativamente a produção de água e a qualidade ambiental do território.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Rearticular a participação da SMDet como participante da organização do Protocolo de Transição Agroecológica;
- Criar campanhas e de materiais para a promoção do Protocolo junto aos agricultores;
- Garantir que a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER oficial do município promova a transição agroecológica;
- Reduzir a utilização de agrotóxicos nas áreas de proteção e recuperação dos mananciais.



METAS

- Aumentar, anualmente, em 10% o número de adesões ao Protocolo de Transição Agroecológica



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SIMA
- CATI/SAA



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima SP
- PMDE
- PMSA
- PMMA

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 3.5.5. SALA DA CIDADANIA

**OBJETIVO**

Ter uma Sala da Cidadania ativa e em funcionamento no município.

**ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:**

- Reafirmar Termo de Acordo Técnico entre PMSP e INCRA para a manutenção da Sala da Cidadania e ampliação do atendimento

**METAS**

- Ter uma Sala da Cidadania ativa e em funcionamento no município

**SECRETARIAS RESPONSÁVEIS**

- SMDet

**PLANOS RELACIONADOS**

- PLAMSAN

**SECRETARIAS PARCEIRAS**

- INCRA

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 3.5.6. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TÉCNICOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER



OBJETIVO

Garantir a qualidade da assistência técnica agroecológica prestada a agricultores.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Garantir metodologias agroecológicas para a ATER, com protagonismo do agricultor;
- Promover cursos e oficinas para os Técnicos de ATER do município em diversos temas.



METAS

- Realizar 2 (duas) capacitações anuais para todos os agentes de ATER do município



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDET



SECRETARIAS PARCEIRAS

- CATI/SAA
- SVMA
- Universidades
- EMBRAPA
- SMDET (Fundação Paulistana)



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE
- PMMA
- PLAMSAN

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 3.5.7. AGROINDÚSTRIAS

**OBJETIVO**

Estimular o beneficiamento de produtos da agricultura local.

**ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:**

- Promover estudos sobre a atividade de beneficiamento de produtos da agricultura familiar;
- Capacitar os agricultores e técnicos para o processamento e beneficiamento dos produtos, considerando a correta gestão dos resíduos gerados com alternativas para que atendam às boas práticas de sustentabilidade.

**METAS**

- Capacitação sobre beneficiamento de produtos;
- Estudo de caso de beneficiamento sobre segmentos/ produtos prioritários.

**SECRETARIAS RESPONSÁVEIS**

- SMDet

**PLANOS RELACIONADOS**

- Plano Plurianual 2022-2025
- PMDE

**SECRETARIAS PARCEIRAS**

- CATI/SAA
- SMS

PRIORIDADE MÉDIA

4. NÚCLEO TEMÁTICO ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1. EIXO FINANCIAMENTO

AÇÃO 4.1.1- TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA (TACS) E TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL (TCAS) PARA O PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA



OBJETIVO

Direcionar recursos oriundos de Termos de Ajuste de Conduta (TACs) e Termos de Compromisso Ambiental (TCAs) às ações, objetivos e atividades estratégicas previstas neste plano.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar articulação entre SVMA, SMDet e Procuradoria, para incluir a agricultura urbana no rol das políticas de recuperação e adequação ambiental, com a aplicação de recursos oriundos de TACs e TCAs;
- Articular essa ação com o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais.



METAS

- Aplicar pelo menos 20 % dos recursos gerados por TACs e TCAs lavrados em ações do plano



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet
- SMSUB
- PGM
- SF
- SGM

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 4.1.2. FUNDO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



OBJETIVO

Criar um fundo para tornar permanente o fluxo de dotação orçamentária para a realização de programas e ações de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar o Fundo Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável com previsão anual de recursos orçamentários, destinado à elaboração e execução de projetos de agricultura urbana e periurbana, educação alimentar e nutricional, empreendedorismo em agricultura urbana, segurança alimentar e nutricional, economia solidária, agroecologia, permacultura e desenvolvimento rural integral;
- Garantir o controle social do fundo.



METAS

- Criar o Fundo Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima SP



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SF
- SGM
- CMSP

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 4.1.3. RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS



OBJETIVO

Destinar recursos dos Fundos Municipais para ações de Desenvolvimento Rural.

SUB-AÇÃO 4.1.3.1 - RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Articular com a secretaria gestora do FEMA a criação de editais específicos para ações de desenvolvimento rural sustentável.



METAS

- Abertura de, no mínimo, 1 (um) edital específico para ações com critérios de seleção que contemplem o desenvolvimento rural sustentável



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SVMA (Confema)



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PlanClima SP
- PMSA
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SF
- SGM

PRIORIDADE BAIXA

SUB-AÇÃO 4.1.3.2. - RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Articular, com as secretarias gestoras do Fundo Municipal de Cultura, a criação de editais específicos para ações de desenvolvimento rural sustentável.



METAS

- Abertura de, no mínimo, 1 (um) edital específico para ações com critérios de seleção que contemplem o desenvolvimento rural sustentável



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMC



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PlanClima SP
- PMSA
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SF
- SGM

PRIORIDADE BAIXA

AÇÃO 4.1.4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA



OBJETIVO

Criar dotação orçamentária específica para as ações desse plano.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Especificar, dentro das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, principalmente na SMDet, os recursos para as ações do plano;
- Garantir discriminação específica do orçamento na Lei Orçamentária Anual - LOA a partir de 2023.



METAS

- Dotação orçamentária específica para as ações do plano



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PlanClima SP
- PMSA
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SGM
- SF

PRIORIDADE ALTA

4. NÚCLEO TEMÁTICO ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

4.2. EIXO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

AÇÃO 4.2.1. FORTALECER A CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN



OBJETIVO

Garantir o fortalecimento e integração das políticas públicas voltadas para desenvolvimento rural sustentável e das ações das diferentes secretarias.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Criar um Grupo Permanente de Trabalho Intersecretarial para gestão do desenvolvimento rural;
- Realizar a articulação entre programas e ações relacionadas à agricultura e hortas nas diversas secretarias;
- Considerar as atividades e diretrizes dos demais planos e políticas setoriais e municipais, como o PROAURP, PMGIRS, PLAMSAN, Plano Municipal de Turismo, PMMA, PLANPAVEL, Planos Regionais e o próprio Plano de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, entre outros.



METAS

- Realizar 04 (quatro) reuniões da CAISAN/ ano.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMSA
- PMGRIS
- PLAMSAN
- Plano Municipal de Turismo
- PMMA
- PLANPAVEL



SECRETARIAS PARCEIRAS

- | | |
|---------|---------|
| • SGM | • SMDHC |
| • SMSUB | • SME |
| • SVMA | • SMS |
| • SMADS | |

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 4.2.2. FORTALECER O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL (CMDRSS)



OBJETIVO

Fortalecer o conselho, garantindo o controle social das políticas públicas e a gestão participativa de políticas, programas e orçamentos.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Promover 1 (uma) capacitação/ano dos conselheiros em temas relativos à gestão pública, legislação, orçamento público, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento rural sustentável, agroecologia, entre outros temas;
- Garantir estrutura básica para o funcionamento do Conselho;
- Buscar atendimento para os trabalhos da Secretaria Executiva como veículos para visitas técnicas e diligências, impressões de materiais, salas para reuniões e trabalhos, transporte e alimentação para participação dos conselheiros conforme disponibilidade;
- Articular a parceria com os demais conselhos do município;
- Articular com o patrimônio cultural como atividade estratégica.



METAS

- Garantir a realização de no mínimo 10 (dez) reuniões da CMDRSS/ano



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA
- SMUL
- SGM
- CATI/SAA
- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de São Paulo - SFA/SP do MAPA

PRIORIDADE ALTA

AÇÃO 4.2.3. ESTRUTURA INSTITUCIONAL ESPECÍFICA PARA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



OBJETIVO

Ampliar a estrutura técnica e o orçamento da máquina pública para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, abastecimento, agricultura nas suas diversas tipologias, desenvolvimento rural sustentável e outros temas correlatos.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Desenvolver estudo de viabilidade para possível criação de estrutura institucional específica para Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional na Prefeitura de São Paulo;
- Criar Grupo de Trabalho Intersecretarial para estudar a viabilidade e propor o formato institucional adequado para criação de estrutura específica para Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional na Prefeitura de São Paulo, integrando seguintes temas: Agricultura Urbana e Agroecologia; Desenvolvimento Rural Sustentável; Abastecimento; Educação Alimentar e Nutricional.



METAS

- Desenvolver um estudo de viabilidade para possível criação de estrutura institucional específica para Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional na Prefeitura de São Paulo.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SGM
- SMDet
- SEGES



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PMSA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SMDet
- SVMA

PRIORIDADE BAIXA

AÇÃO 4.2.4. OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO, SISRURAL, SAMPA+RURAL, GEOSAMPA E O OBSERVA SAMPA



OBJETIVO

Realizar estudos periódicos com dados da atividade agrícola no município.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Firmar parcerias para o desenvolvimento de estudos sobre o território rural e a atividade agrícola no município;
- Estruturar, no Observa Sampa, um conjunto de indicadores, dados e estudos sobre o território rural;
- Fortalecer as ferramentas do SisRural, da plataforma Sampa+Rural e do Geosampa como as principais plataformas de monitoramento de dados sobre agricultura e zonas rurais da cidade.



METAS

- Criar um Observatório do Desenvolvimento Rural, com realização de estudos temáticos a cada 2 (dois) anos.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias - SEPEP da Secretaria de Governo Municipal - SGM
- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- PlanClima SP
- PMDE
- PMAU
- PMSA
- PMMA



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA/CPA
- SMUL
- SMDET

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 4.2.5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA RMSP - PDUI



OBJETIVO

Articular as ações previstas neste plano com demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Observar as ações previstas nesse plano com aquelas propostas no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP (PDUI), de forma a buscar convergências entre as ações dos diversos municípios da RMSP.



METAS

- Criar um GT no CMDRSS para articular ações do plano a nível metropolitano.



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMDet



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SEGES
- SMUL
- SVMA/CPA

PRIORIDADE MÉDIA

AÇÃO 4.2.6. SUBPREFEITURAS



OBJETIVO

Promover ações de desenvolvimento rural, agricultura urbana e agroecologia nas subprefeituras.



ATIVIDADES ESTRATÉGICAS:

- Garantir estrutura nas subprefeituras, visando atender as demandas dos agricultores do município;
- Criar dotação orçamentária e expediente para atender as políticas públicas nas subprefeituras;
- Operacionalização do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo - PROAURP;
- Observar as diferentes articulações necessárias com os órgãos competentes nas subprefeituras para trabalhar com as ações voltadas à agricultura, como regulação do uso do solo (estrutura local), assessoria técnica (recursos e contratos), entre outros.



METAS

- Garantir que as subprefeituras cumpram as ações designadas no PROAURP no que se refere ao apoio às atividades agropecuárias, como identificação de áreas, regularização das atividades e provimento de insumos e serviços



SECRETARIAS RESPONSÁVEIS

- SMSUB
- SMDET



PLANOS RELACIONADOS

- Plano de Ação da Agenda 2030
- Plano Plurianual 2022-2025
- PlanClima
- PMAU



SECRETARIAS PARCEIRAS

- SVMA

PRIORIDADE URGENTE



**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

07

An aerial photograph of a city street scene. A tall, modern building with a grid of windows is on the right. A cable-stayed bridge with many white cables is on the left. The street below has multiple lanes, a roundabout, and some greenery. The image has a blue-to-green color gradient.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável inaugura um novo marco para a promoção da sustentabilidade, agricultura, segurança alimentar e economia verde na cidade de São Paulo. Trata-se de um inédito ciclo de ações e metas ambiciosas que irão estimular a agroecologia e o desenvolvimento sustentável em toda a cidade, nas zonas rurais e urbanas, a partir da ação articulada das diferentes pastas da Prefeitura.

A construção deste Plano parte dos resultados conquistados por uma conjunção de ações ao longo do tempo. Estas foram compostas por políticas públicas e projetos, pelo engajamento de lideranças públicas, servidoras e servidores e, especialmente, pelo trabalho cotidiano de agricultoras e agricultores, hortelãs e hortelões urbanos, organizações da sociedade civil e outras inúmeras pessoas que concretizam em ações a produção de alimentos, a adequação ambiental de espaços urbanos e de unidades produtivas rurais.

Como exposto ao longo desse Plano, nos últimos anos a Prefeitura de São Paulo desenvolveu diversas políticas públicas voltadas ao rural e à agricultura na cidade, bem como elaborou planos e aderiu a acordos que firmam compromisso com questões relativas à sustentabilidade ambiental. Com o restabelecimento das zonas rurais a partir do Plano Diretor Estratégico de 2014, a cidade intensificou um ciclo virtuoso de atuação na agricultura e nas zonas rurais, do qual é um marco o desenvolvimento do Projeto Ligue os Pontos (2018-2022). Foram muitos os avanços, como é exemplo o aumento de 75% no número de unidades produtivas orgânicas ou em processo de transição agroecológica e o aumento de 50% no índice de adoção de boas práticas agroambientais nas unidades produtivas atendidas na zona rural sul.

Foi também o Plano Diretor Estratégico de 2014 que determinou a criação desse Plano, que foi realizado por meio de intensa participação social e a partir da colaboração dos vários setores governamentais. Foi parte dessa trajetória, ainda, o adiamento de sua publicação por conta de transformações institucionais e pelo impacto da pandemia. Vale destacar, no entanto, que todo o processo de elaboração, para além de fortalecer os fóruns de participação, guiou, ainda antes de sua publicação, as ações da Prefeitura, ensejando que várias de suas metas já estejam em processo de implementação. Assim, esse Plano já nasce com muitas de suas ações planejadas com execução em andamento.

Vale destacar, ainda, a importância da criação e estruturação da Coordenadoria de Agricultura, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, para viabilizar todos esses avanços. Foi esse investimento em capacidade de execução que propiciou a internalização do Projeto Ligue os Pontos, e, especialmente, a consolidação e expansão do Programa Sampa+Rural que passa a reunir uma série de ações e políticas para o fortalecimento da agricultura sustentável no município. Assim, com a concretização de todos esses esforços, do qual a publicação deste Plano é fator chave, abre-se caminho para um novo período de transformação da cidade de São Paulo.

Para direcionar essa transformação, o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável estabelece 65 ações e metas que estão organizadas em 4 Núcleos Temáticos: Econômico Produtivo; Sociocultural e Ambiental; Infraestrutura e Serviços Públicos;

e Organização Institucional.

No Núcleo Temático Econômico Produtivo, foram estabelecidas 17 ações que firmam o compromisso da Prefeitura no apoio à instalação de novas hortas, no fortalecimento de iniciativas de agricultura existentes, na regularização da produção animal, na ampliação das condições de acesso a mercados pela agricultura local e no estímulo ao turismo rural. A estratégia consiste em construir condições e viabilizar o acesso a recursos para que o segmento da agricultura urbana e periurbana, bem como da economia verde, prosperem na cidade. Para isso, é fundamental que as pessoas e empresas envolvidas na agricultura e no turismo rural sustentável, assim como na cadeia da alimentação saudável encontrem neste meio a retirada de seu sustento justo e evolução econômica, incentivando que mais e mais pessoas integrem estes segmentos.

Especialmente nas zonas rurais, fatores como a insustentabilidade econômica e o abandono da atividade abrem margem para usos do solo menos sustentáveis, como os loteamentos urbanos irregulares que avançam nas paisagens rurais. É por isso que apoiar o desenvolvimento econômico das atividades compatíveis e promotoras da proteção ambiental é tão importante para promover a sustentabilidade destes territórios e da cidade. Nesse sentido, a incorporação do eixo de sustentabilidade no planejamento do desenvolvimento econômico e do trabalho na cidade é caminho sem volta e avança para o reconhecimento de que a sustentabilidade ambiental se faz indissociavelmente da inclusão produtiva e da promoção de qualidade de vida de nosso bem mais precioso, as pessoas.

Para além dos indivíduos diretamente envolvidos nas atividades, o avanço da agroecologia e da economia rural impacta todas as cidadãs e os cidadãos. Neste sentido, o Núcleo Temático Sociocultural e Ambiental elenca 20 ações que irão impulsionar a educação ambiental, o engajamento comunitário, a preservação de valores culturais, a requalificação dos espaços públicos e privados, e a produção de alimentos saudáveis, elemento essencial para a segurança alimentar e nutricional. Com mais pessoas envolvidas nas atividades, e consequentemente uma maior produção local de alimentos, junto a um orientado esforço de acesso a esses alimentos por pessoas em situação de vulnerabilidade, temos um potencial caminho para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população. Somada à pioneira iniciativa da Prefeitura no tratamento de seus resíduos sólidos com os pátios de compostagem, que pode retornar como insumo para a agricultura da cidade, temos todas as condições para consolidar e ampliar um ciclo virtuoso de economia circular e regenerativa do alimento na cidade de São Paulo, e se tornar, cada vez mais, referência para outros municípios brasileiros e mundo afora.

O Núcleo Temático de Infraestrutura e Serviços Públicos, por sua vez, organiza 18 ações de provisão de serviços e infraestruturas necessárias para o pleno andamento das atividades desses segmentos em zonas rurais e urbanas. Primeiramente, traz ações no sentido de garantir a segurança e fiscalização de áreas rurais, bem como a infraestrutura básica, como manutenção de estradas rurais, acesso a água, saneamento, internet, coleta de resíduos e iluminação pública. Além disso, estrutura metas para o avanço no ordenamento territorial e na regularização dos locais de agricultura, seja por suporte e parcerias para regularização de hortas urbanas, seja no progresso da regularização fundiária das unidades produtivas rurais. Finalmente, reafirma o compromisso de dar continuidade e expandir a Assistência Técnica

e Extensão Rural (ATER) fornecida aos locais de agricultura da cidade, de forma a incrementar tecnicamente a produção, aumentar a produtividade, oferecer apoio na mecanização agrícola, apoiar a regularização documental, orientar as boas práticas agropecuárias, e apoiar gratuitamente a transição agroecológica e a certificação orgânica daqueles que demonstrarem interesse. Todas estas ações são necessárias para que a agricultura da cidade consiga superar lacunas de competitividade e conhecimento técnico, avance na estrutura de produção, e consiga prosperar economicamente.

Por fim, o Núcleo Temático Organização Institucional reúne 10 ações que visam ampliar as capacidades institucionais do poder público municipal para viabilizar o rol de ações planejadas no Plano. Isso passa, por um lado, pela garantia de financiamento público das atividades, a articulação com fundos municipais e pela criação de dotação orçamentária própria na Lei Orçamentária Anual. Por outro lado, pelo fortalecimento institucional das instâncias decisórias e de participação social, e da articulação entre as pastas municipais que compartilham compromissos nas ações e metas deste plano.

Nesse contexto, o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS) na fase de implementação permanece crucial, já que esse órgão colegiado constitui a principal área de debate e de controle social do setor em âmbito municipal. O Conselho foi fundamental para a construção deste Plano e será, daqui para frente, parceiro estratégico para promover maior integração entre as ações e o monitoramento permanente no alcance de metas, fomentando de forma contínua a participação social e o diálogo com diferentes instituições dos diversos níveis de governo e de iniciativas da sociedade civil.

Importante ressaltar que o acompanhamento ativo das ações poderá identificar oportunidades de redirecionamento diante de novos contextos. Nesse sentido, a busca de soluções e otimização das ações poderá ensejar a necessidade de ajustes durante o processo de implementação. A ideia é assegurar a capacidade de adaptação e inovação deste Plano, que nasce como um marco para as políticas públicas voltadas à agricultura paulistana. A Prefeitura da Cidade de São Paulo reconhece todos os avanços e conquistas realizadas até aqui, e inicia uma nova etapa na valorização e fomento da produção agrícola rural e urbana. A publicação deste Plano é símbolo desse movimento. Os anos que se seguem estarão focados no cumprimento dos compromissos, estratégias e instrumentos aqui consolidados, bem como na obtenção dos resultados e impactos pretendidos, de forma que as revisões possam estabelecer metas ainda mais ambiciosas.

A consecução deste Plano irá trazer grandes ganhos materiais e imateriais para a cidade, transformando vidas e construindo caminhos consistentes para a preservação do meio ambiente. A cidade de São Paulo, ao lançar este plano e colocar em prática as ações estruturantes de fortalecimento e expansão da agricultura sustentável no município, se coloca em posição de protagonismo e de exemplo para outras cidades e metrópoles do Brasil e do mundo, superando a oposição rural e urbano e apostando na conexão, no fortalecimento de redes e em uma visão sistêmica e multifuncional da agricultura como estratégia de desenvolvimento. São Paulo, a maior megalópole da América Latina, mais uma vez inova e reafirma seu papel de liderança, inaugurando caminhos para a efetivação de um mundo mais verde, sustentável e saudável para todas as pessoas.



**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

08

An aerial photograph of a city street scene. A tall, modern building with a grid of windows is on the right. A cable-stayed bridge with many white cables is on the left. The street below has multiple lanes, a roundabout, and some greenery. The image has a blue and green color gradient overlay.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia aplicada, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário** - Resultados preliminares, 2017a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

BRASIL. Casa Civil; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). **Extratos DAP Pessoa Jurídica e Física**. Dados retirados em maio/jun. 2017c. Disponível em <http://codeagro.agricultura.sp.gov.br>. Acesso: 14/12/2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. **Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/38/46996?indicador=47006>. Acesso: 14/12/2018.

SÃO PAULO (Cidade) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural e Ambiental – SisRural**. Disponível em: <https://sisrural.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 25/04/2022.

SÃO PAULO (Cidade) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Sampa+rural, plataforma que reúne iniciativas de agricultura, turismo e alimentação saudável**. Disponível em: <https://sompamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 25/04/2022.

SÃO PAULO (Cidade) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Mapa Digital da cidade de São Paulo**. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em 11/03/2020.

BELLENZANI, M. L, COLETA, F.B e IYUSUKA, S.S. **Mulheres Agricultoras em São Paulo-SP - Tecendo a Teia da Agroecologia nas Periferias Paulistanas**. III Colóquio de Agroecologia e Feminismo, Recife, 2019.

BIAZOTI, A. R. Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA). Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2020.

CASTRO, A.M.; LIMA, S.M.; CRISTO, C.M. **Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica**. XXII Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica. Salvador, 2002.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/Observatório do Trabalho de São Paulo. **Estudo Temático IV: Atividades Agrícolas e Agricultura Familiar no Município de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, SDTE/DIEESE, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte. 7(1):43-81, maio de 1997.

MARTINS, V.A.; CASER, D.V.; ANGELO, J.A.; COELHO P.J.; TORRES A.J. **Levantamento censitário por unidades de produção agropecuária 2017/17**. In: Informações Econômicas, v.50, 2020.

SÃO PAULO (Cidade) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Cadastramento de Unidades Produtivas Agropecuárias da zona rural sul da cidade de São Paulo. Relatório do cadastramento realizado pelo Centro de Análise e Planejamento/CEBRAP no âmbito do Projeto Ligue os Pontos/PMSP**. Prêmio Mayors Challenge/ 2016 da Bloomberg Philanthropies, 2019.

SÃO PAULO (Cidade) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Agricultores recebem certificado de orgânico.** Notícia veiculada no portal oficial em 21/07/2017. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regional/sao_mateus/noticias/index.php?p=74336. Acesso em 24 de Maio de 2018.

SÃO PAULO (Cidade) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.** Disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/processo-participativo/>. Acesso em 25/5/2018.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei 13.430 de 13 de setembro de 2002. Institui o Plano Diretor Estratégico.** São Paulo, 13 de setembro de 2014.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei 16.050 de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.040/2002.** São Paulo, 31 de julho de 2014.

SÃO PAULO (Cidade) - Prefeitura do Município de São Paulo. **Cartilha da 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Cidade De São Paulo - Discutindo o Rural na Cidade de São Paulo.** 2016 a, 30 P. Disponível Em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NOVACARTILHA.pdf>. Acesso em 1/11/2019.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Coordenação de Planejamento Ambiental. **Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal do Município de São Paulo.** Relatório Final. Coordenação: OLIVEIRA, V.P. São Paulo: SVMA, 2020

SEPE, P.M.S ; MORI, A.K.; BELLENZANI, M.L.R; MOURA, L.V. **O Plano Diretor Estratégico – PDE e a Zona Rural Paulistana: Avanços ou mais do mesmo?** In: Third International AgriUrb Conference, Porto Alegre, Brasil, 2018.

VALDIONES, A. P. G. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

**PLANO MUNICIPAL
DE AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

2022 - 2030

09

An aerial, high-angle photograph of a city street at night. The image is heavily stylized with a blue-to-green color gradient. In the upper left, a cable-stayed bridge with numerous white cables is visible. To the right, a tall, modern building with many windows stands prominently. Below the building, a multi-lane road with white lane markings and a central green-painted area runs horizontally. In the lower right, a large, oval-shaped green space, possibly a park or a large roundabout, is visible. The overall scene is illuminated by city lights, creating a vibrant, urban atmosphere.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO A – LEGISLAÇÃO REFERENTE À REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL (CMDRSS)

DECRETO Nº 57.058, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Regulamenta a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, instituído pelo artigo 192 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável – CMDRSS, vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE, tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Art. 2º Ao CMDRSS compete:

I - subsidiar a formulação de políticas públicas estruturantes, com base nos princípios, diretrizes e objetivos do Plano Diretor Estratégico, com enfoque na:

a) promoção do desenvolvimento do território rural com base na sustentabilidade econômica e social;

b) proteção da paisagem rural;

c) contenção da urbanização;

d) conservação e recuperação dos fragmentos florestais, corredores ecológicos e áreas de preservação permanente;

e) gestão integrada das unidades de conservação estaduais, municipais e das terras indígenas;

II - propor estratégias de articulação com órgãos federais, estaduais e organizações não governamentais que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente por meio de ações relacionadas ao fomento à agricultura familiar, com ênfase

na exploração agrícola de base agroecológica, ao turismo sustentável, à geração de emprego e renda no meio rural, à segurança alimentar, à preservação e recuperação do meio ambiente ou à regularização fundiária rural;

III - subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

IV – pronunciar-se sobre planos, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável e solidário;

V - articular ações com Municípios contíguos, objetivando o desenvolvimento rural sustentável e solidário da região metropolitana de São Paulo;

VI - promover o intercâmbio com entidades congêneres, especialmente colegiados territoriais;

VII - estimular a participação e o controle social nos assuntos relativos ao desenvolvimento rural sustentável e solidário, à preservação ambiental e à agricultura familiar;

VIII - propor a consolidação ou alteração da legislação relativa ao desenvolvimento rural sustentável e solidário, à preservação ambiental e à agricultura familiar;

IX - acompanhar, monitorar e propor a adequação de políticas públicas municipais relativas ao desenvolvimento rural sustentável e solidário, especialmente as relacionadas ao fomento à agroindústria, ao turismo e à cultura rural, à extensão, à difusão de tecnologia, à capacitação de agricultores e à administração, gerenciamento, comercialização, transporte e distribuição de produtos agrícolas e artesanais;

X - elaborar seu regimento interno.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CMDRSS será composto por 22 (vinte e dois) membros titulares e respectivos suplentes, divididos de forma paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil, sendo:

I - 11 (onze) representantes do Poder Público, mediante indicação de um representante, pelo respectivo titular de cada um dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo;
- b) Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;
- c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- d) Secretaria do Governo Municipal;
- e) Subprefeitura de Parelheiros;
- f) Subprefeitura de Capela do Socorro;
- g) São Paulo Turismo S.A.;
- h) Câmara Municipal de São Paulo;
- i) Departamento de Desenvolvimento Sustentável, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente;
- j) CATI (Coordenadoria de assistência técnica integrada)/ SAA Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP
- k) Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

II - 11 (onze) membros da sociedade civil, assim distribuídos:

- a) 2 (dois) representantes de agricultores da zona sul;
- b) 1 (um) representante de agricultores da zona leste;
- c) 1 (um) representante de agricultores da zona norte;
- d) 1 (um) representante de movimento de agricultura urbana da região centro/oeste;
- e) 2 (dois) representantes de comunidades indígenas da cidade de São Paulo;
- f) 1 (um) representante do Conselho Gestor do Polo de Ecoturismo CONGETUR;
- g) 1 (um) representante de Conselho de Áreas de Proteção Ambiental Municipal Capivari-Monos ou Bororé-Colônia;
- h) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN;
- i) 1 (um) representante de organização não governamental ligada à agricultura familiar.

§ 1º A cada membro titular corresponderá um

suplente, que o substituirá nos seus impedimentos ou afastamentos temporários, sucedendo-o, em caso de afastamento definitivo.

§ 2º Os representantes de que tratam alíneas “f”, “g” e “h” do inciso II do “caput” deste artigo, e seus respectivos suplentes, deverão compor o conselho originário na qualidade de representantes da sociedade civil.

§ 3º Na hipótese de os órgãos e entidades do Poder Público arrolados alíneas “h”, “i”, “j” e “k”, uma vez convidados, não indicarem representante, caberá ao Poder Executivo Municipal fazer a indicação de modo a preencher as vagas em aberto.

§ 4º O mandato dos membros do CMDRSS será de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 5º Na composição do Conselho, observar-se-á o disposto na Lei nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013.

Art. 4º O CMDRSS contará com a seguinte estrutura:

I - Presidência;

II - Plenário;

III - Secretaria Executiva.

§ 1º Admitir-se-á a criação de comissões internas, permanentes ou temporárias, na forma do regimento interno.

§ 2º A presidência do CMDRSS será exercida por um dos membros titulares representantes do Poder Público Municipal, eleito na forma de seu regimento.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS SEUS ÓRGÃOS E

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 5º São atribuições da Presidência do CMDRSS:

I - dar posse aos representantes do CMDRSS;

II - consultar terceiros para obtenção de informação necessária às atividades do Conselho;

III - convocar reuniões, presidi-las e resolver as questões de ordem;

IV - aprovar a pauta das reuniões, elaborada pela Secretaria Executiva;

V - submeter ao Plenário os assuntos constantes das pautas de reuniões;

VI - proferir o voto de qualidade, nos casos de empate nas votações.

Art. 6º Os conselheiros e as comissões internas poderão apresentar à Secretaria Executiva propostas para deliberação do Plenário.

Art. 7º A Secretaria Executiva do CMDRSS será exercida pela SDTE, a quem compete atender às determinações de seu presidente, cabendo-lhe, especialmente:

I - executar funções de apoio técnico e administrativo;

II - registrar a entrada e movimentação do expediente, recepcionar demandas, preparar a pauta de cada reunião e promover o controle de prazos;

III - elaborar os extratos e atas de cada reunião;

IV - publicar os editais de convocação, extratos ou atas das reuniões;

V - elaborar relatório anual das atividades realizadas.

Art. 8º O CMDRSS elaborará seu regimento interno para, dentre outros assuntos, disciplinar:

I - a forma de eleição de seus membros;

II - os ritos de deliberação e de votação das matérias;

III - a criação, a extinção e o funcionamento de suas comissões internas.

§ 1º O CMDRSS reunir-se-á, ordinariamente, na forma e frequência definidas em seu regimento interno, sendo ao menos uma vez por bimestre.

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CMDRSS.

Art. 9º Sem prejuízo do disposto neste decreto, compete à SDTE:

I - nomear os integrantes do CMDRSS;

II - indicar presidente para a primeira reunião;

III - organizar a primeira eleição dos membros da sociedade civil, preferencialmente, no ano de 2016.

Art. 10. O exercício da função de membro do CMDRSS será considerado serviço público relevante, vedada a remuneração.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de junho de 2016, 463º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS, Secretário Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 14 de junho de 2016.

ANEXO B – MATRIZ INTERFACE PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL COM OUTROS PLANOS MUNICIPAIS

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
1.1 EIXO AGRICULTURA URBANA	1.1.1. HORTAS URBANAS	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 12.8-G - Atender escolas, UBS e associações em busca de orientação pedagógica relacionada à agroecologia • 15.1-G - Monitorar, acompanhar e fomentar parcerias e projetos com as iniciativas empreendedoras aceleradas pelo Programa Green Sampa, que tenham por objetivo criar soluções inovadoras para o melhor uso, manejo, gerenciamento e manutenção das áreas verdes urbanas • 15.9-B - Estimular a conservação e a recuperação da cobertura vegetal em áreas públicas e particulares, de modo a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos.
		PROGRAMA DE METAS • Meta 61 - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada à economia verde e fomento a tecnologias ambientais.
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PLANCLIMA • AÇÃO 34 - Expandir o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) para todas as unidades básicas de saúde (UBS), ampliando a incorporação das questões da mudança do clima. • AÇÃO 43 - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica.
		PMDE • Proposta 2.1.2 - Estimular e apoiar o empreendedorismo • Proposta 3.1.2 - Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
		PMS • 1.7 - Fortalecer a promoção da saúde, com o desenvolvimento de projetos Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), baseados no perfil demográfico, epidemiológico e determinantes sociais de saúde, com ênfase nas ações intersetoriais
		PLAMSAN • Objetivo 1.1 Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos. • Objetivo 1.3: Fomentar e regularizar microempreendedores para a garantia de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica. • Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
1.1 EIXO AGRICULTURA URBANA	1.1.2. PÁTIOS DE COMPOSTAGEM	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 12.5-F - Implantar três novos pátios de compostagem e ampliar os projetos de compostagem doméstica • 12.5-H - Atingir 600 feiras livres com o Projeto de Compostagem
		PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 12.5-F - Implantar três novos pátios de compostagem e ampliar os projetos de compostagem doméstica • 12.5-H - Atingir 600 feiras livres com o Projeto de Compostagem
		PROGRAMA DE METAS • Meta 69 - Reduzir em 600 mil toneladas a quantidade de resíduos enviados aos aterros entre 2021 e 2024.
		PLANCLIMA AÇÃO 16 ; AÇÃO 40
		PMAU • 109 - Aumentar o número de pátios de compostagem da Prefeitura do Município de São Paulo • 110 - Criar procedimentos para o envio e recebimento de resíduos de manejo arbóreo vegetal nos pátios de compostagem da PMSP
		PLAMSAN • Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.
	1.1.3. PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DE SÃO PAULO - PROAURP	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 12.8-G - Atender escolas, UBS e associações em busca de orientação pedagógica relacionada à agroecologia
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades.
		PROGRAMA DE METAS • Meta 61 - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada a economia verde e fomento a tecnologias ambientais.
	1.1.4. PROGRAMA OPERAÇÃO TRABALHO (POT)	PLANCLIMA • AÇÃO 43 - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica.
		PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.1 C - Ampliar o número de beneficiários do Programa Operação Trabalho
		PROGRAMA DE METAS • • Meta 61 - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada à economia verde e fomento a tecnologias ambientais.
		PLAMSAN • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
1.1 EIXO AGRICULTURA URBANA	1.1.5. FINANCIAMENTO DE PROJETOS	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.a-E - Captar, por meio de parcerias internacionais, recursos para as políticas públicas municipais com foco em melhoria da infraestrutura rural e na promoção da segurança alimentar • 2.a-F - Captar, por meio de parcerias nacionais, recursos para as políticas públicas municipais com foco em melhoria da infraestrutura rural e na promoção da segurança alimentar • 2.4 -E - Fomento agrícola para facilitar a viabilização econômica das atividades • 13.2-C - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima • 15.b-E - Estabelecer relações de fomento e parcerias junto ao Banco Mundial (Global Environment Found -GEF) ou outra instituição internacional para apoio às ações do PSAmpa PLANCLIMA • AÇÃO 28 - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.
	1.1.6. ESCOLAS ESTUFAS	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.1 B - Realizar capacitações ligadas a nutrição e segurança alimentar • 2.1 E - Ofertar cursos relacionados à alimentação saudável • 2.3-A - Realizar capacitações em agroecologia PROGRAMA DE METAS • Meta 61 - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada à economia verde e fomento a tecnologias ambientais. PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar PLAMSAN • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica. • Objetivo 3.1: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, fomentar a prática de atividades físicas e esportivas. • Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.
1.2 EIXO PRODUÇÃO ANIMAL	1.2.1. PESCA ARTESANAL	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
1.2 EIXO PRODUÇÃO ANIMAL	1.2.2. PECUÁRIA (AVICULTURA, SUINOCULTURA, APICULTURA, CAPRINOCULTURA, BOVINOCULTURA, ENTRE OUTROS)	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
	1.2.3. SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)	PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
1.3 EIXO COMERCIALIZAÇÃO	1.3.1. BOXES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MERCADOS E SACOLÕES	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PMDE • Proposta 2.1.2 - Estimular e apoiar o empreendedorismo PLAMSAN • Objetivo 1.3: Fomentar e regularizar microempreendedores para a garantia de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis • Objetivo 2.1: Estruturar uma Política de Abastecimento que leve em consideração o caráter social dos equipamentos públicos.
	1.3.2. FEIRAS ORGÂNICAS	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PMDE • Proposta 2.1.2 - Estimular e apoiar o empreendedorismo • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital PLAMSAN • Objetivo 1.3: Fomentar e regularizar microempreendedores para a garantia de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis • Objetivo 1.4: Ampliar o acesso da população a alimentos in natura e fomentar seu consumo. • Objetivo 2.1: Estruturar uma Política de Abastecimento que leve em consideração o caráter social dos equipamentos públicos.
	1.3.3. CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PLAMSAN • Objetivo 1.3: Fomentar e regularizar microempreendedores para a garantia de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis • Objetivo 2.1: Estruturar uma Política de Abastecimento que leve em consideração o caráter social dos equipamentos públicos.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
1.3 EIXO COMERCIALIZAÇÃO	1.3.4. GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
	1.3.5. COMPRAS PÚBLICAS	PLAMSAN • Objetivo 1.3: Fomentar e regularizar microempreendedores para a garantia de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis
		PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.1 H - Garantir a alimentação saudável a todos os alunos matriculados na Rede Municipal, ampliando a oferta e diversidade no cardápio • 2.1 K - Ampliar anualmente a meta de recursos do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinados a aquisição de produtos da Agricultura Familiar para composição do cardápio das escolas, bem como para a continuidade da distribuição da Cesta Saudável (frutas, legumes e verduras) para os estudantes matriculados na RME (SME - Secretaria Municipal de Educação)
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 3.1.1 - Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade • Proposta 3.1.2 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
		PLAMSAN • Objetivo 1.2: Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável e água para famílias mais vulneráveis e em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, por meio do provimento de refeições e alimentos em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos. • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
1.4 EIXO TURISMO	1.4.1. TURISMO SUSTENTÁVEL - ZONA SUL	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 8.9-B - Implantar o Polo de Ecoturismo em Parelheiros • 8.9-D - Formular Plano de Ação do Polo de Ecoturismo da Guarapiranga • 12.b-A - Reformular o site do Polo de Ecoturismo de Parelheiros e mantê-lo atualizado • 12.b-B - Desenvolver e aplicar pesquisas para monitoramento e avaliação do turismo na região de Parelheiros, Marsilac, Ilha do Bororé
		PROGRAMA DE METAS • Meta 71 - Implementar 60% do Plano de Turismo Municipal - Perspectiva 2030
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 2.2.3 - Estimular a recuperação da cadeia produtiva do turismo • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
		PMMA Integração com o PDRS e o Plano do Polo de Ecoturismo para definição de ações conjuntas com o PMMA.
	1.4.2. TURISMO SUSTENTÁVEL - ZONA LESTE E NORTE	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 8.9-C - Formular Plano de Ação do Polo de Ecoturismo da Freguesia
		PROGRAMA DE METAS • Meta 71 - Implementar 60% do Plano de Turismo Municipal - Perspectiva 2030
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 2.2.3 - Estimular a recuperação da cadeia produtiva do turismo • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
		PMMA • Integração com o PDRS e o Plano do Polo de Ecoturismo para definição de ações conjuntas com o PMMA.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
1.4 EIXO TURISMO	1.4.3. POLO DE ECOTURISMO CAN- TAREIRA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 8.9-A - Lançar o diagnóstico do Plano de ação do Polo de Ecoturismo na Cantareira • 12.b-C - Desenvolver e aplicar pesquisas para monitoramento e avaliação do turismo na região da Cantareira • 12.b-D - Atualizar os pontos do Polo de Ecoturismo de Parelheiros e incluir os locais do Polo de Ecoturismo da Cantareira na plataforma Sampa + Rural
		PROGRAMA DE METAS • Meta 71 - Implementar 60% do Plano de Turismo Municipal - Perspectiva 2030
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 2.2.3 - Estimular a recuperação da cadeia produtiva do turismo • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
		PMMA • Integração com o PDRS e o Plano do Polo de Ecoturismo para definição de ações conjuntas com o PMMA.
2.1 EIXO CULTURA	2.1.1. CULTURA RURAL	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 12.2-J - Fomentar a integração da educação ambiental e da educação patrimonial por meio do Programa Verdes Memórias.
		PLANCLIMA • AÇÃO 38 - Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais.
		PLAMSAN • Objetivo 2.1: Estruturar uma Política de Abastecimento que leve em consideração o caráter social dos equipamentos públicos.
	2.1.2. ARTESANATO	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 2.1.2 - Estimular e apoiar o empreendedorismo
		PLAMSAN • Objetivo 2.1: Estruturar uma Política de Abastecimento que leve em consideração o caráter social dos equipamentos públicos.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.2 EIXO ENSINO E EDUCAÇÃO	2.2.1. HORTAS ESCOLARES AGROECO- LÓGICAS	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.1 H - Garantir a alimentação saudável a todos os alunos matriculados na Rede Municipal, ampliando a oferta e diversidade no cardápio • 2.1 K - Ampliar anualmente a meta de recursos do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinados a aquisição de produtos da Agricultura Familiar para composição do cardápio das escolas, bem como para a continuidade da distribuição da Cesta Saudável (frutas, legumes e verduras) para os estudantes matriculados na RME (SME - Secretaria Municipal de Educação) • 2.1 L - Ampliar o número de escolas municipais participantes do Programa Hortas Pedagógicas • 4.7-T - Ofertar serviços e materiais de apoio ao fortalecimento da educação ambiental na Rede Municipal de Ensino por meio do Programa Escolas Sustentáveis PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar PLAMSAN • Objetivo 3.1: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, fomentar a prática de atividades físicas e esportivas. • Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis. • Objetivo 3.3: Fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE.
	2.2.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL AGROECO- LÓGICA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.1 B - Realizar capacitações ligadas a nutrição e segurança alimentar • 2.1 E - Ofertar cursos relacionados à alimentação saudável • 2.1 H - Garantir a alimentação saudável a todos os alunos matriculados na Rede Municipal, ampliando a oferta e diversidade no cardápio • 2.1 L - Ampliar o número de escolas municipais participantes do Programa Hortas Pedagógicas • 2.3-A - Realizar capacitações em agroecologia • 4.7-T - Ofertar serviços e materiais de apoio ao fortalecimento da educação ambiental na Rede Municipal de Ensino por meio do Programa Escolas Sustentáveis • 12.2-D - Elaborar projetos e editais de educação ambiental em Unidades de Conservação municipais, a serem submetidos ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA/SVMA) e demais fundos de fomento • 12.2-E - Mapear iniciativas e atores locais para formação de parcerias ao desenvolvimento e realização das ações de educação ambiental nos parques e Unidades de Conservação municipais • 12.2-J - Fomentar a integração da educação ambiental e da educação patrimonial por meio do Programa Verdes Memórias. • 12.5-F - Implantar três novos pátios de compostagem e ampliar os projetos de compostagem doméstica • 12.8-G - Atender escolas, UBS e associações em busca de orientação pedagógica relacionada à agroecologia • 15.8-B - Elaborar o Manual de Compostagem e Reaproveitamento de Resíduos Arbóreos do município de São Paulo

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.2 EIXO ENSINO E EDUCAÇÃO	2.2.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL AGROECOLÓGICA	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar PMAU • 3 - Elaborar o Manual de Compostagem e Reaproveitamento de Resíduos Arbóreos incluindo capítulo sobre técnicas específicas para manejo adequado de resíduos das espécies invasoras. PLAMSAN • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica. • Objetivo 3.1: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, fomentar a prática de atividades físicas e esportivas. • Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis. • Objetivo 3.3: Fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE.
	2.2.3. ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.3-B - Implementar cursos de capacitação empresarial -rural • 15.3-A - Viabilizar parcerias entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino ou outras organizações que atuam na temática ambiental, a fim de evitar a degradação de áreas de proteção ambiental e de mananciais, descarte irregular de resíduos, e a proteção da fauna e da flora PROGRAMA DE METAS • Meta 61 - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada à economia verde e fomento a tecnologias ambientais. PMDE • Proposta 3.1.1 - Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade PMMA • Articular parcerias para o georeferenciamento das áreas rurais que participarem para promover o gerenciamento dessas áreas pelo programa de desenvolvimento do manejo sustentável
	2.2.4. ESCOLA DE AGROECOLOGIA EM PARELHEIROS	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.3-B - Implementar cursos de capacitação empresarial -rural • 2.4 -C - Realizar uma capacitação e qualificação técnica coletivas com dias de campo, cursos, palestras e seminários • 4.7-V - Ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional disponíveis no Portal do Cate no eixo temático Meio Ambiente e Sustentabilidade, visando a conscientização e o uso responsável dos recursos naturais. • 12.2-B - Consolidar a Escola de Agroecologia de Parelheiros • 12.8-H - Implantar e manter em funcionamento o Banco de Sementes na Escola de Agroecologia de Parelheiros • 12.8-I - Realizar feiras de trocas de mudas

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.2 EIXO ENSINO E EDUCAÇÃO	2.2.4. ESCOLA DE AGROECOLOGIA EM PARELHEIROS	PMDE • Proposta 3.1.2 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
		PMMA • Capacitar agricultores em técnicas de sistemas agroflorestais, restauração e regeneração de áreas degradadas. • Capacitar agricultores na produção de mudas nativas e exóticas para regeneração de APP e reserva legal.
		PLAMSAN • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica.
	2.2.5. CURSOS NA ÁREA DE AGROE- COLOGIA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.1 B - Realizar capacitações ligadas a nutrição e segurança alimentar • 2.1 E - Ofertar cursos relacionados à alimentação saudável • 2.3-A - Realizar capacitações em agroecologia • 2.3-B - Implementar cursos de capacitação empresarial -rural • 2.4 -C - Realizar uma capacitação e qualificação técnica coletivas com dias de campo, cursos, palestras e seminários • 4.7-V - Ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional disponíveis no Portal do Cate no eixo temático Meio Ambiente e Sustentabilidade, visando a conscientização e o uso responsável dos recursos naturais. • 12.2-B - Consolidar a Escola de Agroecologia de Parelheiros
		PMDE • Proposta 3.1.2 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
		PMMA • Capacitar agricultores em técnicas de sistemas agroflorestais, restauração e regeneração de áreas degradadas. • Capacitar agricultores na produção de mudas nativas e exóticas para regeneração de APP e reserva legal.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.2 EIXO ENSINO E EDUCAÇÃO	2.2.5. CURSOS NA ÁREA DE AGROE- COLOGIA	PLAMSAN • Objetivo 1.3: Fomentar e regularizar microempreendedores para a garantia de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis • Objetivo 2.1: Estruturar uma Política de Abastecimento que leve em consideração o caráter social dos equipamentos públicos. • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica. • Objetivo 3.1: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, fomentar a prática de atividades físicas e esportivas. • Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis. • Objetivo 3.3: Fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE.
	2.3.1. CULTIVO DE PLANTAS MEDICI- NAIS	PLANCLIMA • AÇÃO 34 - Expandir o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) para todas as unidades básicas de saúde (UBS), ampliando a incorporação das questões da mudança do clima. PMS • 1.7 - Fortalecer a promoção da saúde, com o desenvolvimento de projetos Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), baseados no perfil demográfico, epidemiológico e determinantes sociais de saúde, com ênfase nas ações intersetoriais.
2.3 EIXO SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL	2.3.2. SAÚDE PARA AGRICULTORES	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 8.8-B - Intervir nos ambientes, condições e processos de trabalho com objetivo de eliminar/minimizar/controlar os riscos ocupacionais à saúde do trabalhador. • 8.8-C - Realizar atividades educativas em Saúde do Trabalhador para profissionais de saúde.
	2.3.3. PREVIDÊNCIA	SEM INTERFACE COM OUTROS PLANOS

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.4 EIXO CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.4.1. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 13.2-C - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima • 13.2-E - Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais • 15.b-A - Publicar o decreto de criação do Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais da cidade de São Paulo (PSAmpa) • 15.b-B - Publicar dois editais do PSAmpa • 15.b-C - Inserir áreas no Cadastro das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (CADPSA) • 15.b-D - Realizar estudo de valoração monetária das áreas cadastradas no CADPSA • 15.b-E - Estabelecer relações de fomento e parcerias junto ao Banco Mundial (Global Environment Found -GEF) ou outra instituição internacional para apoio às ações do PSAmpa • 15.b-F - Operacionalizar o Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais às propriedades rurais • 15.9-B - Estimular a conservação e a recuperação da cobertura vegetal em áreas públicas e particulares, de modo a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental
		PLANCLIMA • AÇÃO 38 - Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais.
		PMSA • 7.1 - Fortalecimento da Agricultura Sustentável • 7.2 - Instrumentos e incentivos econômicos, financeiros e tributários
	2.4.2. SILVICULTURA E MANEJO SUSTENTÁVEL DE FRAGMENTOS FLORESTAIS	PMMA • Estabelecimento de instrumentos de incentivo como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a partir dos estudos técnicos e científicos. Lançamento do edital de Pagamento de Serviços Ambientais.
		PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 15.8-A - Revisar a Portaria nº 154/SVMA/2009, a qual disciplina medidas visando a erradicação e controle de espécies vegetais exóticas invasoras -EEI por plano de manejo, instituindo a lista de espécies vegetais • 15.9-B - Estimular a conservação e a recuperação da cobertura vegetal em áreas públicas e particulares, de modo a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental
		PMAU • 122 - Revisar a Lei Municipal no 10.365/87, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.4 EIXO CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.4.2. SILVICULTURA E MANEJO SUSTENTÁVEL DE FRAGMENTOS FLORESTAIS	PMMA • Adequação da legislação municipal (Lei 10365/1987) para zona rural e viabilizar o manejo sustentável e Sistemas Agroflorestais. • Instalação de unidades demonstrativas para pesquisa e manejo sustentável de espécies nativas nas áreas de agricultores familiares nas UCs de usos sustentável e nas zonas de amortecimento dos PNMs. • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo
		PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 13.2-E - Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais • 15.9-B - Estimular a conservação e a recuperação da cobertura vegetal em áreas públicas e particulares, de modo a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos
	2.4.3. SISTEMAS AGROFLORESTAIS - SAF	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental PMMA • Adequação da legislação municipal (Lei 10365/1987) para zona rural e viabilizar o manejo sustentável e Sistemas Agroflorestais. • Instalação de unidades demonstrativas para pesquisa e manejo sustentável de espécies nativas nas áreas de agricultores familiares nas UCs de usos sustentável e nas zonas de amortecimento dos PNMs. • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo
	2.4.4. PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA - PMMA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 13.2-E - Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais • 15.8-A - Revisar a Portaria nº 154/SVMA/2009, a qual disciplina medidas visando a erradicação e controle de espécies vegetais exóticas invasoras -EEI por plano de manejo, instituindo a lista de espécies vegetais • 15.9-B - Estimular a conservação e a recuperação da cobertura vegetal em áreas públicas e particulares, de modo a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental PMAU • 122 - Revisar a Lei Municipal no 10.365/87, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo. PMMA • Adequação da legislação municipal (Lei 10365/1987) para zona rural e viabilizar o manejo sustentável e Sistemas Agroflorestais. • Instalação de unidades demonstrativas para pesquisa e manejo sustentável de espécies nativas nas áreas de agricultores familiares nas UCs de usos sustentável e nas zonas de amortecimento dos PNMs. • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo. • Integração com o PDRS e o Plano do Polo de Ecoturismo para definição de ações conjuntas com o PMMA.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.5 EIXO INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS	2.5.1. FORTALECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS 1	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PMDE • Proposta 2.1.2 - Estimular e apoiar o empreendedorismo
		PMMA • Inserção nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de articulação com Funai para integração com povos indígenas nas Unidade de • Conservação em que haja sobreposição com TIs para apoiar atividades, tais como, turismo, agricultura e manejo florestal.
		PLAMSAN • Objetivo 4.1: Promover estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas.
	2.5.2. FORTALECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS 2	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PMDE • Proposta 2.1.2 - Estimular e apoiar o empreendedorismo
		PMMA • Inserção nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de articulação com Funai para integração com povos indígenas nas Unidade de Conservação em que haja sobreposição com TIs para apoiar atividades, tais como, turismo, agricultura e manejo florestal.
		PLAMSAN • Objetivo 4.1: Promover estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas.
	2.5.3. FORTALECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS 3	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PMDE • Proposta 2.1.2 - Estimular e apoiar o empreendedorismo
		PMMA • Inserção nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de articulação com Funai para integração com povos indígenas nas Unidade de Conservação em que haja sobreposição com TIs para apoiar atividades, tais como, turismo, agricultura e manejo florestal. • Reestruturação da fiscalização ambiental na SVMA.
		PLAMSAN • Objetivo 4.1: Promover estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
2.5 EIXO INDÍGENAS, MULHERES E JOVENS	2.5.4. FOR- TALECIMEN- TO DAS PO- PULAÇÕES INDÍGENAS 4	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • <i>Programa 3016</i> - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PMDE • <i>Proposta 2.1.2</i> - Estimular e apoiar o empreendedorismo
		PMMA • Inserção nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de articulação com Funai para integração com povos indígenas nas Unidade de Conservação em que haja sobreposição com TIs para apoiar atividades, tais como, turismo, agricultura e manejo florestal.
		PLAMSAN • <i>Objetivo 4.1:</i> Promover estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas.
	2.5.5. JUVENTUDE RURAL	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • <i>Programa 3016</i> - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PMDE • <i>Proposta 2.1.2</i> - Estimular e apoiar o empreendedorismo
3.1 EIXO SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO	2.5.6. MULHERES RURAIS	PMMA • Inserção nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de articulação com Funai para integração com povos indígenas nas Unidade de Conservação em que haja sobreposição com TIs para apoiar atividades, tais como, turismo, agricultura e manejo florestal.
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • <i>Programa 3016</i> - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PMDE • <i>Proposta 2.1.2</i> - Estimular e apoiar o empreendedorismo
		PMMA • Inserção nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de articulação com Funai para integração com povos indígenas nas Unidade de Conservação em que haja sobreposição com TIs para apoiar atividades, tais como, turismo, agricultura e manejo florestal.
	3.1.1. SEGURANÇA EM ÁREAS RURAIS	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 15.2-A - Garantir a adequação quantitativa e qualitativa da frota de viaturas, embarcações e drones adotados pela GCM-Ambiental • 15.2-B - Promover a capacitação continuada dos Guardas Civis Metropolitanos que atuam no Programa de Defesa e Vigilância Ambiental -VigiBio, no âmbito da Operação Integrada Defesa das Águas -OIDA, visando o aprimoramento das ações e aplicação das legislações inerentes à proteção e defesa ambiental
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • <i>Programa 3005</i> - Promoção da Sustentabilidade Ambiental

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
3.1 EIXO SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO	3.1.1. SEGURANÇA EM ÁREAS RURAIS	PMAU • 120 - Estabelecer parceria permanente com a Guarda Civil Metropolitana Ambiental e a Polícia Militar Ambiental, visando o monitoramento das áreas ambientalmente prioritárias e a segurança dos profissionais que realizam a fiscalização ambiental. PMMA • Reestruturação da fiscalização ambiental na SVMA. • Fortalecimento e articulação da OIDA.
	3.1.2. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 15.2-A - Garantir a adequação quantitativa e qualitativa da frota de viaturas, embarcações e drones adotados pela GCM-Ambiental • 15.2-B - Promover a capacitação continuada dos Guardas Civis Metropolitanos que atuam no Programa de Defesa e Vigilância Ambiental -VigiBio, no âmbito da Operação Integrada Defesa das Águas -OIDA, visando o aprimoramento das ações e aplicação das legislações inerentes à proteção e defesa ambiental • 15.3-A - Viabilizar parcerias entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino ou outras organizações que atuam na temática ambiental, a fim de evitar a degradação de áreas de proteção ambiental e de mananciais, descarte irregular de resíduos, e a proteção da fauna e da flora • 15.3-B - Ampliar a competência e estrutura necessária para atuar de forma complementar na apreensão de caminhões e máquinas utilizadas no descarte irregular de resíduos, em áreas ambientais • 15.3-C - Planejar ações específicas para apreensão de caminhões e máquinas nas áreas de descarte irregular de resíduos monitoradas pela Central de Monitoramento de Áreas Ambientais (CEMAB), em áreas ambientais • 15.8-A - Revisar a Portaria nº 154/SVMA/2009, a qual disciplina medidas visando a erradicação e controle de espécies vegetais exóticas invasoras -EEI por plano de manejo, instituindo a lista de espécies vegetais PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental PMAU • 120 - Estabelecer parceria permanente com a Guarda Civil Metropolitana Ambiental e a Polícia Militar Ambiental, visando o monitoramento das áreas ambientalmente prioritárias e a segurança dos profissionais que realizam a fiscalização ambiental. • 122 - Revisar a Lei Municipal no 10.365/87, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo. PMMA • Adequação da legislação municipal (Lei 10365/1987) para zona rural e viabilizar o manejo sustentável e Sistemas Agroflorestais. • Reestruturação da fiscalização ambiental na SVMA. • Fortalecimento e articulação da OIDA.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
3.2 EIXO INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	3.2.1. EDUCAÇÃO PARA SANEAMENTO AMBIENTAL NA ZONA RURAL	PLAMSAN • Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.
	3.2.2. SERVIÇOS BÁSICOS	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.3-D - Instituir programa de separação de resíduos recicláveis, que tenha como incentivo a troca do lixo reciclável por produtos de pequenos agricultores • 15.3-A - Viabilizar parcerias entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino ou outras organizações que atuam na temática ambiental, a fim de evitar a degradação de áreas de proteção ambiental e de mananciais, descarte irregular de resíduos, e a proteção da fauna e da flora • 15.3-B - Ampliar a competência e estrutura necessária para atuar de forma complementar na apreensão de caminhões e máquinas utilizadas no descarte irregular de resíduos, em áreas ambientais PROGRAMA DE METAS • Meta 69 - Reduzir em 600 mil toneladas a quantidade de resíduos enviados aos aterros entre 2021 e 2024. PLANCLIMA • AÇÃO 40 - Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida no Município de São Paulo sob a perspectiva de uma economia circular e carbono zero.
	3.2.3. COMUNICAÇÃO RURAL	PLANCLIMA • AÇÃO 40 - Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida no Município de São Paulo sob a perspectiva de uma economia circular e carbono zero.
	3.3.1. MONITORAMENTO DAS FERRAMENTAS DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO - PDE PARA A ZONA RURAL	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental”
3.3 EIXO ORDENAMENTO TERRITORIAL	3.3.2. PLANOS REGIONAIS, PLANOS DE BAIRRO E PIUS DAS SUBPREFEITURAS COM ZR E/OU ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental”

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
3.3 EIXO ORDENA- MENTO TER- RITORIAL	3.2.1. EDUCAÇÃO PARA SA- NEAMENTO AMBIENTAL NA ZONA RURAL	PLAMSAN Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.
		PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 12.b-D - Atualizar os pontos do Polo de Ecoturismo de Parelheiros e incluir os locais do Polo de Ecoturismo da Cantareira na plataforma Sampa + Rural • 12.2-E - Mapear iniciativas e atores locais para formação de parcerias ao desenvolvimento e realização das ações de educação ambiental nos parques e Unidades de Conservação municipais • 15.b-C - Inserir áreas no Cadastro das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (CADPSA) • 15.b-D - Realizar estudo de valoração monetária das áreas cadastradas no CADPSA • 15.3-A - Viabilizar parcerias entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino ou outras organizações que atuam na temática ambiental, a fim de evitar a degradação de áreas de proteção ambiental e de mananciais, descarte irregular de resíduos, e a proteção da fauna e da flora • 15.3-C - Planejar ações específicas para apreensão de caminhões e máquinas nas áreas de descarte irregular de resíduos monitoradas pela Central de Monitoramento de Áreas Ambientais (CEMAB), em áreas ambientais
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental”
	3.3.3. SISTEMA DE INFOR- MAÇÕES DA ZONA RURAL DE SP	PLANCLIMA • AÇÃO 38 - Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais. • AÇÃO 43 - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica.
		PMDE • Proposta 3.1.2 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
		PMAU • 166 - Celebrar um convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para a disponibilização das informações relativas às áreas tributadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
		PMSA • 7.1 - Fortalecimento da Agricultura Sustentável • 7.2 - Instrumentos e incentivos econômicos, financeiros e tributários
		PMMA • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo • Identificação das propriedades na Zona Rural mantendo banco de dados atualizado. • Reestruturação da fiscalização ambiental na SVMA.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
3.4 EIXO REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	3.4.1. REGULARIZA- ÇÃO FUNDIÁRIA	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental
		PMMA • Identificação das propriedades na Zona Rural mantendo banco de dados atualizado.
		PMDE • Proposta 3.1.1 - Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade
	3.4.2. REGULARIZA- ÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS EM ÁREAS PÚBLI- CAS	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental
		PLANCLIMA • AÇÃO 43 - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica.
		PMDE • Proposta 3.1.1 - Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade
3.5 EIXO ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	3.4.3. ATIVIDADES PRODUTIVAS NAS ÁREAS DE PASSAGEM E SERVIDÃO DAS CONCESSIONÁ- RIAS	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental
		PLANCLIMA • AÇÃO 43 - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica.
		PMDE • Proposta 3.1.1 - Fortalecer e articular o ecossistema de economia verde e economia circular na cidade
	3.5.1. PATRULHA MECANIZADA AGROECOLÓ- GICA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.4 -B - Serviços de mecanização agrícola através do Programa de Patrulha Agroecológica Mecanizada
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
		PLAMSAN • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
3.5 EIXO ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	3.5.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.a-B - Dar continuidade aos compromissos assumidos na parceria com a Bloomberg Philanthropies no âmbito do projeto Ligue os Pontos, visando a internalização, replicação e expansão da iniciativa, transformando-o em “Programa Ligue os Pontos” • 2.a-C - Implementar as ações do Termo de Cooperação com o Governo do Estado de São Paulo, visando o uso compartilhado do SisRural, a implementação do sistema nas Casas de Agricultura municipais e no Estado de São Paulo, e a execução de um plano de trabalho específico para fortalecimento da atuação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado na cidade de São Paulo • 2.3-C - Selecionar as áreas para a ampliação do Programa Ligue os Pontos em outras regiões da cidade • 2.4 -A - Visitas de orientação técnica individual a propriedades agropecuárias • 2.4 -B - Serviços de mecanização agrícola através do Programa de Patrulha Agroecológica Mecanizada • 2.4 -C - Realizar uma capacitação e qualificação técnica coletivas com dias de campo, cursos, palestras e seminários • 2.4 -D - Elaboração de planos de manejo para conversão agroecológica ou certificação orgânica • 12.8-G - Atender escolas, UBS e associações em busca de orientação pedagógica relacionada à agroecologia • 12.8-H - Implantar e manter em funcionamento o Banco de Sementes na Escola de Agroecologia de Parelheiros • 12.8-I - Realizar feiras de trocas de mudas
		PROGRAMA de Metas • Meta 61 - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada à economia verde e fomento a tecnologias ambientais.
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PLANCLIMA • AÇÃO 42 - Fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos.
		PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade • Proposta 3.2.2 - Impulsionar negócios relacionados às áreas verdes e à produção de alimentos nas zonas rural e urbana da capital
		PMSA • 7.1 - Fortalecimento da Agricultura Sustentável
		PMMA • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo • Manutenção dos incentivos públicos da municipalidade às práticas de desenvolvimento rural sustentável
		PLAMSAN • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
3.5 EIXO ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	3.5.3. CRÉDITO RURAL	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.4 -E - Fomento agrícola para facilitar a viabilização econômica das atividades PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
	3.5.4. TRANSIÇÃO AGROECOLÓ- GICA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.a-B - Dar continuidade aos compromissos assumidos na parceria com a Bloomberg Philanthropies no âmbito do projeto Ligue os Pontos, visando a internalização, replicação e expansão da iniciativa, transformando-o em “Programa Ligue os Pontos” • 2.a-C - Implementar as ações do Termo de Cooperação com o Governo do Estado de São Paulo, visando o uso compartilhado do SisRural, a implementação do sistema nas Casas de Agricultura municipais e no Estado de São Paulo, e a execução de um plano de trabalho específico para fortalecimento da atuação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado na cidade de São Paulo • 2.3-C - Selecionar as áreas para a ampliação do Programa Ligue os Pontos em outras regiões da cidade • 2.4 -A - Visitas de orientação técnica individual a propriedades agropecuárias • 2.4 -B - Serviços de mecanização agrícola através do Programa de Patrulha Agroecológica Mecanizada • 2.4 -C - Realizar uma capacitação e qualificação técnica coletivas com dias de campo, cursos, palestras e seminários • 2.4 -D - Elaboração de planos de manejo para conversão agroecológica ou certificação orgânica • 12.8-H - Implantar e manter em funcionamento o Banco de Sementes na Escola de Agroecologia de Parelheiros • 12.8-I - Realizar feiras de trocas de mudas PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PLANCLIMA • AÇÃO 42 - Fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos. PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade PMSA • 7.1 - Fortalecimento da Agricultura Sustentável PMMA • Manutenção dos incentivos públicos da municipalidade às práticas de desenvolvimento rural sustentável

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
3.5 EIXO ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	3.5.5. SALA DA CIDADANIA	PLAMSAN • Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica.
	3.5.6. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TÉCNICOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EX- TENSÃO RURAL - ATER	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.3-A - Realizar capacitações em agroecologia • 2.3-B - Implementar cursos de capacitação empresarial -rural • 2.4 -C - Realizar uma capacitação e qualificação técnica coletivas com dias de campo, cursos, palestras e seminários • 4.7-V - Ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional disponíveis no Portal do Cate no eixo temático Meio Ambiente e Sustentabilidade, visando a conscientização e o uso responsável dos recursos naturais. • 12.2-B - Consolidar a Escola de Agroecologia de Parelheiros
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 3.1.2 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
		PMMA • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo
		PLAMSAN • Objetivo 3.1: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, fomentar a prática de atividades físicas e esportivas.
	3.5.7. AGROINDÚS- TRIAS	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades
		PMDE • Proposta 3.2.1 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
4.1 EIXO FINANCIAMENTO	4.1.1. TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA (TACS) E TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL (TCAS) PARA O PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA	SEM INTERFACE COM OUTROS PLANOS
	4.1.2. FUNDO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.a-E - Captar, por meio de parcerias internacionais, recursos para as políticas públicas municipais com foco em melhoria da infraestrutura rural e na promoção da segurança alimentar • 2.a-F - Captar, por meio de parcerias nacionais, recursos para as políticas públicas municipais com foco em melhoria da infraestrutura rural e na promoção da segurança alimentar • 13.2-C - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima • 15.b-E - Estabelecer relações de fomento e parcerias junto ao Banco Mundial (Global Environment Found -GEF) ou outra instituição internacional para apoio às ações do PSampa PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar PLANCLIMA • AÇÃO 28 - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima. PMMA • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo
	4.1.3. RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar • Programa 3019 - Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Postos de Trabalho e Oportunidades PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 12.2-D - Elaborar projetos e editais de educação ambiental em Unidades de Conservação municipais, a serem submetidos ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA/SVMA) e demais fundos de fomento • 13.2-C - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima • 15.b-E - Estabelecer relações de fomento e parcerias junto ao Banco Mundial (Global Environment Found -GEF) ou outra instituição internacional para apoio às ações do PSampa

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
4.1 EIXO FINAN- CIAMENTO	4.1.3. RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS	PLANCLIMA • AÇÃO 28 - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.
		PMSA • 7.2 - Instrumentos e incentivos econômicos, financeiros e tributários
		PMMA • Lançamento do edital de Pagamento de Serviços Ambientais. Manutenção dos incentivos públicos da municipalidade às práticas de desenvolvimento rural sustentável. • Reestruturação da fiscalização ambiental na SVMA.
	4.1.4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ- RIA PRÓPRIA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.a-E - Captar, por meio de parcerias internacionais, recursos para as políticas públicas municipais com foco em melhoria da infraestrutura rural e na promoção da segurança alimentar • 2.a-F - Captar, por meio de parcerias nacionais, recursos para as políticas públicas municipais com foco em melhoria da infraestrutura rural e na promoção da segurança alimentar • 13.2-C - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima • 15.b-E - Estabelecer relações de fomento e parcerias junto ao Banco Mundial (Global Environment Fund -GEF) ou outra instituição internacional para apoio às ações do PSampa
		PLANCLIMA • AÇÃO 28 - Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.
		PMSA • 7.1 - Fortalecimento da Agricultura Sustentável • 7.2 - Instrumentos e incentivos econômicos, financeiros e tributários
		PMMA • Reestruturação da fiscalização ambiental na SVMA.
4.2 EIXO FOR- TALECIMENTO INSTITUCIONAL	4.2.1. FORTALECER A CÂMARA INTERSECRE- TARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.1 A - Repactuar o PLAMSAN -Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2021) • 2.2-C - Construir um fluxo intersecretarial de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional • 2.2-G -Aprimorar a gestão da informação nutricional para subsidiar as políticas de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção • 2.2-H - Disponibilizar, anualmente, um relatório técnico do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional -SISVAN, sobre o perfil alimentar e nutricional da população
		PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PMSA • 7.2 - Instrumentos e incentivos econômicos, financeiros e tributários

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
4.2 EIXO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	4.2.2. FORTALECER O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRSS)	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar PMMA • Integração com o PDRS e o Plano do Polo de Ecoturismo para definição de ações conjuntas com o PMMA.
	4.2.3. ESTRUTURA INSTITUCIONAL ESPECÍFICA PARA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.a-B - Dar continuidade aos compromissos assumidos na parceria com a Bloomberg Philanthropies no âmbito do projeto Ligue os Pontos, visando a internalização, replicação e expansão da iniciativa, transformando-o em “Programa Ligue os Pontos” • 2.a-C - Implementar as ações do Termo de Cooperação com o Governo do Estado de São Paulo, visando o uso compartilhado do SisRural, a implementação do sistema nas Casas de Agricultura municipais e no Estado de São Paulo, e a execução de um plano de trabalho específico para fortalecimento da atuação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado na cidade de São Paulo • 2.1 A - Repactuar o PLAMSAN -Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2021) • 2.2-C - Construir um fluxo intersecretarial de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional • 2.2-G - Aprimorar a gestão da informação nutricional para subsidiar as políticas de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção • 2.2-H - Disponibilizar, anualmente, um relatório técnico do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional -SISVAN, sobre o perfil alimentar e nutricional da população • 2.3-C - Selecionar as áreas para a ampliação do Programa Ligue os Pontos em outras regiões da cidade PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar PMSA • 7.2 - Instrumentos e incentivos econômicos, financeiros e tributários
	4.2.4. OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO, SISRURAL, SAMPA+RURAL, GEOSAMPA E O OBSERVA SAMPA	PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 - ODS • 2.2-H - Disponibilizar, anualmente, um relatório técnico do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional -SISVAN, sobre o perfil alimentar e nutricional da população • 15.b-C - Inserir áreas no Cadastro das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (CADPSA) • 15.b-D - Realizar estudo de valoração monetária das áreas cadastradas no CADPSA • 15.3-A - Viabilizar parcerias entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino ou outras organizações que atuam na temática ambiental, a fim de evitar a degradação de áreas de proteção ambiental e de mananciais, descarte irregular de resíduos, e a proteção da fauna e da flora.

EIXO	AÇÃO	INTERFACE COM OUTROS PLANOS
4.2 EIXO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	4.2.4. OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO, SISRRURAL, SAMPA+RURAL, GEOSAMPA E O OBSERVA SAMPA	PLANCLIMA • AÇÃO 38 - Fortalecer os meios e os instrumentos de conservação da biodiversidade, do capital natural e dos serviços ecossistêmicos e ambientais.
		PMDE • Proposta 3.1.2 - Fomentar os setores de economia verde e economia circular, de modo a maximizar oportunidades de negócios e gerar empregos verdes na cidade
		PMAU • 166 - Celebrar um convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para a disponibilização das informações relativas às áreas tributadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
		PMSA • 7.2 - Instrumentos e incentivos econômicos, financeiros e tributários
		PMMA • Criação do Programa de Desenvolvimento do Manejo Sustentável para zona rural do Município de São Paulo • Identificação das propriedades na Zona Rural mantendo banco de dados atualizado. • Reestruturação da fiscalização ambiental na SVMA.
	4.2.5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA RMSP - PDUI	SEM INTERFACE COM OUTROS PLANOS
	4.2.6. SUBPREFEITURAS	PLANO PLURIANUAL 2022-2025 • Programa 3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental • Programa 3016 - Nutrição e Promoção da Segurança Alimentar
		PLANCLIMA • AÇÃO 43 - Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica.
		PMAU • 110 - Criar procedimentos para o envio e recebimento de resíduos de manejo arbóreo vegetal nos pátios de compostagem da PMSP

ANEXO C – RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.

TÓPICO CITADO	REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES
AÇÃO Atividades produtivas nas Áreas da SABESP e ENEL	AÇÃO 3.4.3. Atividades produtivas nas áreas de passagem e servidão das concessionárias	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Definir as responsabilidades em cada parceria, considerando os agricultores, as empresas e o poder público”.
AÇÃO Cultivo de Plantas Medicinais	AÇÃO 2.3.1. Cultivo de Plantas Medicinais	 INCLUÍDO NO OBJETIVO: “Possibilitar a produção de plantas medicinais, ervas aromáticas e temperos, para contribuir com a promoção da saúde dos cidadãos, resgatando e fortalecendo a cultura e saberes populares relacionados ao seu uso”
AÇÃO Cultivo de Plantas Medicinais	AÇÃO 2.3.1. Cultivo de Plantas Medicinais	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Articular, com as Coordenadorias de Saúde, Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), conselhos gestores de saúde das supervisões e unidades de saúde dos territórios, a identificação daquelas com potencial para receber e ampliar hortas medicinais”
AÇÃO Cultura Rural	AÇÃO 2.1.1. Cultura Rural	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Preservar a memória, identidade e herança cultural dos agricultores e agricultoras e povos indígenas e de matriz africana para valorização da sociobiodiversidade”
AÇÃO Educação ambiental agroecológica	AÇÃO 2.2.2. Educação ambiental agroecológica	 INCLUÍDO NA META: “Promover cursos e outros eventos sobre alimentação, educação ambiental e agroecologia, com prioridade para formações específicas para educadores da rede municipal de ensino”
AÇÃO Educação ambiental agroecológica	AÇÃO 2.2.2. Educação ambiental agroecológica	 INCLUÍDO NA META: “Disponibilizar na forma digital materiais didáticos sobre os temas de alimentação, educação ambiental e agroecologia para a população”
AÇÃO Fiscalização Ambiental	AÇÃO 2.2.2. Educação ambiental agroecológica	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Construir estratégias de fiscalização em conjunto com os movimentos de agricultores e defesa do meio ambiente locais”

TÓPICO CITADO	REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES
AÇÃO Fortalecimento das populações indígenas 4	AÇÃO 2.5.4. Fortalecimento das populações indígenas 4	 ALTERAÇÃO DA PRIORIDADE PARA ALTA.
AÇÃO Hortas Escolares Agroecológicas	AÇÃO 2.2.1. Hortas Escolares Agroecológicas	 ALTERAÇÃO DA PRIORIDADE PARA URGENTE.
AÇÃO Hortas Escolares Agroecológicas	AÇÃO 2.2.1. Hortas Escolares Agroecológicas	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Fomentar a formação da comunidade escolar para questões relacionadas ao sistema alimentar e agroecologia, envolvendo agricultores(as), merendeiras(os), nutricionistas e jardineiros(as) nas atividades pedagógicas e Conselhos de Alimentação Escolar e promovendo a troca de experiências entre esses atores”
AÇÃO Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	AÇÃO 2.4.1. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA), aprovado pela Resolução CADES 202/2019”
AÇÃO Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	AÇÃO 2.4.1. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DA AÇÃO PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: “Articular com Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado o lançamento de editais de PSA para o Município de São Paulo.”
AÇÃO Saúde para Agricultores 1	SUB-AÇÃO 2.3.2.1. Saúde para Agricultoras/es	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGIAS: “Criar o programa de redução de uso de agrotóxicos na zona rural, com análise de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, com a participação de outros órgãos colegiados que atuem com o tema.”
AÇÃO Saúde para Agricultores 2	SUB-AÇÃO 2.3.2.2. Saúde para Agricultoras/es	 ALTERAÇÃO DA PRIORIDADE PARA ALTA
AÇÃO Segurança em Áreas Rurais	AÇÃO 3.1.1. Segurança em Áreas Rurais	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: Incluído nas atividades estratégicas: “Capacitação dos guardas ambientais locais em direitos humanos e princípios de cultura de paz”

TÓPICO CITADO	REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES
AÇÃO Segurança em Áreas Rurais	AÇÃO 3.1.1. Segurança em Áreas Rurais	 Construir estratégias de fiscalização em conjunto com os movimentos de agricultores e defesa do meio ambiente locais”
AÇÃO Sistemas Agroflorestais	AÇÃO 2.4.3. Sistemas Agroflorestais - SAF	 Incluído Embrapa como parceira na ação Sistemas Agroflorestais
AÇÃO Turismo Sustentável 1	AÇÃO 1.4.1. Turismo Sustentável - Zona Sul	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Realização de atividades voltadas às escolas municipais: CEIs, EMElS, EMEFs, EMEFM, EMEBS e CIEJAs, como visitação, palestras sobre as áreas turísticas do município entre outros”.
AÇÃO Turismo Sustentável 1	AÇÃO 1.4.1. Turismo Sustentável - Zona Sul	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Cria�o de programas de estrutura�o do turismo em propriedades rurais com a participa�o das cooperativas, associa�o de produtores rurais, de iniciativas de gastronomia local com base em economia solidária, de movimentos ligados ao meio ambiente e �gua”
AÇÃO Turismo Sustentável 1	AÇÃO 1.4.1. Turismo Sustentável - Zona Sul	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Desenvolvimento de cursos de forma�o em monitoria com base na agroecologia”.
AÇÃO Turismo Sustentável 2	AÇÃO 1.4.2. Turismo Sustentável - Zona Leste e Norte	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGIAS: “Realiza�o de atividades voltadas às escolas municipais: CEIs, EMElS, EMEFs, EMEFM, EMEBS e CIEJAs, como visita�o, palestras sobre as áreas turísticas do município entre outros”
AÇÃO Turismo Sustentável 2	AÇÃO 1.4.2. Turismo Sustentável - Zona Leste e Norte	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGIAS: “Forma�o e capacita�o em monitoria e turismo com foco na agroecologia”
AÇÃO Turismo Sustentável 2	AÇÃO 1.4.2. Turismo Sustentável - Zona Leste e Norte	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Desenvolvimento de roteiros turísticos integrando os atrativos com a participa�o das cooperativas, associa�o de produtores rurais, de iniciativas de gastronomia local com base em economia solidária, de movimentos ligados ao meio ambiente e �gua”

TÓPICO CITADO	REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES
AÇÃO Turismo Sustentável 3	AÇÃO 1.4.3. Poço de Ecoturismo da Cantareira	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Realização de atividades voltadas às escolas municipais: CEIs, EMEIs, EMEFs, EMEFM, EMEBS e CIEJAs, como visitação, palestras sobre as áreas turísticas do município entre outros”.
AÇÃO Turismo Sustentável 3	AÇÃO 1.4.3. Poço de Ecoturismo da Cantareira	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Desenvolvimento de roteiros turísticos integrando os atrativos com a participação das cooperativas, associações de produtores rurais, de iniciativas de gastronomia local com base em economia solidária, de movimentos ligados ao meio ambiente e água”
AÇÃO Turismo Sustentável 3	AÇÃO 1.4.3. Poço de Ecoturismo da Cantareira	 INCLUÍDO NAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS: “Formação e capacitação em monitoria e turismo ecológico com foco na agroecologia”
DIRETRIZES de 2.1 Cultura	Núcleo Temático “Socio-cultural e Ambiental” - Eixo “Cultura” AÇÃO 2.1.1.	 INSERIDO “DE MATRIZ AFRICANA”
AÇÃO de 2.3 Saúde e Proteção Social	Núcleo Temático “Sociocultural e Ambiental” - EIXO “SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL”	 MUDANÇA DAS DIRETRIZES DE SAÚDE PARA “Eliminar o uso indevido dos agrotóxicos, reduzindo de uma forma geral a sua aplicação, para prevenir os impactos à saúde e a contaminação humana, animal e ambiental”; “Estimular e viabilizar o cultivo correto de plantas medicinais, ervas e temperos, ampliando o acesso e sua correta utilização e prescrição nas unidades de saúde, de forma a promover cuidado adequado”.









CIDADE DE SÃO PAULO